



Cristiane Moura de Oliveira

**A construção Identitária no Cais do
Valongo: expressão de resistência
social negra na região portuária carioca**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Valéria Pereira Bastos

Rio de Janeiro
Abril de 2017



Cristiane Moura de Oliveira

**A construção Identitária no Cais do
Valongo: expressão de resistência
social negra na região portuária carioca**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Valéria Pereira Bastos
Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Nilza Rogéria de Andrade Nunes
Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Profa. Mônica Lima e Souza
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Mônica Herz
Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais-PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Cristiane Moura de Oliveira

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense em 2013.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Cristiane Moura de

A construção identitária no Cais do Valongo: expressão de resistência social negra na região portuária carioca / Cristiane Moura de Oliveira ; orientadora: Valéria Pereira Bastos. – 2017.

146 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Resistência. 3. Identidade. 4. Território. 5. Cais do Valongo. I. Bastos, Valéria Pereira II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para meu avô José de Oliveira.

Agradecimentos

À minha orientadora Profa. Dra. Valéria Pereira Bastos, pela grande parceria na construção desta Dissertação.

Aos professores da minha banca examinadora.

Agradeço também a minha família pelo apoio e as “urbanetes” Josi e Andréia por todo carinho e amizade.

À CAPES, pela concessão da bolsa.

Resumo

OLIVEIRA, Cristiane Moura; Bastos, Valéria Pereira (Orientador). **A construção identitária no Cais do Valongo: expressão de resistência social negra na região portuária carioca.** Rio de Janeiro, 2017. 146p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo buscou aprofundar a análise sobre as transformações ocorridas no território do Cais do Valongo desde seu período escravocrata até os dias atuais. Desde então já se configurava como um dos mais importantes portos de desembarque de escravos da época e, conseqüentemente, desempenhava papel relevante para a economia carioca até seu aterramento para a construção do Cais da Imperatriz, ação esta que teve cunho de conferir novos usos aquela região ao mesmo que tempo buscou esconder vestígios da barbárie da escravidão. Contudo, a partir da cena contemporânea, o Cais do Valongo vivenciou intervenções urbanísticas por conta do processo de revitalização e reurbanização da Região Portuária. Conseqüentemente, tais intervenções promoveram sua ressignificação através dos grupos afros que, com suas práticas culturais, vêm buscando a valorização do território através do reconhecimento do legado cultural da Matriz Africana, a qual foi sendo construído através de processos históricos na região. Deste modo, intencionou-se buscar compreender as particularidades dos sujeitos envolvidos no processo de resistência identitária, por considerarmos apresentar-se como um caminho de análise importante para o profissional de Serviço Social. Este profissional deve estar atento às ações por parte do capital no tecido urbano, assim como deve destacar a relevância dos movimentos sociais na luta por determinados espaços e as possíveis contribuições dos profissionais junto a esses movimentos de resistência a fim de possibilitar o acesso das minorias ao direito à cidade e de ampliar a discussão do papel do negro na sociedade brasileira.

Palavras- Chave

Resistência; Identidade; Território; Cais do Valongo.

Abstract

OLIVEIRA, Cristiane Moura; Bastos, Valéria Pereira (Orientador). **The construction of identity in Cais do Valongo: expression of black social resistance in the Carioca port region.** Rio de Janeiro, 2017. 146p. Dissertation- Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study intended to analyze the transformations that occurred in the territory of the Valongo since its slave period to the present day. Since then, it was already one of the most important ports of arrival of slaves and, consequently, it played an important role for Rio de Janeiro's economy until its grounding for the construction of pier of the Imperatriz, an action that had the purpose of conferring new uses on that region at the same time as it tried to hide traces of the barbarity of slavery. However, from the contemporary scene, pier of the Valongo experienced urban interventions due to the process of revitalization and redevelopment of the Port Region. Consequently, these interventions promoted their re-signification through afro groups that, with their cultural practices, have been seeking the valorization of the territory through the recognition of the cultural legacy of African origin, which was being built through historical processes in the region. In this way, it was intended understand the particularities of the subjects involved in the process of identity resistance, considering that it presents itself as an important path of analysis for the Social Worker. This professional should be aware of capital actions in the urban fabric, as well as highlight the relevance of social movements in the struggle for certain spaces and the possible contributions of professionals along these movements of resistance to allow minority access to the right to the city and to broaden the discussion of the role of black people in Brazilian society.

Keyword

Resistance; Identity; Territory; Pier of the Valongo.

Sumário

Introdução	13
1. Cais do Valongo: importância da sua formação sócio-histórica para a cidade carioca	22
1.1. Rua Direita: o lócus da mercadorização humana	22
1.2. O comércio de escravos como berço da barbárie no Cais do Valongo	33
1.3. Cais da Imperatriz e apagamento simbólico da escravidão	45
2. A Expansão urbana e os impactos da reconfiguração da região portuária no século XX	50
2.1. As Intervenções públicas na cidade e as consequências para a população residente na região central	50
2.2. A construção do imaginário marginal da região central e seus percalços	62
2.3. O papel do Serviço Social na área central da cidade diante das inovações urbanas	66
3. O século XX e os avanços e retrocessos na área central	78
3.1. A Construção Histórica do processo de resistência da região central	78
3.2. As primeiras iniciativas e conquistas sociais	88
3.3. O desenvolvimento urbano versus a segregação da população residente	98
4. A dinâmica sócio espacial do Cais do Valongo na cena contemporânea	105
4.1. Rio de Janeiro, candidatura, cidade olímpica e seu legado	105
4.2. Porto Maravilha e as intervenções urbanísticas na região central	116
4.3. Cais do Valongo: resignificação e as representações identitárias da afrodescendência	125
5. Considerações Finais	134
6. Referências bibliográficas	138

Lista de figuras

Figura 1: Localização da região da “Pequena África”	14
Figura 2: Comércio de escravos na Rua Direita	23
Figura 3: Rota Marítima de Tráfico de Escravos	26
Figura 4: Anúncios de crioulo fugido	28
Figura 5: Rio de Janeiro no século XVIII	30
Figura 6: Comércio de escravos no Cais do Valongo	38
Figura 7: Região do Cais do Valongo	44
Figura 8: Cais da Imperatriz em 1843	47
Figura 9: Anúncio de venda de embarcações no Jornal do Comércio	49
Figura 10: Embarcador da prainha no início do século XX.	51
Figura 11: Largo do Depósito	52
Figura 12: Comparação entre Rio de Janeiro e Buenos Aires	55
Figura 13: Matéria do Jornal O Dia 19/03/1904.	56
Figura 14: Avenida Central	58
Figura 15: Inauguração das obras do Cais do Porto Carioca.	60
Figura 16: Avenida Beira Mar	61
Figura 17: Demolições na área da Central da Cidade	64
Figura 18: Mercado da Harmonia entre os anos de 1904-1910	65
Figura 19: Morro do Pinto, Região Central da Cidade em 1940	69
Figura 20: Assistente Social sobre a favela carioca em 1950	70
Figura 21: Reportagem do Fórum Comunitário do Porto	73
Figura 22: Campanha do Conselho Federal de Serviço Social e evento	76
Figura 23: Matéria do jornal Cidade do Rio de 8 de fevereiro de 1888	82
Figura 24: Caricatura de Prata- Preta	85
Figura 25: Barricadas do Porto Arthur	86
Figura 26.: Reportagem A Notícia de 17/11/1904	87
Figura 27: Quituteiras nas ruas cariocas	90
Figura 28: 52º Cortejo de Iemanjá	95
Figura 29: Roda de capoeira no Cais do Valongo	96
Figura 30: Prédios corporativos: expressões do capitalismo global	99
Figura 31: Valorização imobiliária e custo de vida no Rio de Janeiro	101
Figura 32: Mobilização contra ações de remoção na Providência	102
Figura 33: Esquema da utilização dos recursos do CEPACs	108
Figura 34: Foto oficial da entrega do Dossiê de Candidatura Olímpico do Rio 2016	109
Figura 35: Banner a respeito da campanha do combate a Violação Direitos Humanos no cenário olímpico	112
Figura 36: Orla da Barra da Tijuca X Orla de Miami (EUA)	113

Figura 37: Projeto de requalificação e reurbanização do Porto Maravilha	118
Figura38: Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana	119
Figura 39: Mapeamento das remoções na área central da cidade	121
Figura 40: Avenida Elevado da Perimetral	123
Figura 41: Lavagem do Cais do Valongo	132

Lista de tabelas

Tabela 1: Concentração da população escravocrata nas freguesias da cidade	41
Tabela 2: Demonstrativo do percentual de participação distribuído entre as empreiteiras no Programa Porto Maravilha	116

Lista de siglas

Companhia de Desenvolvimento do Porto Carioca (CDUPR)

Comitê Olímpico Internacional (COI)

Certificado do Potencial Adicional de Construção (CEPAC)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN)

Museu Arte do Rio (MAR)

Organização dos Estados Americanos (OEA)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Operação Urbano Consorciada (OUC)

Secretária Municipal de Habitação (SMH)

Veículo Leve sobre Trilho (VLT)

Introdução

Esta dissertação se constitui como um desdobramento do meu trabalho de conclusão de curso em 2012, em que estudei a atuação da Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1950 a 1970 e a luta pela resistência contra ações de remoção em favelas na cidade do Rio de Janeiro. Este fator nos instigou a aprofundar o estudo e buscar conhecer melhor os movimentos de resistência na região central da cidade, pois era marcante nas leituras a forte presença de projeto de remodelamento da cidade por Pereira Passos, ainda no início do século XIX.

Mesmo havendo uma forte repressão aos negros na região central da cidade, a “Pequena África” que já se apresentava como um local importante contra a política higienista da cidade contra a população negra, que sofria uma grande repressão em relação aos aspectos socioculturais.

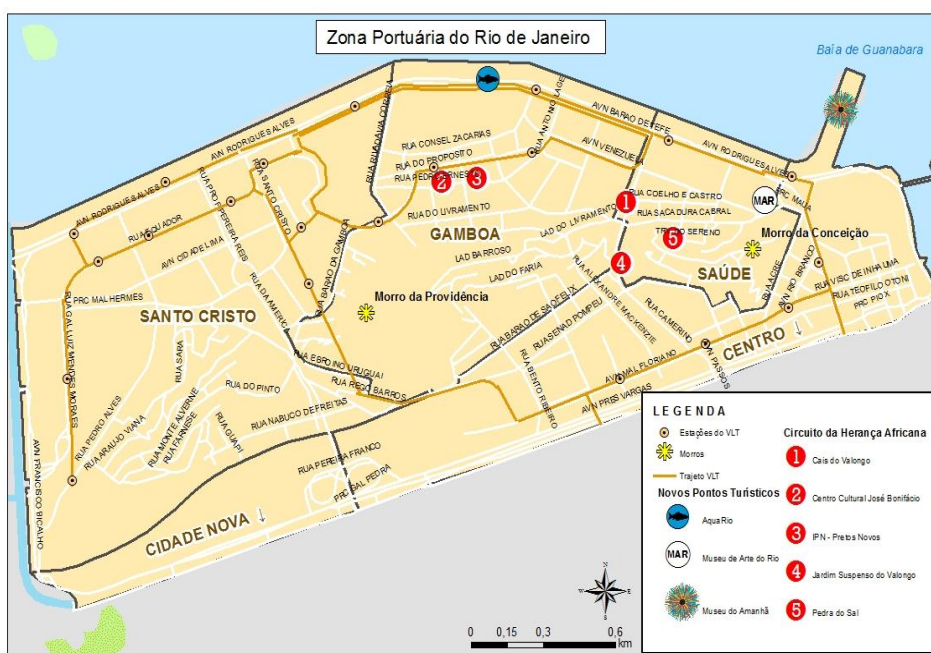
Em relação à localização, nos apropriamos nos estudos de Moura (1995) que descreve que a região, estende-se desde “zona do porto até a cidade nova, e acabou sendo conhecida por “Pequena África” por conta da concentração da população negra naquele local. Em um primeiro momento, devido, ao complexo escravocrata do Cais do Valongo. Contudo, foi à partir do período abolicionista que a região vivenciou uma expressiva migração negra, que inclusive Silva (2016) descreve esse processo como “uma ação aguardada e vivida como um ato muito especial”, que implicava na construção autônoma de suas escolhas pessoais.

E logo que chegavam ao Rio de Janeiro, buscavam preferencialmente estabelecer-se na região, tanto pela facilidade de conseguir trabalho e segurança por conta da perseguição policial, mas sobretudo, por encontrar naquele local uma importante rede de solidariedade.

Assim uma grande parcela de negros libertos, escolheu estabelecer-se na região portuária carioca, que já configurava-se como esse importante lugar social, e que foi sendo estabelecida, como local de moradia de negros oriundos de diversas regiões do país, com destaque para a grande concentração de negros vindos da cidade de Salvador, São Paulo e Minas Gerais.

Na Figura 1 abaixo temos mapa com localização da região da “Pequena África”, na região portuária carioca.

Figura 1: Localização da região da “Pequena África”



Fonte: Mapa do autor.

A escravidão deixou cicatrizes, que podem ser observadas explicitamente através de dados do IPEA (2003), ao destacar que 43% da população negra vive em condições de vulnerabilidade social. Segundo a Secretaria de Políticas para Igualdade Racial (2012), 60,8% da população carcerária no país é negra, ou seja, os dados expressam exatamente o quanto a população negra não é representada por ações no campo das políticas públicas.

A população negra, além de conviver em uma relação de desigualdade social, convive com o racismo, que no Brasil assume um caráter simbólico, pois quando o negro assume posições sociais de destaque pode por vezes gerar polêmica, perseguição e necessita provar a cada dia a sua capacidade.

Neste sentido, o negro em pleno século XXI ainda é visto como qualquer coisa, mesmo como ser humano, dotado de capacidades intelectuais, conforme aponta Lopes (2011) em sua fala:

O Brasil – repetimos - é um país de muitas culturas, onde a cultura negra é, certamente a presença mais forte. Mas a maioria dos negros nem se quer pode perceber esses fatos. E isso porque, procurando apagar da memória dos brasileiros durante muito tempo qualquer ligação com seu passado africano, a classe dominante fez com que o negro perdesse a sua real identidade (Lopes, 2011, p.209).

Entender o processo de escravidão e espaço social em que a grande parcela da população está concentrada é fundamental para o Serviço Social, que pautado nos procedimentos ético-políticos que regem a profissão, deve reforçar a luta política por melhores condições de vida dos cidadãos.

Diante dos fatos, e entendendo que o processo de industrialização condiciona o espaço urbano a sofrer transformações e aos moldes capitalistas que criam e recriam a cidade para uma melhor adequação aos seus interesses, Harvey (2014), sinaliza que a cidadania e identidade no espaço urbano são ameaçados pelo individualismo neoliberal, implicando consideravelmente nas condições de vida da população.

A atual realidade nos centros urbanos é permeada por uma grande desigualdade social que impacta, sobretudo, os segmentos oprimidos, pois a cidade, na conjuntura atual, é voltado para obtenção de lucros através do capital fictício, o que implica consideravelmente no cotidiano dos sujeitos.

Portanto, este fator é um dos motivos que nos impulsionou a escolher a região do Valongo como objeto de estudo, pois acreditamos que o lugar é sinônimo de resistência negra, composta por um universo de pluralidade cultural e étnica. Assim, poderá nos subsidiar de elementos para compreender o sentido da tradição na “Pequena África”, em um movimento de modernização daquela região, que tem tensionado às relações sociais e econômicas pela disputa do território.

Para realização deste evento houve a articulação das três esferas do poder público junto a empresas privadas, cuja gestão é da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), e uma parcela dos investimentos para consolidação destes eventos foi concentrada na região central, compreendida pelos bairros de Gamboa, Saúde e Santo Cristo. Esta região tem sido apresentada através do discurso estatal como “vazios urbanos”, criando-se consenso sobre a necessidade de intervenções na região, conforme elucidado por Mendes (2014):

O subdesenvolvimento de áreas centrais da cidade por via do abandono e da degradação sociourbanística - que com frequência é intencional- eventualmente conduz justamente aquelas condições que configuram uma área altamente lucrativa e susceptível de rápido (re) desenvolvimento (Mendes, 2014, p.497)

Contra a apropriação destes espaços pelo mercado, os movimentos de resistência da região do Valongo articulam ações que buscam legitimar a sua permanência, através de um discurso voltado para ancestralidade, com forte ideia de tradição e perpetuação dos grupos no local.

Neste processo de resistência, o Cais do Valongo, para além de seu caráter simbólico, acaba tendo uma reconfiguração política do processo de resistência, que implica nos direitos sociais das minorias do qual fazem parte.

Os movimentos sociais são ferramentas que contribuem para tencionar, junto ao Estado, a busca por direitos sociais, no qual está atrelado o direito à cidade. Harvey (2014) aponta que “o direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo direito político” contra as atuais intervenções e reafirmação dos direitos burgueses. Tendo em vista que às ações de revitalização na região portuária estão atreladas a uma dinâmica global de reconfiguração do urbano por uma interferência direta do mercado econômico, e conseqüentemente, não dialoga como os movimentos sociais de bairros.

O Cais do Valongo historicamente contribuiu para o crescimento da cidade, fato reafirmando por Guimaraes (2014) em “o bairro da Saúde reunia toda infraestrutura do comércio de escravos, durante os séculos XVIII e XIX, sendo local estratégico para a economia”, e atualmente, tem seu legado patrimonial, sendo absorvido pela esfera privada, destaque ao setor de serviços.

Assim, entende-se que o processo de revitalização reconfigura os bairros da cidade, de acordo com o que pode ser absorvido para manutenção do círculo de lucros para o sistema capitalista, funcionando como uma alavanca para futuros investimentos no local.

O capitalismo se estendeu subordinado a si o que lhe preexistia: agricultura, solo e subsolo, domínio edificado e realidades urbanas de origem históricas. “Do mesmo modo, ele se estendeu construindo setores novos, comercializados e industrializados: os lazeres, a cultura, e a arte dita “moderna”, a urbanização”. (Lefebvre, 2008, p.117).

Através da articulação de urbanização e capitalismo, a região central tornou-se estratégica, pois como descreve Martins (2014) “vender a cidade como local mais apropriado para o desenvolvimento de determinadas atividades (ou conjunto de atividades)”. Dessa forma, o poder estatal justifica qualquer intervenção que implique em ações de remoção.

O discurso de revitalização na região central é pautado em lazer, mobilidade urbana, e, sobretudo no resgate do legado cultural da “Pequena África”, que Fortuna (2002) afirma que: “tudo se inclina para retorno ao centro da cidade”, que volta a ser valorizada por conta da mobilidade urbana e patrimonial.

Na medida em que se reafirma a região como berço da cultura afro-brasileira fundamentada através das práticas de valorização da cultura, que segundo Mello & Voguel (1998) “são práticas cotidianas”, que fortalecem o

resgate das lembranças, reavivando os laços de solidariedade de seus moradores, assim como a luta política naquele território:

O caminho para definir a identidade, o caráter de certos bairros, regiões e centros urbanos, dependem, portanto, com maior ou menor escala de se reconstruir a história de seus espaços, e da maneira de praticá-lo. Isso envolve a ideia de recorrência cotidiana; do que comum dentro de determinados quadros de referência sócio espacial (Melo; Voguel 1998, p.03).

Na cena carioca, para a plena efetivação do processo de urbanização em andamento, além de contar com ampla colaboração do Estado, apresenta outra particularidade, como descreve Gonçalves (2014) “Alguns setores são fortemente beneficiados pela organização dos eventos, como a construção civil, o turismo e, sobretudo, o mercado imobiliário. O valor do solo aumenta de maneira exponencial”, e que juntos impactam na mudança de moradores e comerciantes das áreas para outros espaços da cidade, sendo também forma de desmobilização política.

Neste processo, o Estado tem papel central para criar uma estrutura que seja capaz de concentrar investimentos econômicos através de viabilização de subsídios. No caso da região do porto, geram em torno de bilhões de reais, concentrados na construção de novos equipamentos e intervenções na revitalização, em um processo de total retrocesso de consolidação de cidadania.

Tanto as intervenções quanto os equipamentos previstos para zona tem como objetivo atender um novo público de visitantes e moradores sem dialogar necessariamente com os anseios dos moradores locais. O urbanismo torna-se instrumental para a constituição de um novo modelo de cidade (Gonçalves, 2014, p.20).

A região do Cais do Valongo, por conta de toda construção histórica, atualmente foi inserida em uma lógica apontada por Lefebvre (2015) de “urbanização, desurbanizante e desurbanizada”, no qual valor do patrimônio histórico foi sendo apropriado pelo capital.

Ao mesmo tempo em que os movimentos sociais urbanos da região adquiriram um papel fundamental contra a ofensiva neoliberal, na medida em, tem apresentado seus questionamentos sobre a dinâmica do espaço urbano e possíveis consequências deste processo para grupos minoritários, através de uma partilha e resgate da memória.

Por todos estes elementos, foi possível aprofundar nossos estudos referentes ao Cais do Valongo e seu processo de resistência diante da cena carioca atual que ressignificou os espaços em nome do desenvolvimento.

O percurso metodológico realizado para construção da dissertação nos permitiu proceder um levantamento bibliográfico a respeito da temática, em que através de pesquisa documental e bibliográfica foi possível conhecer aspectos fundamentais sobre a área do Cais do Valongo e o processo de resistência e construção identitária do negro na área central da cidade desde o século XIX até os dias atuais.

A realização da pesquisa de campo foi de cunho qualitativo, na qual inicialmente realizamos a visita guiada pelo Circuito Arqueológico da Herança Africana promovida pelo Instituto Pretos Novos, com objetivo de por meio da observação participante conhecer os espaços históricos e as histórias de cada um dos espaço significativos da região. Participamos também da V Lavagem do Cais do Valongo, ocorrida em 09 de Julho de 2016, e também do Balaio de Iemanjá em 02 de fevereiro de 2017 e em alguns cursos de curta duração promovidos pelo Instituto Pretos Novos com parceria da Concessionária Porto Maravilha Cultural, cujas abordagens tinham relação direta com o resgate histórico da chegada dos negros no Brasil e os movimentos de resistência promovidos. Em seguida, efetivamos contatos com as lideranças dos grupos afros, entre outros da localidade, o que nos possibilitou realização de 2 entrevistas com representantes da Organização Cultural Remanescente de Tia Ciata e Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos a fim de conhecer melhor o posicionamento de cada segmento e como eles compreendem a realidade atual de mobilização e resistência.

A contribuição deste estudo no contexto acadêmico um no sentido de dar mais uma vez, destaque ao negro enquanto protagonista de sua história, pois apesar do mesmo viver em um processo sócio-histórico, que buscou afirmá-lo por um viés marginal. Esses segmentos articulavam-se em ações para que garantissem o seu lugar social, frente às repressões empreendidas pela força da esfera pública, ao longo dos anos. A religiosidade também esteve presente na manutenção da construção simbólica daquela região, pois reafirmou o sentimento de pertencimento do negro na zona portuária, marcando um forte traço da identidade afro-brasileira.

Neste contexto, o Cais do Valongo vai representar um símbolo urbano que tem a função de promover o fortalecimento do processo de resistência dos grupos afro-brasileiro, naquele território contra as ofensivas do capital imobiliário, que vem promovendo um processo de apropriação da região no contexto de cidade-global. Ao mesmo tempo em que o morador local não se vê totalmente representado por tais inovações, pois a construção dos novos equipamentos

urbanos de supervalorização do turismo favorecem diretamente o setor de serviços.

No sentido de articular a discussão central com a prática do Serviço Social, buscamos construir uma análise em torno da sua ação nas favelas a partir da década de 1940, no qual a profissão apresentava uma orientação conservadora cuja intervenção na prática ocorria por meio das ações de Desenvolvimento de Comunidade. E, com o passar dos anos evidenciamos seu rompimento com “mito da neutralidade” e em sua fase de amadurecimento teórico, apontamos para possíveis caminhos de atuação da profissão diante da realidade trabalhada. Neste estudo, no entanto, não houve identificação de presença efetiva dos assistentes sociais no processo de revitalização do porto carioca.

Portanto, esse trabalho buscou realizar uma análise da construção identitária enquanto expressão de resistência do negro em sua formação social e histórica, considerando como ponto de partida os impactos da transformação do urbano, na região portuária a partir da sua reestruturação para atender os Jogos Olímpicos.

Para fundamentar o estudo, trabalhamos com as seguintes categorias: Identidade, onde nos respaldamos na ideia trazida pelo autor Stuart Hall, que busca apontar uma análise do sujeito sociológico, que vai sendo formada na interação entre o “eu” e a “sociedade”, permitindo preencher o espaço entre o mundo interior e o exterior; Em relação ao território nos valem da conceituação trazida por Milton Santos, que nos permitiu entender os movimentos de fundo da sociedade, expressando as relações existentes entre espaço e poder.

Já para trabalhar a questão da resistência nos apoiamos em Eric Hobsbawm que permitiu compreender as ações de resistência expressam um ato político, que contribui para compreensão dos conflitos existentes na sociedade. Para entendimento da importância da memória, utilizamos como referência o conceito de Michael Pollak, pois veio contribuir para entendermos que a memória é “fenômeno constituído social e individualmente”; E quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenologicamente muito estreita entre “memória e sentimento de identidade”.

Em relação ao simbólico urbano, trabalhamos com o conceito trabalhado por Manuel Castells, que nos permitiu analisar tanto o lugar ou lugares que condensam de maneira intensa uma carga valorizante, em função do qual se organiza de forma significativa o espaço urbano. E por fim a questão do direito à

cidade utilizamos a contribuição de David Harvey que apresenta esse direito em um “sentido coletivo, mais do que individual; direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos”.

Quanto à sistematização de nossa análise, esta dissertação, além da introdução e das considerações finais, foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, denominado “Cais do Valongo: a importância da sua formação socio-histórica para a cidade carioca”, abordaremos o comércio escravocrata em sua fase inicial, na parte central da cidade do Rio de Janeiro, até o seu deslocamento para o Cais do Valongo, onde se constrói um complexo escravocrata no auge do processo. Terminaremos a análise com as conjunturas sociopolíticas que ocasionaram a construção do Cais da Imperatriz, por ocasião da chegada da Princesa Teresa Cristina de Bourbon para seu casamento com então imperador Dom Pedro II, em 1843. tal capítulo tem o foco de sua análise que se desdobra durante o século XIX.

Já no segundo capítulo “Expansão urbana e os impactos da reconfiguração da região portuária no Século XX”, apresentaremos os impactos das ações urbanísticas, orquestradas pelo Prefeito Pereira Passos, no início do século XX. É abordado também seus desdobramentos para a população negra e pobre, e como esse processo foi de encontro ao que Perlman (1977) chama de “mito de marginalidade.” Por fim, analisamos o papel do Serviço Social, na década de 1940, também chamado de período “desenvolvimentista”, no qual a prática profissional era voltada para a atuação da ideia do “desenvolvimento de sociedade”, ação esta que fortalecia o modelo capitalista.

No terceiro capítulo “O século XX: os avanços e retrocessos urbanísticos na região central da cidade”, abordaremos as principais ações de resistência da população negra na região central, através da formação de núcleos de resistência urbano, que se dão a partir da formação das casas de Zungus, perpassando pela Revolta da Vacina, além da presença de Hilária Batista de Almeida, mais conhecida como Tia Ciata, e da forte contribuição dos grupos afro-brasileiros presentes na região, com um forte destaque para o Afoxé Filhos de Gandhi. Será discutido também como o processo de expansão urbana acabou provocando um processo de segregação socioespacial da região.

Por último, no quarto capítulo “A dinâmica socioespacial do Cais do Valongo na cena contemporânea” será analisada a região portuária no século XXI, buscando apresentar como as transformações do processo de revitalização do Porto Maravilha têm impactado diretamente nas ações de resistência dos grupos afro-brasileiros que ocupam e habitam a região, assim como o Cais do

Valongo tem tido o papel de ressignificar o processo de lutas dos grupos afro-brasileiros.

Assim tentamos mostrar como foi sendo construído a identidade afro-brasileira na região portuária, e como as ações de resistência foram importantes para que esses grupo pudessem articular uma sociabilidade que foi sendo mantida ao longo do resgate da tradição que contribuiu para a avlorização do patrimônio cultural da região portuária carioca.

Capítulo I

1. Cais do Valongo: importância da sua formação sócio-histórica para a cidade carioca

1.1. Rua Direita: o lócus da mercadorização humana

O comércio escravocrata foi o responsável pelo maior deslocamento de pessoas do continente Africano para as Américas, trazendo homens, mulheres e crianças, que além de sofrerem por terem sido capturados, eram submetidos às imposições arbitrárias sem nenhum respeito pelo ser humano. Eram mantidos como “carga viva”, acorrentados, e transportados como mercadoria para outras cidades, sendo comercializados rapidamente ao chegarem ao porto.

Segundo Fausto (2012), o “comércio escravocrata, teve início no século XVI, e em 1538 já chegavam os primeiros escravos africanos no país, processo que se estendeu até século XIX”, marcando para sempre o movimento da Diáspora Africana, através da condução forçada dos povos africanos para outros continentes.

Quando desembarcavam no porto carioca, encontravam uma estrutura urbana precária, que comportava uma grande parcela da população na parte central da cidade, enquanto que outras regiões ainda eram pouco habitadas, sendo apenas o local de concentração de chácaras, além de áreas alagadiças que impediam a expansão da cidade.

Assim, a região central era o berço da cidade, e a Rua Direita - atual Rua Primeiro de Março - foi uma das primeiras e mais importantes ruas da cidade, visto que segundo Cardoso et al (1987) “concentrava-se às atividades administrativas, eclesiásticas e econômicas”, naquele momento histórico.

Podemos entender historicamente a importância da Rua Direita a partir das contribuições de Bernardes & Soares (1990) que destacam sua relevância para a sociedade colonial ao mencionarem que “a Rua Direita foi a primeira e principal artéria do Rio de Janeiro começando ao pé da Ladeira da Misericórdia”, permitindo o estabelecimento também dos comércios e residências. Contudo, foi a partir do tráfico de escravos no local, que foi viabilizada a grande movimentação econômica e social, pois se configurou como um dos locais mais representativos, no que confere ao comércio de escravos no Brasil. Todavia, o

estabelecimento desta dinâmica, em sua fase inicial, ocorreu de maneira muito informal, e assim as calçadas serviam de vitrine para a comercialização de escravos, que ficavam expostos aguardando a negociação que envolvia seu destino a partir de sua compra.

Neste contexto, por conta da dinâmica econômica e social, o comércio de escravos atraía uma grande concentração de pessoas que estavam envolvidas neste tipo de negócio, fazendo da Rua Direita um local bem movimentado por conta da intensa concentração de escravos, vendedores, compradores, e também de moradores que dividiam o mesmo espaço.

Segundo Honorato (2008) “as mais conhecidas casas de comércio ficavam na Rua Direita e os negócios de escravos se faziam principalmente no trecho entre a Rua Direita e a ladeira do mosteiro de São Bento”, que acabavam movimentando esta parte da cidade, e assim podemos mensurar o quanto as implicações do deslocamento do comércio escravocrata para outra parte da cidade representava para a economia local, principalmente, para os grandes comerciantes de escravos que já tinham se instalado na parte central da cidade, fazendo com que os trâmites do comércio de escravos fossem cada vez mais promissores economicamente.

A figura 2 demonstra o fluxo de pessoas na região da área central da cidade no início do século XIX, ilustrando a concentração das instituições públicas e de pessoas em uma mesma região, em condição urbana precária, pois ganharia novos contornos à medida que o tráfico de escravos na via se intensificasse no Brasil, sobretudo a partir de sua instalação no Cais do Valongo.

Figura 2: Comércio escravos na Rua Direita



Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra65262/rua-direita-rio-de-janeiro>

À medida que o comércio escravocrata foi se expandindo na Rua Direita, se estabelecia também um importante eixo econômico para a Coroa, começando a surgir, por parte da nobreza da época, questionamentos de cunho meramente moral em relação à concentração de escravos desnudos expostos, pois não era bem visto pelas nobres famílias que residiam naquela região. Tais questionamentos, não impulsionaram qualquer mudança em relação à localização do mercado de escravos, pois a demanda além de ter sido intensificada, foi reforçada pelo imaginário da representação de poder, soberania e nobreza, ficando evidenciado o papel social da superioridade racial, tal como Mattos (1998) descreve em seus estudos: “a liberdade era, a princípio, um atributo do branco”, dentro do modelo de sociedade, em que o negro era amaldiçoado, servindo apenas para trabalho até sua morte.

E, nesta dinâmica, conforme foram ocorrendo os melhoramentos estruturais das embarcações, houve um aumento significativo da capacidade de transporte de escravos para as Américas. Albuquerque & Filho (2006) analisam a intensificação do tráfico de escravos para o Atlântico a partir da capacidade dos navios e descrevem que:

Nos séculos XVI e XVII uma caravela portuguesa era capaz de transportar cerca de 500 cativos e um pequeno bergantim podia transportar até 200. No século XIX, os traficantes utilizaram os navios a vapor, o que reduziu o tempo das viagens. Nos últimos anos do tráfico, a média de escravos transportados por navios era 350 (Albuquerque & Filho, 2006, p. 49).

Dentro dos navios, os escravos eram acomodados como cargas vivas, e tratados como mercadoria, sem qualquer conforto, e assim faziam sua longa travessia do Atlântico, chegando a ficarem meses dentro dos navios. Lá, além de sofrerem maus tratos, vivenciavam o distanciamento dos seus entes queridos por conta de tudo que era deixado para trás e que estava correlacionado com a sua identidade, como a cultura, religiosidade e, principalmente, o lugar social que ocupavam dentro de suas tribos.

Outro aspecto que merece ser evidenciado é o expressivo número de escravos que acabavam morrendo nos porões dos navios por conta de doenças, como malária, tuberculose, diarreia, entre outras moléstias que estavam associados diretamente à condição de insalubridade em que viajavam, pois higiene e cuidados pessoais e médicos não faziam parte do cotidiano das pessoas então.

Além disso, o alto índice de mortalidade se dava devido a tentativa de fuga sem êxito revelada pelo gesto de profundo desespero pelo confinamento, pois muitos escravos caíam no mar e se afogavam. Por outro lado, os negros

que não tentavam fugir eram castigados como símbolo de represália para inibir novas tentativas. Assim, os comerciantes buscavam sempre imprimir o caráter violento e autoritário, expressado por uma condição de subalternidade e opressão ao negro africano.

Quando um navio atracava com este tipo de “mercadoria humana”, muitos escravos estavam debilitados ou mortos, pois a total precarização dos navios favorecia a proliferação de doenças dentro dos porões, Moreira et al (2006) sinaliza que “os navios negreiros também recebiam o nome de tumbeiros” por conta do elevado número de escravos que acabavam morrendo durante a viagem que duravam meses, dentro de um ambiente favorável a todos os tipos de moléstias, ocasionando algumas perdas para o tráfico.

Mesmo assim, o tráfico escravocrata foi responsável pelo deslocamento involuntário de pessoas e, apesar de não haver exatidão sobre número de escravos que atravessaram o Atlântico, estima-se, segundo Moura (1995), que mais de “dois milhões” chegaram aos portos brasileiros, mais precisamente no Rio de Janeiro, enquanto que Moreira et al (2006) afirma que “60% desembarcavam no porto carioca”. Esses números apontados pelos autores expressam o papel central do Rio de Janeiro na dinâmica comercial escravocrata, além de evidenciar o quanto o escravo era essencial para a manutenção do império Português, por conta da necessidade de sua mão de obra barata no Brasil colonial.

Um dos desdobramentos ocasionado pelo tráfico de escravos foi sentido diretamente no aumento populacional das cidades portuárias, pois segundo Moreira et al (2006) “mais de quatro milhões de africanos vieram para o Brasil, e muitos deles de origem Angolana”, mas ao chegarem em terras brasileiras, eram cuidadosamente separados de seus grupos étnicos, como maneira de evitar rebeliões. Este posicionamento é destacado por Fausto (2012) quando afirma que:

Dentre os vários fatores que limitaram as possibilidades de rebeldia, lembremos que, ao contrario dos índios, os negros eram desenraizados de seu meio separados arbitrariamente, lançados em levadas sucessivas em territórios estranhos (Fausto, 2012, p.48).

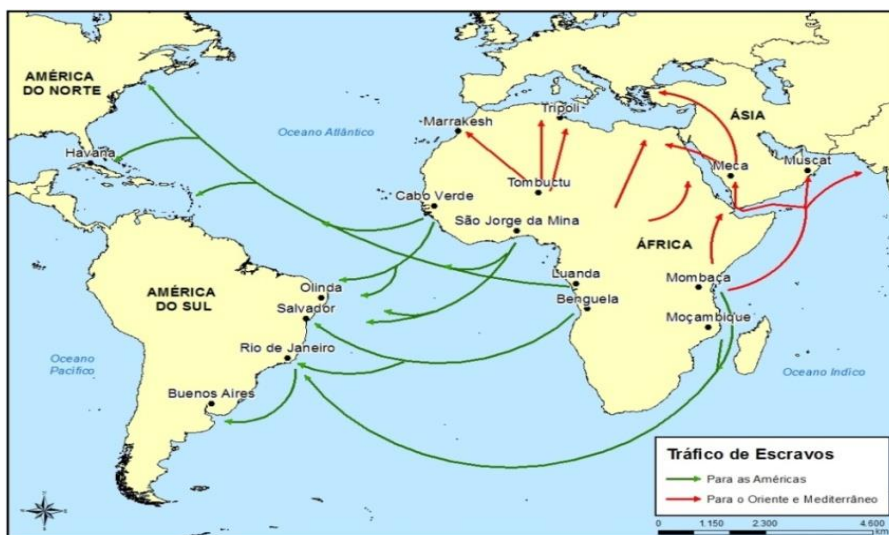
Neste sentido, podemos perceber que, o processo de levadas de escravos era organizado através de rotas que tinham por objetivo atender a demanda vinda do contingente de africanos em direção as Américas, Oriente e Mediterrâneo. No caso do Brasil, as rotas marítimas tinham como ponto de descarga a cidade de Salvador, que na época ocupava posto de capital do

Império, assim como o Rio de Janeiro, por conta da demanda por mão de obra para as Fazendas do interior do estado, quanto para o escoamento de ouro vindos de Minas Gerais.

As rotas marítimas formaram os caminhos percorridos por inúmeros escravos, e desempenham o papel de direção até os portos no qual cada cidade Africana tinha sua articulação com outros continentes, isso favorecia a balança comercial no sentido de evitar o monopólio de apenas uma cidade Africana como ponto de partida de escravos.

Na figura 3, podemos visualizar as principais cidades do continente Africano e as rotas marítimas de tráfico de escravos para outros continentes.

Figura 3: Rota Marítima de Tráfico de Escravos



Fonte: <http://www.abolitions.org/images/carteportugal-db1c.jpg>

Podemos perceber que o tráfico era importantíssimo para o fortalecimento da cadeia econômica mundial, e particularmente o Brasil era responsável pela base da economia colonial, pois era por meio da exploração de mão de obra escrava que a economia funcionava, tanto pela comercialização dos mesmos, quanto nas plantações das fazendas e também nos ofícios nas cidades. Assim, o escravo era um dos alicerces de suas economias, no qual o escravo era explorado ao máximo de suas forças físicas.

Dessa forma, para manter o escravo dentro do círculo de trabalho forçado, e a fim de evitar qualquer possibilidade de rebelião, todas as barbáries cometidas eram justificadas por quem as cometiam, inclusive através do viés

religioso, em que usavam a purificação dos infiéis como argumento para explicar as atrocidades cometidas com os escravos.

Este posicionamento ganha sustentação através das falas de Albuquerque & Filho (2006), quando afirmam que: “o tráfico era justificado como instrumento da missão evangelizadora dos infiéis africanos”, resultando na forma cruel como escravos eram maltratados e condenados a morrer sendo objeto nas mãos de seus compradores”, assim, o poder do dono de escravos era reforçado pela igreja e por todos os segmentos da elite. Os castigos, então, aplicados de forma aleatória ou não eram, aceitos sem questionamentos, como forma de coibir a rebeldia e manter todos sob controle.

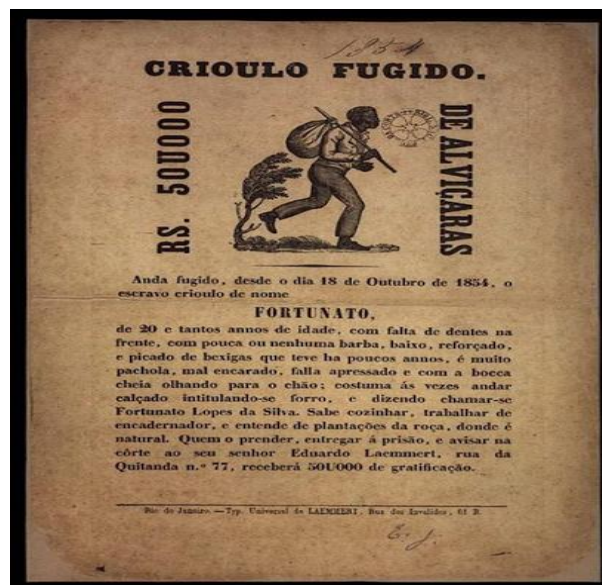
Conforme elucida Comas (2002) “para a elite social da época, o negro era posto como “perfeito selvagem”, restando a elite branca dominá-lo.” Embora se suscenta-se uma afirmativa de pôr o escravo em uma condição subalterna, a sociedade da época, tinha perfeito conhecimento em relação à capacidade dos escravos de articularem suas fugas, que eram construídas através de ações estratégicas e que favoreciam pela necessidade de encontrar uma saída para a vida de exploração ao qual eram submetidos já enfrentava diversas ações de fugas de escravos.

Assim, quando os escravos fugiam, tinham de ser muito ágeis, pois, pagava-se caro pela captura. através de cartazes que eram espalhados na cidade em busca daqueles que fugiam, oferecendo recompensa pela sua localização. Deste modo, a Corte enfrentava diversas ações de fugas de escravos, que em muitos casos, acabavam se escondendo nos quilombos, um local de segurança contra as investidas dos capatazes.

Inclusive, a fuga de um escravo acabava sendo uma afronta para a elite burguesa e provocava por parte de seu “dono” uma imediata ação de busca, pois representava economicamente um grande prejuízo, e também uma afronta de reconhecer a sagacidade do seu escravo fugido.

Na Figura 4, podemos observar o anúncio de recompensa pela captura de “crioulo fugido”.

Figura 4: Anúncio de crioulo fugido



Fonte: <http://www.museudeimagens.com.br/escravo-fugido/>

Deste modo, o sistema escravocrata conforme Ianni (1978) aponta era baseado nos dois aspectos “violência e a repressão”, que estrategicamente favoreciam o sistema opressor por conta das possíveis fugas ou rebeliões, ao mesmo tempo que garantia a invisibilidade do escravo que precisava ser reafirmado a todo instante como boçal, embora suas ações de fugas afirmassem a sua grande capacidade de reação contra todas as imposições da sociedade escravocrata.

Uma das práticas utilizadas pelo dono de escravos assim que fossem capturados eram os castigos públicos. Estes, aconteciam como forma de expor aos outros escravos que qualquer tentativa de fuga implicaria em reações violentas como chicotadas, açoites - entre outras ações de tortura -, e que na maioria das vezes eram realizados nas áreas centrais da cidade.

Essas práticas corretivas ocorriam preferencialmente nas áreas centrais da cidade por conta da circulação de pessoas e também devido ao fato de que nestas regiões eram estabelecidas o comércio de escravos, como descreve Moreira et al (2006) “os senhores faziam uso de diversos pelourinhos” que cumpriam seu papel de repressão as constantes fugas de escravos. Deste modo, a fuga representava a união destes segmentos e sua capacidade de interagir, criando uma rede de solidariedade negra.

Enquanto os escravos eram oprimidos, os comerciantes de escravos tinham um peso nas decisões políticas e econômicas na colônia, por conta de sua posição financeira. Assim, qualquer decisão sobre o comércio de escravos

precisava ser apoiada pelos renomados barões do tráfico, ao passo que quanto mais o comércio se intensificava, maior era o poder destes grupos nas decisões sobre o rumo da cidade.

Portanto, o escravo era classificado de acordo com sua nação de origem e tempo de chegada ao Brasil, ou seja, a partir das categorias de ladino (escravo aculturado), crioulo (escravo nascido no Brasil) e boçal (recém chegado da África). Esse processo foi chamado de estratificação e buscava articular valores comerciais de acordo com essa classificação, ao mesmo tempo que, tentava-se, através deste processo, que esses grupos de escravos se auto segregassem, promovendo a sua própria desmobilização em torno de tentativas de se rebelarem. Pois, as rebeliões escravas teriam mais sucesso se fossem feitas contando com a coparticipação de outros escravos, que formavam uma rede, em que cada um tinha um papel a fim de garantir a fuga e chegada ao um local segurança.

Assim, esta categoria era também utilizada para inseri-lo no ambiente de trabalho forçado, em que, na maioria das vezes, cabia ao escravo africano as atividades que delegavam mais força braçal, tanto no meio urbano, quanto para área rural, além da exploração pelo seu conhecimento sobre suas técnicas de agricultura, que no continente africano já eram mais avançadas. Enquanto que para servidão as famílias burguesas tinham preferência pelos escravos tidos como crioulos.

Dessa forma, a estratificação definia o lugar de trabalho deste escravo, que variava de acordo com suas habilidades, pois muitos africanos escravizados acabavam desempenhando no Brasil, funções laborais que já realizavam no continente africano.

E que em regras gerais estabelecia o negro como apenas mais uma mercadoria, que além de ser explorado por 14 ou 16 horas diárias, não tinha qualquer perspectiva, visto que a alimentação era precária, as senzalas insalubres, e a violência física uma constante, pois era castigado ao mínimo sinal de desobediência ao seu dono. Tais fatores corroboravam para expectativa de vida curta da população escrava, já que em muitos casos não alcançavam em média 30 anos de idade por conta de intensa exploração sofrida.

Na esfera social, temos no Brasil Colônia uma sociedade centralizada na família burguesa, onde o Senhor de escravos desempenhava um papel relevante no tocante às decisões políticas, e um escravo que funcionava como alavanca para o desenvolvimento econômico das sociedades escravocratas.

No que diz respeito ao meio urbano, cabe destacar que, mesmo o comércio marítimo já sendo estabelecido como uma via importante da economia carioca, a estrutura local era tipicamente rural, concentrando regiões alagadiças, que sofreram intervenções pontuais de urbanização ao longo dos anos, sobretudo a partir da chegada da Coroa em 1808. A cidade carioca é transformada, com asoreamento dos locais alagadiços a fim de expandir o território urbano e propiciando uma melhor estrutura para sua acomodação, no período que antecedia a chegada da Corte.

Na parte central da cidade, concentravam-se o comércio de escravos, as repartições públicas e as famílias mais nobres da cidade. Enquanto as áreas mais periféricas da cidade apresentavam um cenário com pouquíssimas moradias e chácaras, apresentada como uma região que tinha um potencial econômico, à medida que houvesse algumas intervenções, como construção de ruas e adensamento de locais aladiços da região.

Podemos observar através da imagem 5 a cidade no século XVII, na qual a região central era um pouco mais habitada, enquanto que áreas periféricas litorâneas ainda apresentavam um vazio estrutural, que sofreram impactos somente com o deslocamento do comércio para a região do Cais do Valongo.

Figura 5: Rio de Janeiro no século XVIII



Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana/Janeiro,2017>

Deste modo, podemos perceber que naquele período a cidade ainda possuía uma imensa parte de sua área litorânea, sem qualquer intervenção. Entretanto, à medida em que foi houve um adensamento populacional, a região central torna-se extremamente pequena para poder atender às demandas políticas, sociais e econômicas. Desse modo, essas regiões que ainda apresentam um “vazio estrutural” começam a ser habitadas. Qualquer medida dependia de ser prioridade estabelecida pela Coroa, que julgava todas as ações realizadas na colônia.

Na esfera política, a situação também não era diferente, pois essa subordinação em relação às ações também estavam pautadas em uma condição de extrema interdependência para com a Corte, pois a figura do Rei tinha total domínio de suas colônias de exploração, através do poder conferido ao Vice-Rei, que tinha responsabilidade de cuidar dos assuntos ligados a boa administração das cidades, no sentido amplo de fazer cumprir as determinações do Império Lusitano.

A Igreja exercia grande influência junto à Corte. Pode-se contemplar essa articulação através das inúmeras freguesias que eram distritos urbanos espalhadas por locais estratégicos da cidade, assim, a Igreja reforçava o caráter de domínio do Império Português na Colônia. Fausto (2012) descreve que:

Neste sentido o poder da Igreja se torna relevante. Como tinha nas suas mãos a educação das pessoas, o “controle das almas”, na vida diária era um instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte (Fausto, 2012, p.54).

Na colônia, a Igreja subdividiu nas seguintes Freguesias: Candelária, Santa Rita, Santana, São José e Sacramento, e sobretudo a maneira com que eram marcavam uma dominação no âmbito sócio espacial, pois eram estabelecidas nestes territórios como reafirmação do poder religioso, e político da Coroa nas decisões relativas a Colônia.

Neste aspecto, Cardoso et al (1987) fundamenta que “a implantação da Igreja em alguns locais ajudou a orientar o crescimento urbano”, sendo que cada Freguesia representava também as condições econômicas de seus moradores, destacando-se a Freguesia de Santa Rita da época, e hoje representa os bairros da região portuária Saúde, Gamboa e Santo Cristo, já concentrava naquela uma grande parcela de escravos.

A igreja desempenhou um papel estratégico no processo de perda da identidade das populações africanas escravizadas, em função da imposição do batismo como ato cristão, o que, na realidade, efetivava a dominação cultural do catolicismo ou cristianismo sob a religião de matriz africana, pois tornou-se proibitivo qualquer manifestação de cultos africanos nas senzalas e nos engenhos e na cidade.

Logo, fazendo com que essas populações vivenciassem, além dos castigos físicos, a violência simbólica pelo fato de não mais ser possível cultuar os princípios de sua religião, e por imposição sofrerem o processo de aculturação religiosa. Tais fatores são enfatizados em documentos registrados na Biblioteca

Nacional (1988), que elucidam a respeito do lugar do negro na sociedade colonial, e principalmente, como a questão da religião africana foi duramente combatida e perseguida:

Além do trabalho, obediência e respeito às leis e dispositivos disciplinares, os senhores exigiam dos escravos, fidelidade, humildade e aceitação dos valores brancos. Logo que chegavam ao Brasil, os Africanos eram batizados e recebiam nomes cristãos, sendo em geral perseguida a prática de cultos africanos (Biblioteca Nacional, 1988, p.11).

Como estratégia de sobrevivência e de manutenção das suas crenças diante de tantas agrúrias, o escravo foi construindo alternativas para manter conexão com sua identidade e religiosidade, e através do sincretismo, conseguiu relacionar os santos católicos aos deuses africanos e com isto aproximar a prática religiosa para dentro das senzalas nos seus rituais africanos, e esta postura é reforçada nas falas de Hosbawm & Ranger (1998), quando enfocam que a tradição sofre transformações ou adaptações e no Brasil, o escravo precisou reinventar suas tradições, e assim poder mante-las em seu cotidiano.

Neste sentido, pensar os processos de resistência que ocorriam no perímetro urbano no período escravocrata é ir além do que está naturalmente posto, visto que é necessário entender que a cidade é composta por uma grande teia de sujeitos que ali estão inseridos, e que articulam seus movimentos de lutas sociais. Ou seja, é o lugar material em que ocorrem tais processos de disputas, conforme afirma Gomes (2002):

A cidade, não pode pois, ser concebida como uma forma que se produz simplismente pela contiguidade das moradias ou pelo simples andensamento de população; ela é, antes de qualquer coisa, um tipo de associação entre pessoas, associação esta que é uma forma física e um conteúdo (Gomes, 2002, p. 19).

Assim, no cenário urbano, a região do porto vai ser um dos ícones de identificação destes escravos com o continente africano, por conta da proximidade com o mar, que representava o único caminho de volta para África, marcando aquele território por lembranças de sua terra, mas também pela imposição do seu esquecimento, através da destruição de seus amuletos de proteção que traziam consigo durante a viagem, numa representação de sua etnicidade, e que eram destruídos dentro de um contexto de intenso processo de aculturação.

Nesta conjuntura social, tudo que se produzia e construía era resultado da exploração do trabalho escravo. Albuquerque & Filho (2006) analisam a contribuição do negro para a sociedade brasileira quando mencionam que “por

mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida no Brasil ou exportada, foi fruto da exploração do trabalho escravo”, entretanto sempre mantendo o escravo como invisível social, sendo apenas reconhecido como propriedade do seu senhor.

Apesar da situação desfavorável, o escravo buscava manter-se na luta por sua liberdade, por suas tradições, mesmo que de forma travestida no sincretismo ou em outras práticas branca e católica, como afirma Moreira et al (2006) “vivendo sob experiência da escravidão, os africanos na diáspora tiveram que readaptar e transformar muitas de suas tradições, práticas e costumes”, e assim foram sendo criadas formas de resistências negras que inclusive começavam dentro das senzalas. Portanto, os escravos não aceitavam a lógica que era imposta à sua condição social, pois através da estratégias de resistências articuladas pelos escravos, os mesmos buscavam lutar contra a sua condição de mercadoria.

1.2. O comércio de escravos como berço da barbárie no Cais do Valongo

A dinâmica de transferência e estabelecimento do comércio escravocrata na região do Cais do Valongo, embora tenha sido estabelecido por um conjunto de circunstâncias no âmbito político, econômico e social, foi um processo que não ocorreu rapidamente. Isto porque, embora a esfera pública tivesse a necessidade de atender as demandas de determinado grupos sociais, que para época tinham o status e relevância social por conta dos lucros expressivos que o comércio de escravos possibilitava a Coroa, foi demandado por inúmeras questões, conforme abordaremos abaixo.

Começamos por enumerar como um dos mais expressivos problemas para o deslocamento do comércio de escravos a questão sanitária, pois não caberia mais esse tipo de negócio na principal rua da cidade, carecendo de estabelecer um novo local distante dali para essa prática a fim de resguardar a população das inúmeras enfermidades da época. Visto que para Moreira et al (2008) as epidemias eram um dos fatores de mortalidade devido ao intenso vaivém de embarcações pelos mares, tornando as áreas portuárias um laboratório de enfermidades, já que estavam associadas às péssimas condições de sobrevivência dos negros, amontoados nos porões dos navios, condicionados como cargas humana, sendo assim, responsável pela maioria das causas de doenças e morte.

Todavia, os problemas não se restringiam apenas a esta área, e objetivando entender a dimensão dos conflitos para além da questão de insalubridade, notamos que vai ser pressionado por imposições dos comerciantes de escravos, que residiam em locais mais distantes da região central, em sua grande maioria, importantes senhores de escravos que no processo de disputa por melhores escravos, acabam desvantagens em relação aos compradores que residiam mais próximo a Rua Direita.

Neste contexto, esses compradores acabavam ficando à mercê das ações de atravessadores, assim a comercialização de escravos acabou demandado uma resposta por parte das autoridades públicas dentro de um processo sempre pautado nos interesses destes comerciantes locais.

Inclusive encontramos nos estudos de Honorato (2008) a informação de que a questão estava centrada também nas disputas entre comerciantes locais, devido a “ação dos atravessadores”, que inseridos no mercado de escravos, desempenhavam um papel importante no comércio escravocrata, ou seja, atrapalhavam os lucros motivos de descontentamento dos comerciantes locais, que tinham força política.

Deste modo, através da mudança da localização do comércio de escravos para o Cais do Valongo, objetivou-se manter lucros e concentração do comércio. Sendo assim, foram estabelecidos importantes trapiches de escravos, casas de comerciantes, casas de fabricação de correntes e adornos de ferros, além de prostíbulos na localidade, como forma de atrair inúmeros públicos. Este fator é reforçado por Lima et al (2016) quando descreve a existência de um verdadeiro complexo comercial no Cais do Valongo, através de análises dos documentos da época, contribuindo para melhor esclarecimento da dinâmica na região:

Esses documentos expõem de forma clara os componentes do complexo formado na região do Valongo para o comércio de carne humana: o cais, local de desembarque dos africanos recém-chegados; o mercado, na rua do Valongo, onde eram negociados os que se encontravam em condições de serem vendidos; o lazareto, na Gamboa, onde deveriam ser isolados em quarentena os que se encontravam infectados e os já moribundos; e o cemitério dos Pretos Novos, à rua Pedro Ernesto, onde deveriam ser enterrados os que faleciam (Lima et al, 2016,p.307).

Assim, enquanto o comércio na parte central da cidade provocava uma grande aglomeração de pessoas e carecia da necessidade de espaço mais amplo para aumento dos lucros com este tipo negócio, no Cais do Valongo, haviam todas as possibilidades comerciais para inúmeras transações de todos os ramos. E na visão de Cardoso et al (1987), “a transferência do mercado de

escravos do centro da cidade (rua Direita) para o Valongo foi decisiva para envolver definitivamente o litoral norte do Rio nos negócios portuários”, provocando aumento populacional da região.

Outro aspecto do deslocamento para essa região foi o fato de inibir a ação de roubo de escravos por conta da dinâmica estabelecida na região da Rua Direita, que não oferecia muita organização. O furto de escravos era algo comum, provocando muito descontentamento por parte dos comerciantes locais, pois o tráfico envolvia altos investimentos e riscos de perda deste dinheiro com a morte ou fuga deste escravo.

Em relação a essa prática, Moreira et al (2006) descreve que “muitos proprietários escravistas se apossavam conscientemente de cativos de outros e os ocultavam para usufruir seus serviços sem ter que comprar escravos novos no mercado”, sobretudo na região central da cidade portuária.

Foi neste contexto que o Senado da Câmara em 1758 precisou intervir por conta do descontentamento de alguns comerciantes que estavam tendo prejuízos, pois haviam aqueles negociadores que moravam na parte central da cidade e “tinham compra direta com os capitães dos navios” (Honorato, 2008). Eles tinham acesso a “novas peças” escravos recém chegados enquanto que compradores de regiões mais distantes ficavam presos a lei de oferta e procura, e os atravessadores lucravam com essa situação.

No entanto,, como o comércio envolvia um considerável investimento econômico e status social, havia uma grande disputa interna por parte deles. Em 1758, os vereadores da cidade publicam Edital alegando o risco para a saúde da população da realização de tal comércio na parte central da cidade. Apesar disso, tal determinação não foi cumprida por tais comerciantes

Em 1765, a câmara de vereadores republica o Edital e sofre o veto do desembargadores do tribunal de Justiça da Relação, sob alegação de que não havia perigo para a população local. Tal mudança exigiu um grande poder de articulação política, e segundo Dossiê de Candidatura Cais do Valongo (2016):

A visão cotidiana daquelas pessoas escravizadas e tudo que envolvia sua compra e venda, ademais dos receios de contaminação por doenças que poderiam trazer de suas viagens e o triste espetáculo de sua condição depauperada motivou a reclamação sistemática por parte elite da cidade que por ali circulava. Tal situação levou os vereadores da Câmara a proporem em 1759 a transferência do local desse comércio de gente. A mudança, porém, contou com a firme oposição dos comerciantes de escravos levando ao um impasse que só foi resolvido com a intervenção do Vice-Rei, Marquês do Lavradio, que efetivou a transferência em 1774 (Dossiê de candidatura cais do valongo, 2016, p.85).

Cabendo ao Marquês do Lavradio, no cargo de Vice- Rei em 1774, a organização e efetivação desta mudança, para a região do Valongo, contudo, tais determinações que tinham um cunho político de impedir a ação dos “atravessadores”, e atender às solicitações dos comerciantes locais, Portanto, a partir do ano 1774, o comércio dos “pretos novos”, que desembarcassem na cidade, não seria mais realizado na região central, mais na região da prainha, na instalando-se um importante complexo comercial de escravos no Cais do Valongo até ano de 1831.

Por conseguinte, a nova realidade da região, antes da efetivação era um local que carecia de investimentos no tocante à sua infraestrutura, pois se situava na área rural da cidade. Entretanto, para a dinâmica escravocrata, a região possuía uma localização estratégica, pois garantiria que as práticas comerciais fossem intensificadas, segundo dados do Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo:

Na sua configuração original, a área se construiu o cais localizava-se numa pequena enseada na desembocadura do estreito vale entre os morros do Valongo e do Livramento, também conhecida como Valonguinho, que era a parte de uma enseada maior, protegida pelos morros do Livramento e Saúde, conhecida como Praia do Valongo (Dossiê de candidatura do cais do valongo, 2016,p.21).

Por isso, era importante o deslocamento do comércio de escravos para o Cais do Valongo, e assim desafogar a região central. Neste deslocamento, a região do Valongo vai vivenciar transformações e expansão, tornando-se importante para consolidação do Rio de Janeiro no cenário intramarítimo de comercialização de escravos e produto e estabelecendo importantes trapiches de escravos na região.

Uma vez estabelecido na região do Valongo, o comércio escravocrata estabelecido no Cais do Valongo consolida o Rio de Janeiro como uma das mais significativas rota de compra e venda de escravos, por ser um local próximo ao mar, o que facilitava a entrada, sem serem vistos pela sociedade carioca, ocultando da classe mais abastada da presença escrava na área central da cidade, estabelecendo simbolicamente verdadeiro silêncio contra as barbáries de suas práticas, que são reafirmadas através das contribuições de, Cardoso et al (1987) que destaca:

Outra atividade lucrativa que se instalou no local foi a fabricação de objetos de ferro destinados a prender e tortura os escravos. Os senhores compravam a mão de obra juntamente com material necessário à sua manutenção. Conta-se que atrás do Jardim do Valongo construído no início do século XX, existia uma casa de engorda destinada a alimentar os negros recém-chegados, para que alcançassem melhor preço (Cardoso et al, 1987, p.40).

Entretanto, Honorato (2008) destaca que quaisquer intervenções por parte dos comerciantes de escravos tinham objetivos financeiros e não de relação humana, pois “melhorava às condições de saúde dos escravos, objetivando aumentar o preço, no momento da venda”, evidenciando o quanto era lucrativo tal prática escravocrata, ao passo que, muitos buscavam possuir escravos para a manutenção de seu status social

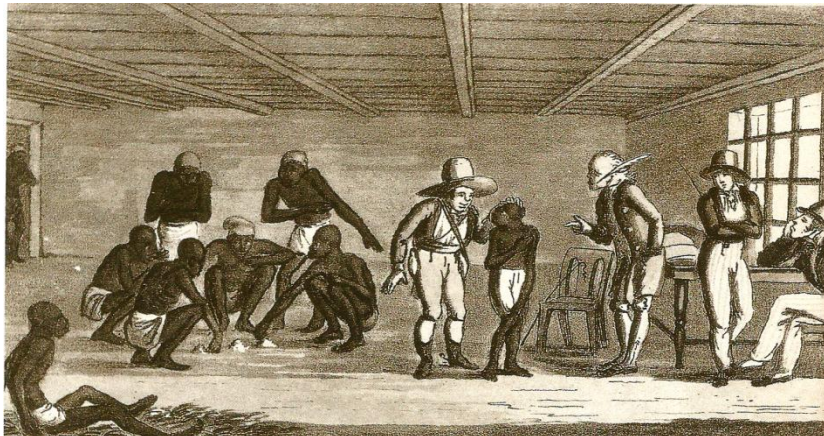
Desta forma, assim que chegavam no porto carioca, o escravo percorria destino de acordo com o seu estado de saúde, pois muitos deles, por chegarem extremamente debilitados, classificados segundo Honorato (2008) de “refugos”, careciam de cuidados para fins de restabelecimento e ganho de peso e depois eram vendidos por melhor preço.

Enquanto os que já tinham condição para sua comercialização, segundo Lima et al (2016) “seguiram finalmente para o mercado do Valongo, região periférica da cidade” e eram vendidos a nobres compradores da cidade, que inclusive vinham de outras cidades para comprar novos escravos. Também foi estabelecido na região o cemitério de escravos, para os “pretos novos” que ali desembarcasse, mas que na realidade eram valas no qual eram disposto os restos mortais dos escravos.

A dinâmica comercial portuária centralizada naquela região incentivou a expansão espacial do Valongo, que até aquele momento era centrado em condição estruturalmente rural, Assim, as transformações ocorridas na região são frutos da força do comércio escravocrata, que impulsionou a construção de armazéns que abrigavam os escravos no térreo, e as famílias dos comerciantes na parte de cima.

Na figura 6, podemos visualizar o comércio de escravos já estabelecido no cais do Valongo, com compradores escolhendo suas peças de forma muito naturalizada em relação ao tratamento conferido ao negro.

Figura 6: Comércio de escravos no Cais do Valongo



Fonte:Cardoso et al,1987, p.41

O mercado de escravos no Cais do Valongo se consagra como um dos mais importantes comércios de escravos, por conta da grande demanda de mão de obra para extração de ouro em Minas Gerais e também para as fazendas de plantações de café no interior do Rio de Janeiro. Além disso, estabelece na região uma vasta gama de serviços com ligação ao comércio escravocrata. Segundo Cardoso et al (1987):

O Valongo tornou-se, o grande empório de um comércio malvisto e lucrativo, sediando escritório de corretores de escravos, armazéns-depósitos para negros recém-chegados da África e um comércio paralelo, que incluía tabernas frequentadas por marinheiros e ciganos que exploravam o tráfico negreiro. Outra atividade lucrativa que se instalou no local foi a fabricação de objetos de ferro destinados a prender e torturar os escravos (Cardoso et al,1987, p. 40).

Dessa forma, foi estabelecida uma rede voltada para comércio de escravos, pois todas as atividades comerciais da Colônia demandava força de trabalho escravo, com destaque para a lavoura de café nas fazendas interioranas do Rio de Janeiro, que utilizavam um grande contingente de escravos nas várias etapas de produção do produto até seu escoamento no porto carioca. Também nos engenhos de açúcar, que funcionavam por 24 horas, sendo um produto precioso que proporcionava bons lucros para o país. Além da comercialização de pedras preciosas, vindas de Minas Gerais.

Portanto, o açúcar, o café e o ouro foram três produtos que impulsionaram para que o comércio escravocrata no Cais do Valongo assumisse uma dinâmica dentro uma lógica capitalista. Dessa forma, o comércio de escravos vai vivenciar no Cais do Valongo sua fase mais intensa,

no sentido de quantitativos de escravos que ali desembarcaram. Lima et al (2016) afirma que:

Os registros documentais informam ter sido o Rio de Janeiro, no século XIX, o principal porto de entrada de africanos para serem escravizados nas Américas, estimando-se em muitas centenas de milhares os que por ele passaram. Tamaña afluência visava atender, sobretudo à demanda gerada pelas grandes lavouras de café do Vale do Paraíba Fluminense, fortemente dependentes da mão de obra escrava, entre outras (Lima et al,2016,p.300).

Enquanto que na colônia o comércio escravocrata alcançava cada vez mais lucros; em Portugal, a Coroa estava vivenciando as consequências do período Napoleônico, que avançava com muita rapidez a vários territórios europeus, entendido seu domínio na Península Ibérica, fato que implicou na vinda da Corte para o Brasil, a fim de garantir a manutenção da monarquia Portuguesa e domínio de seus territórios.

Com a chegada da Família Real em 1808 foi aspecto de destaque em relação à economia da cidade, havendo uma grande concentração de fluxo de pessoas que faziam parte da Corte Real, cerca de mais de 15 mil pessoas aportaram no Rio de Janeiro, afirma Fausto (2012) “mudando também a fisionomia da cidade” com aumento populacional para cerca de 100 mil habitantes, ocasionado profundas mudanças nas reestruturas políticas, econômicas e sociais.

A chegada da realeza provocou na colônia um sentimento de importância por parte da população da colônia, que organizou-se a mando de Dom João VI, para sua nobre chegada. Enders (2015) descreve o momento da chegada da Fragata Real, enfatizando que “forma-se em direção a catedral uma longa procissão que percorre as ruas estreitas, cujo chão foi recoberto de fina camada de areia branca e pétalas de flores”, para as boas-vindas a Corte e sua comitiva.

No entanto, o Brasil enquanto colônia não tinha uma estruturação urbana para atender a imensa demanda. Algumas questões foram prontamente resolvidas pela monarquia absolutista, como a questão de moradia para a Corte, que tomaram as casas da população local em melhores condições para suas autoridades.

A Coroa Portuguesa adotou uma ação de domínio do território, como descreve Gouvêa (2012), “pelo menos cerca de sete órgãos da administração central foram estabelecidos no Rio de Janeiro”, além de melhoramentos no tecido urbano da cidade, a fim de oferecer mais conforto à realeza nas Américas.

Neste processo de urbanização da cidade, foram sendo realizados adensamentos de áreas alagada, principalmente na região de São Cristóvão, onde se concentrou a residência da Família Real. Enders (2015) descreve que “a cidade passa a ser o coração de um estado centralizador”, e que carecia de transformação de seu espaço urbano, sobretudo com realização de aterramentos das áreas alagadiças para a construção de moradias para a comitiva da Corte Real, e estratégias por conta de um sistema ineficiente de distribuição de água.

Deste modo, a vinda da Corte para o Brasil vai impulsionar a transformação da cidade carioca, requalificando seus territórios, transformando o cotidiano dos habitantes da Freguesias rurais, que vão sofrer os maiores impactos, como destaca Abreu (2013) “favorecido pelo privilégio de abrigar a residência real, o velho arraial de São Cristóvão passou também a ser procurado pelos que tinham poder de mobilidade”, sendo realizadas obras de infraestruturas como melhores vias de acesso.

A concentração da família real em São Cristóvão, estava atrelada às condições de segurança e salubridade daquela região, tendo em vista que o Paço de São Cristóvão tinha vista estratégica para Baía de Guanabara, favorecendo a segurança da realeza após algumas intervenções. Além de manter-se longe do comércio de escravos e todas as moléstias que circulavam tanto na região central e da costa litorânea.

Com estabelecimento da realeza no Brasil, foram sendo estabelecidos importantes acordos para favorecimento do comércio marítimo, com destaque para o Tratado de Amizade, assinado em 1810 por Brasil e Inglaterra, que representou uma grande parceria política e econômica garantindo a Inglaterra privilégio em relação ao valor cobrado nas tarifas alfandegárias, alavancando consideravelmente a economia Inglesa. Isso, Enders (2015) aponta como “uma revolução” que fortaleceu a economia Inglesa, que estava em plena ascensão.

Em consequência do intenso fluxo comercial e todas as atribuições laborais conferidas ao escravo, por volta de 1830, temos uma conjuntura urbana, no qual a cidade apresentava uma concentração populacional urbana, composta majoritariamente de negros. Moreira et al afirma (2006) que os escravos eram bem mais representativos do que a população branca, com percentual populacional de 48,8% da população urbana, que eram concentradas nas regiões das freguesias Candelária e Santa Rita, por conta de serem freguesias estabelecidas na zona portuária da cidade.

Tabela 1: Concentração da população escravocrata nas Freguesias da cidade

Freguesias	1821	1838	1849
Sacramento	44,3	34,4	34
São José	42,6	35,3	37,8
Candelária	65	42,5	68,7
Santa Rita	49,4	39,2	38,7
Santana	31,7	34,8	32,1

Fonte: Moreira et al (2006)

Devido à concentração da população negra no espaço urbano, começaram a serem intensificadas por parte dos escravos, ações de resistência. Nesse processo de lutas sociais, a população escrava consegue inclusive deixar as autoridades da Colônia preocupadas com os rumos de tais práticas, sobretudo, com ação dos grupos quilombolas que articulavam de forma estratégica para garantir a sua sobrevivência e liberdade.

Para as autoridades da Corte, embora sempre buscassem manter o escravo em condição subalterna, tinham a clareza da capacidade destes grupos no sentido de conhecimentos que foram apropriados indevidamente dos povos africanos na dinâmica escravocrata. Albuquerque & Filho (2006) descrevem, inclusive, a contribuição escrava para a sociedade colonial, destacando o avanço das culturas africanas em relação ao conhecimento comparando a cultura Europeia.

Os africanos para aqui trazidos como escravos tiveram um papel civilizador, foram uns elementos ativos, criador, visto que, transmitiram à sociedade em formação os elementos valiosos da sua cultura. Muitas das práticas da criação de gado eram de origem africana. A mineração do ferro no Brasil foi apreendida dos africanos. Com eles a língua portuguesa não apenas incorporou novas palavras, como ganhou maior espontaneidade e leveza (Albuquerque & Filho ,2006, p. 43).

E conseqüentemente no Brasil, o escravo contribuiu para expansão do território brasileiro através do seu trabalho, entretanto, foi o legado sócio cultural, através da ressignificação da Diáspora Africana, no processo de lutas contra às barbáries do regime escravocrata.

No ano de 1831, a Inglaterra começa a impor o fim do tráfico de escravos, por conta da ascensão do Capitalismo, que impulsionava para um novo modelo de crescimento industrial, ou seja, o fim do comércio escravocrata,

apenas metamorfoseou o escravo em operário, mantendo dentro de um círculo de exploração laboral.

Inclusive Ianni (1966) descreve em seus estudos sobre questão racial que “a liberdade que se dá ao escravo é a liberdade de oferecer-se no mercado de trabalho, como mão de obra apenas”, no qual, o mesmo vivenciava um segundo momento de exploração, através das péssimas condições de trabalho estabelecidas no país.

Após a proibição do tráfico internacional de escravos no Brasil, o comércio vai perpetuar através de práticas internas provocando deslocamento de escravos de uma região para outra de acordo com a demanda, tal como Lima et al (2016) descreve em seus estudos:

Embora visando desestimular o tráfico transatlântico, essa lei, na verdade, acabou por incrementá-lo na clandestinidade, não raro disfarçado de tráfico interno, interprovincial. Uma forte demanda por escravos vinha das lavouras de café no Vale do Paraíba, que não conseguiam, àquela altura, prescindir dessa força de trabalho (Lima et al ,2016, p.307).

Outra grande problemática para Corte, atrelada ao fim do tráfico, eram os motins de escravos no tecido urbano, que pressionavam por sua liberdade, sendo o caso mais alarmante de revolta de escravos, ocorrido na cidade de Salvador, conhecida como a revolta dos Malês no ano de 1835, segundo Fausto (2012) “os negros mulçumanos eram conhecidos como malês e vem daí o nome dado a rebelião” e esse foi um movimento extremamente organizado, marcando o protagonismo negro, no perímetro urbano e no recôncavo baiano, contra as condições de vida que eram submetidos.

Em relação, especificamente, a esse movimento de resistência, Moura (1995) acrescenta que os negros convertidos ao Islã, que detinham status, e por conta disso, “o Islamismo, como ideologia religiosa e guerreira, passa a ter grande influência entre os escravos em Salvador, operando um movimento cultural de grande importância, que se fortalece na marginalidade com a organização de cultos religiosos e sociedades secretas”, assim, a religião foi um dos articuladores neste processo de resistência social, deixando as autoridades extremamente preocupadas.

Todavia, em relação à força social deste movimento, apresentou o fortalecimento através da bagagem cultural escrava, como um dos alicerces deste movimento, e que Lopes (2011) analisa que existia nesta revolta, negros dotados de bagagem cultural, marcados por “um grau considerável de escolaridade e consciência política, com visão e experiência militar, com maior capacidade de organização e conhecendo técnicas mais novas de fabricação e

usos de armas”, sendo esses conhecimentos importantes para sua organização, usando com sagacidade das oportunidades que se apresentavam em seu cotidiano.

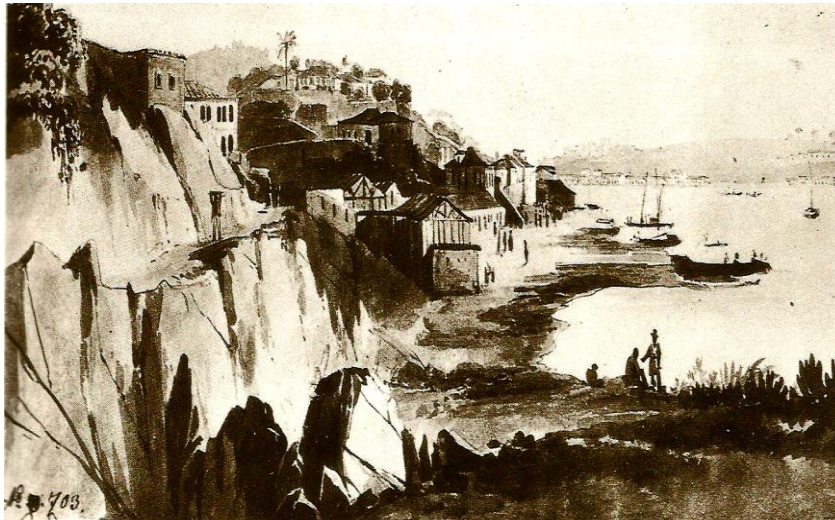
Em contrapartida, a Coroa respondeu a essa revolta de maneira extremamente violenta, com objetivo de evitar futuras insurreições, assim a revolta do Malês vivenciou a imensa brutalidade contra aqueles que tentavam opor a ordem instituída, como destaca Fausto (2012) “foi reprimido com violência, ocasionando a morte de setenta participantes. Mais de quinhentos africanos foram vítimas de repressão, que inclui a pena de morte em alguns casos, prisão, açoites e deportação”, marcaram a desmobilização do movimento por conta da forte repressão.

Em contrapartida, o Rio de Janeiro sofreu um intenso processo migratório de negros vindos da capital baiana, e na cidade portuária logo que os negros chegaram, concentravam-se majoritariamente, na região portuária, pois segundo Moura (1995) “na região do cais e nas velhas casas do centro” havia maior facilidade para conseguir realizar ganhos com pequenos ofícios para sua sobrevivência. E assim foi sendo estabelecido na região os primeiros movimentos de construção da “Pequena África” na região central, e foi expandindo à partir do início do século XIX.

Assim mesmo com fim tráfico, a região do Cais do Valongo, Lima et al (2016) afirma que “continuou funcionando para o transporte de sorte de mercadoria e de pessoas”, pois a região havia transformado em local de grande circulação por conta de comércios e residências que ali existiam, sendo também uma importante referência para o imenso contingente de escravos libertos a procura de pequenos ofícios, sobretudo no descarregamento das cargas dos navios.

Tal como podemos evidenciar na figura 7, a região do Cais do Valongo, com alguns trapiches e embarcações.

Figura 7: Região do Cais do Valongo



Fonte: Cardoso et al,1987,p35.

Assim o Cais do Valongo vivenciou o fim do seu apogeu por conta das transformações estruturais que ocorrem na Inglaterra entre 1820 a 1840, inserção de novos processo de manufaturas, passando de modelo extremamente artesanal para a utilização de maquinário a vapor, ocasionando um impacto no complexo comércio escravocrata que foi sofrendo imposições externas na sua dinâmica comercial.

A balança comercial marítima funcionava através do estabelecimento de um círculo voltado para tráfico escravocrata e, assim, as determinações inglesas precisavam ser atendidas pela Coroa, pois segundo Ianni (1966) ao descrever que “a mercadoria produzida no Brasil somente adquire sua plena existência de mercadoria no exterior, no comércio com a Inglaterra”, fazendo com as imposições inglesas precisavam ser cumpridas. E Fausto (2012) afirma que a “formação do capitalismo industrial”, foi decisivo para as intervenções que transformaram o maior mercado de escravos do país, em um local marcado pelo esplendor e nobreza.

Assim, por conta de uma dinâmica externa, a região do Cais do Valongo vivenciou seu declínio e, conseqüentemente, seu apagamento para construção do Cais da Imperatriz, em ocasião da chegada da comitiva Imperial que trazia a Princesa Teresa Cristina de Bourbon ao Brasil em 1843.

1.3. Cais da Imperatriz e apagamento simbólico da escravidão

A construção do Cais da Imperatriz foi fruto de um dilema no Império, pois Dom Pedro II, que já era imperador precisava reafirmar seu poder imperial, e para isso era necessário casar-se o mais rápido possível, além de alcançar a maior idade, e também precisava ser de uma família que favorecesse as articulações políticas na Europa, e sobretudo que estivesse disposta a viver em terras brasileiras. Assim havia um perfil para ser a Imperatriz do Brasil, que naquele contexto envolveria uma ação diplomática que precisava ser bem articulada, pois o Brasil era visto com desprezo por sua condição urbana arcaica em relação ao continente Europeu.

E assim foi sendo realizado uma grande negociação com países da época sendo enviada “uma missão diplomática, chefiada por Bento Lisboa, tendo como secretário Jose Ribeiro da Silva, com plenos poderes para formar o casamento do soberano” (Guimarães:2011), conseguindo na Itália uma futura noiva para o Imperador seria a filha do Rei Francisco I das Casa Real das Duas Sicílias.

Deste modo, ano 1842 o Cais do Valongo, vivenciou sua extinção no aspecto estrutural através de seu aterramento para torna-se em Cais da Imperatriz, por ocasião da chegada de da Princesa Das Duas Sicílias Teresa Cristina, Maria de Bourbon, para realização de fato de seu casamento com Imperador Dom Pedro II, pois o casamento já havia acontecido na capela Real de Nápoles (Itália) através de procuração, assim tão logo casada, a Imperatriz vem em comitiva para o Brasil.

A chegada da Imperatriz Teresa Cristian de Bourbon foi um grande acontecimento social, no qual Dom Pedro II precisava fazer da ocasião um grande evento político que demandava uma apresentação mais nobre possível. Assim foram sendo discutidos qual seria o local de desembarque da Imperatriz em sua chegada ao Rio de Janeiro.

O embarcadouro existente no Cais do Valongo, não foi a primeira opção, da Corte, pois segundo Lima et al (2016) “o ancoradouro defronte ao Terreiro do Paço, em princípio o mais adequado, estava já, àquela altura em grande parte acordado, sendo necessário encontrar um novo local para seu desembarque, dentre as opções disponíveis ao longo da orla, foi escolhido o cais do Valongo” Assim, o mesmo, determinou que fossem realizadas obras de embelezamento, a fim de garantir que o evento fosse marcado por ostentação, marcando a chegada da Imperatriz e sua comitiva real.

A construção do Cais da Imperatriz também teve como objetivo deixar simbolicamente reafirmado que a Coroa estava firme no sentido de atender as determinações Inglesas, no tocante à abolição do comércio escravocrata no país. Como podemos constatar no Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo (2016):

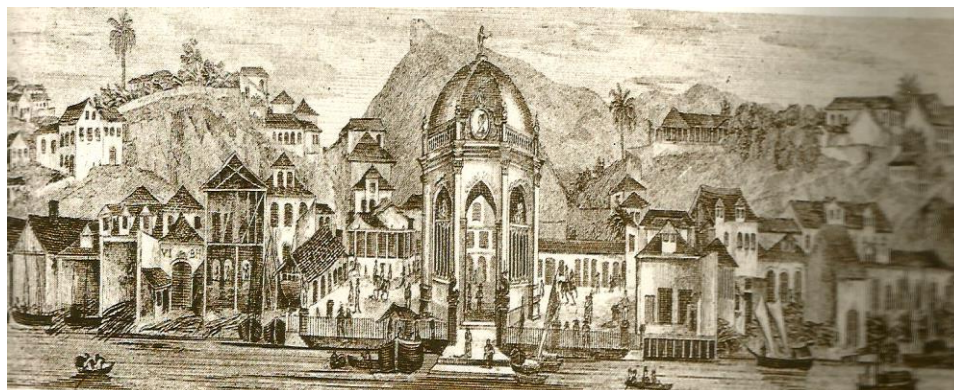
Foi decidido que seria construído sobre o antigo Cais do Valongo, atendendo a uma dupla motivação: receber condignamente a Imperatriz e ocultar materialmente a memória do lugar de desembarque de africanos escravizados. A esse tempo, a participação do Brasil nessa atividade fazia com que fosse classificado internacionalmente como um país atrasado pelas nações mais desenvolvidas. No entanto, a presença brasileira no comércio de almas seria ativa até 1850 (Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo, 2016, p.101).

Deste modo, a construção do Cais da Imperatriz precisava ser uma intervenção que imprimisse simbolicamente o comprometimento do país com fim do comércio escravocrata. E para dar início à glamorosa revitalização da região, foi contratado o renomado arquiteto Francês Grandjean de Montigny, membro da missão artística francesa no Brasil, e portador de relevante conhecimento artístico, que pode ser visualizado a partir da edificação do Cais através da delicadeza de sua ornamentação.

Além disso, buscou-se imprimir na região um ar mais “nobre”, pelo alto custo das estátuas de mármore, tentando apagar a imagem grotesca da insensível comercialização de escravos no antigo porto, que a esta altura já havia sido soterrado, ao passo que, a todo instante a sociedade pós-abolicionista buscava negar e esconder a negritude urbana da cidade, pois mesmo na condição de liberto, esses segmentos eram postos como sujeitos insignificantes para a sociedade daquela época.

Assim, as transformações na região foram centralizadas em reestruturar a região, a partir do Cais da Imperatriz, em um local “refinado”, através do recebimento de novo calçamento e colocação de estátuas de deusas gregas feitas em mármore. Sobre essas transformações, podemos visualizar na figura 8.

Figura 8: Cais da Imperatriz em 1843



Fonte: Cardoso et al,1987,p.55.

Em todo processo de construção do Cais da Imperatriz, também pode ser apresentado como uma tentativa de reafirmar o negro como segunda classe, tendo em vista inúmeras ações de fugas de escravos e que causando certo medo por parte da população mais nobre da cidade. Neste caso, a edificação do Cais da Imperatriz também foi uma representação de poder simbólico da Coroa Portuguesa. Lima et al (2016) descreveu com riquezas de detalhes o onipotente Cais da Imperatriz:

Tendo ao fundo uma grande praça, nela aparece ao centro, uma construção hexagonal com teto abobadado, encimada pela efígie da princesa das Duas Silfícias; o cais, delimitado por um gradil, foi ornado, à entrada, por um par de golfinhos de bronze sobre pilares de pedra (Lima et al,2016,p.311).

Ao receber intervenções, o Cais do Valongo passa a ser chamado em 1843 de Cais da Imperatriz, buscando desassociar a região com comércio escravocrata, todavia, não conseguiu apagar a referência da região ao comércio de escravos que ali consagrou-se mundilamente. Essa busca por parte do Império de tentar apagar qualquer lembrança da presença negra naquele local, não aconteceu no âmbito social, pois para a sociedade colonial, ali perpétua para sempre, essa referência.

Entretanto, mesmo havendo por parte da Coroa, empenho de fazer com que aquela região tivesse um novo significado, a população negra estava presente no cotidiano da cidade, através da realização de seus ofícios pelas ruas, que Moreira et al (2006) descreve que era representada por uma “população negra, juntando africanos, crioulos, pardos e pretos” que através de ações solidárias, redefiniam a presença negra, através do processo de construção identitária em toda região central da cidade.

Um dos articuladores deste movimento foi o intenso tráfico de escravos na cidade do Rio de Janeiro, que proporcionou indiretamente a articulação

destes escravos que longe de suas tribos, tiveram que readaptar a sua cultura, ao mesmo tempo em que foram sendo construídos processo de resistência negra, que ganha singularidade na parte central da cidade. Gomes (2006) descreve esse processo de “campos negros” e apresenta particularidades importantes, e que serão mantidas ao longo da história:

Complexa rede social permeada por aspectos multifacetados, envolvendo em determinadas regiões do Brasil, movimentos sociais, assim como praticas econômicas com interesses multifacetados. Tal qual uma arena, constituiu-se como palco de lutas e solidariedade (Gomes,2006, p.45).

Assim sendo, quando em 1889 o Brasil aboliu definitivamente o tráfico de escravos, a cidade já era palco de articulações solidárias entre a população negra, e quem mais contra as condições desumanas que estavam acondicionados, afinal a liberdade não significou cidadania para estes segmentos sociais.

Pois, embora as formas de trabalho fossem redimensionadas, Moura (1995) afirma que “no Rio de Janeiro, abrem-se oportunidades na multiplicidade de ofícios em torno do cais do porto” gerando uma concentração da mão de obra negra no cais do porto, esse era pautado em condições desiguais em relação a massa proletária branca, na época composta em grande parte por imigrantes.

Todavia, alguns locais da cidade, foram significativos, para a sobrevivência negra, após a abolição da escravatura, como no caso, da Pedra do Sal, que segundo Lamarão (2006) o local “antes conhecido como rua da Pedra da Prainha, mas que, como nas suas proximidades se descarregava sal, ganhou o nome de rua da Pedra do Sal”, devido também ao valor econômico do sal na época das navegações.

Neste contexto, o negro liberto vivia uma conjuntura extremamente difícil, pois sua liberdade não significava melhores condições de vida, ao contrário, Fausto (2012) evidência “profunda desigualdade social da população negra”, principalmente nos grandes centros urbanos, pois o negro estava liberto, mas sem qualquer perspectiva de acesso a bens e serviços.

A liberdade do escravo impôs a continuidade de uma condição de vida extremamente precária, insalubre e disputando com imigrante europeu qualquer possibilidade de trabalho, e sendo reprimido muitas vezes pelo aparato policial.

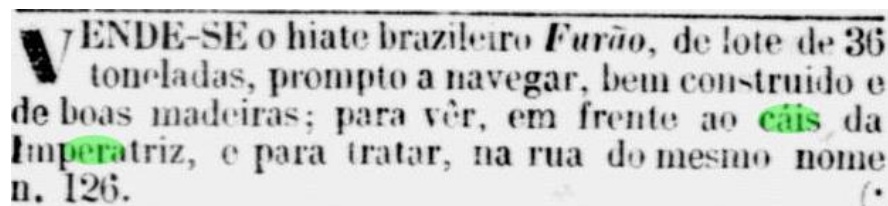
O escravo liberto busca-se através de suas articulações, que Gomes (2002) apresenta um movimento social de resistência pela via da “identidade comunitária”, em que grupos segregados, articulam-se para sua sobrevivência. Para população negra, essa práticas foram norteadores para sua sobrevivência

na região portuária, conseguindo trabalhos no cais do porto e alimentando-se nas casas de zungu, assim a região, torna-se um local de referência para realização de pequenos ofícios e também para reafirmação da cultura africana.

Portanto, enquanto a cidade vivencia muitas mudanças no período pós-abolicionista, o Cais da Imperatriz, segundo Lima et al (2006) vivenciara um processo de degradação estrutural, sem grande destaque tanto na esfera social, quanto econômica, pois a economia ao final do século XVIII tinha concentrado na região central, através de inúmeros trapiches concentrados no porto carioca.

O Cais da Imperatriz passou a ser também um dos pontos de embarque e desembarque da população com destino a região de São Cristovão Também funcionava como local de venda de embarcações tais como podemos verificar nos anúncios do Jornal do Comércio (03/07/1851) .

Figura 9: Anúncio de venda de embarcações no Jornal do Comércio



VENDE-SE o hiate brasileiro *Furão*, de lote de 36 toneladas, prompto a navegar, bem construido e de boas madeiras; para vêr, em frente ao cais da Imperatriz, e para tratar, na rua do mesmo nome n. 126. (*)

Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=cais%20da%20imperatriz

No século XX, quando a cidade vive profunda intervenção sobre comando de Francisco Pereira Passos na região central, a cidade vai vivenciar profundas mudanças estruturais para a construção da Avenida Central e consequentemente o Cais da Imperatriz, também foi aterrado para consolidação de tais intervenções urbanas.

Capítulo II

2. A Expansão urbana e os impactos da reconfiguração da região portuária no século XX

2.1. As Intervenções públicas na cidade e as consequências para a população residente na região central

A paisagem urbana da cidade carioca no início do século XX apresentava ainda traços do período escravocrata que se expressavam através das moradias, em sua maioria, composta por sobrados e suas fachadas com traçado colonial. Ou seja,, eram as ruas que demonstravam as condições estruturais da cidade, e que são reafirmadas nas observações de Cardoso et al (1987) “as ruas eram escuras, sem alinhamento e mal calçadas”, comprovando esse ar bucólico, e a necessidade de realizar ações para melhorias na estrutura urbana da cidade.

Mesmo apresentando essas condições estruturais, o país se destacava através da exportação de matéria-prima e gêneros alimentícios, tendo no café, o seu referencial, já que era o principal produto de exportação, consolidando o Brasil como maior produtor do mundo, pois vendia o para vários países, incluindo a Inglaterra, que também era sua maior parceira nas transações econômicas.

O escoamento das mercadorias era realizado pelas vias marítimas, e por conta da intensa entrada e saída de encomendas, o porto carioca era o local importantíssimo para a manutenção da cadeia econômica, que, vivenciava um intenso processo de precarização estrutural o que demandava melhorias para a sua ampliação.

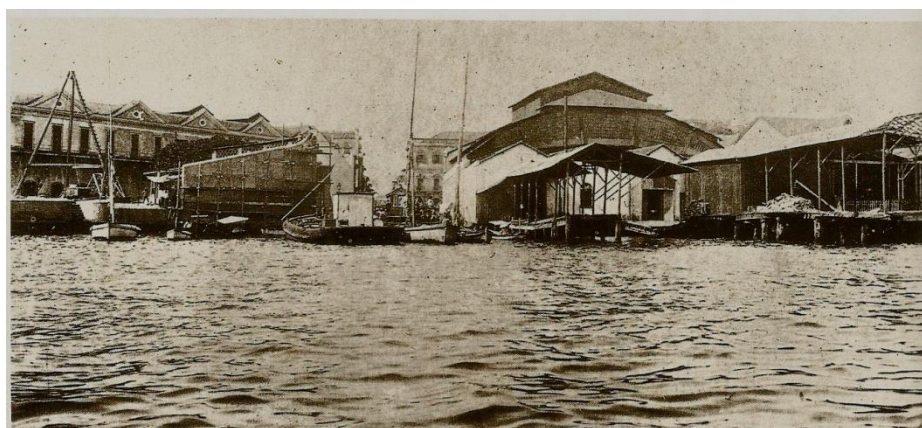
E inclusive esses investimentos precisava serem realizados, inclusive com melhoria das vias públicas para que o escoamento da mercadoria era viabilizado de maneira mais rápida, e conseqüentemente, o processo mercantil obtivesse maior lucratividade, conforme afirma Abreu (2013): “era imperativo agilizar todo processo de importação/exportação de mercadorias que ainda apresentava características coloniais devido ausência de um moderno porto” e que implicava também em conferir um certo status ao Brasil na conjuntura internacional.

O porto carioca era apenas a única área da cidade que precisava de intervenção, pois haviam outras questões que precisavam também de

soluções, como por exemplo a rede de saneamento básico e de abastecimento de água, que era motivo de descontentamento da população, devido a sua condição precária e ineficiente. Porém, o porto carioca em especial era a mina de ouro dos comerciantes, e sua modernização já era prioridade na pauta dos assuntos políticos da cidade.

Como exemplo na figura 10, vemos o Embarcadouro da Prainha no início do século XX, onde se pode verificar suas precárias condições estruturais

Figura 10: Embarcadouro da Prainha no início do século



Fonte: Cardoso et al, 1987, p.88

Portanto, foi neste contexto urbano caótico que foram sendo construídos os traçados políticos para a futura reforma urbana da cidade, instrumentadas pelo recorte capitalista que já influenciava a economia mundial, que tinha como principal objetivo adequar também as demandas da população. As obras de melhoramentos, que começariam pelas vias públicas, o que facilitariam o escoamento das mercadorias, além de conferir a cidade um ar mais europeu, tentando desmistificar a lembrança do passado escravocrata pois segundo Cardoso et al (1987) “a importância cada vez maior do Rio de Janeiro no cenário internacional não condiziam como uma cidade de características ainda marcadamente coloniais” e que precisavam urgentemente serem transformadas.

Por conseguinte, as intervenções na área portuária ocorreram por conta de uma conjuntura internacional em que as autoridades da época foram pressionadas, no sentido de realizarem uma grande “cirurgia urbana” que tinha como perspectiva conferir à cidade um traçado marcado pela modernidade com a construção de uma extensa avenida chamada de Avenida Central - atual 1º de Março - que ligaria de maneira rápida a região central da cidade ao porto carioca.

Assim, os impactos da construção da Avenida Central, foram em todas as direções da cidade, inclusive na região portuária houve muitas demolições de casas e comércios, pois havia uma determinação através da política de renovação urbana, transformar a cidade, que ainda apresentava uma estrutura urbana do período colonial, assim independente do número de habitações fossem derrubadas e dos impactos para a população local, pois a ordem que imperava era “renovar, reformar, regenerar a cidade” (Cardoso et al, 1987,100).

Conforme demonstrado na figura 11, o antigo Largo do Depósito em 1904, onde verifica-se a concentração de cortiços e lojas comerciais da época e sofreram impactos a partir da implantação da reforma urbana na região central.

Figura 11: Largo do Depósito em 1904



Fonte: <https://rioantigo-imagensehistorias.blogspot.com.br/2013/01/largo-do-deposito-saude-1904>.

O prefeito da época Francisco Pereira Passos foi o grande implementador das transformações. No entanto, convém destacar que tanto as alterações urbanísticas na área central da cidade, quanto quem seria a pessoa escolhida para pôr em prática tamanha transformação, não foram ações tomadas de maneira rápida; muito pelo contrário. As mudanças já faziam parte dos planos políticos para a cidade há algum tempo, mas foi somente no governo de Pereira Passos (1902 a 1906) que essas ações de urbanização foram postas em prática.

A figura de Pereira Passos, já circulava no meio político da cidade, e antes de ser prefeito, havia vivido na França por conta de estudos acadêmicos, e

conforme Enders (2015) sinaliza: “estudou engenharia na Escola Militar, de início, e depois na de École Ponts et Chaussées, em Paris”. E assim, tinha inúmeras lembranças urbanas daquele país, o que contribuiu como referências urbanísticas no processo de transformação do Rio de Janeiro, onde propunha transformar a cidade em imagem e semelhança a Paris da época.

Deste modo, a Avenida Central já fazia parte do seu projeto como engenheiro, e antes mesmo de se tornar prefeito, Pereira Passos já mostrava sua capacidade de mediação, pois quando fez parte da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 1876, participou ativamente para resolver um grande impasse em relação à quantidade insuficiente de armazéns que não comportavam às inúmeras sacas de café que ali chegavam, e com muita rapidez, e sempre buscando o favorecimento dos grandes cafeicultores, tomou as seguintes providências para o favorecimento do comércio portuário, desengavetou o projeto das obras de ampliação do cais e da estação marítima, Lamarão (2006) destaca que:

Logo depois de empossado, designou uma comissão para estudar os problemas acarretados pela grande quantidade de mercadorias depositadas na estação terminal do campo de Santana. Face às reduzidas possibilidades de expansão da estação central, tornava-se cada vez mais premente a construção de um ramal e a instalação de uma estação na orla marítima (Lamarão, 2006, p.72).

As obras de expansão para o ramal da Gamboa, começaram em 1877, e após sua conclusão as ações de carga e descarga de mercadorias ganharam um espaço mais de organização favorecendo substancialmente os comerciantes locais.

Quando Francisco Pereira Passos tomou posse, era extremamente bem visto pela categoria, e tinha em suas mãos a missão de realizar as obras de modernização da cidade, que começariam a partir de alargamento das ruas para favorecimento do comércio marítimo, o que deveria segundo Cardoso (1987) ser realizada da seguinte maneira: “o conjunto de construção do porto compreendia, além da construção do novo cais, o aterro do litoral da prainha do Valongo e do saco da Gamboa e dos Alferes, da Praia Formosa e do prolongamento do canal do mangue até o mar”. Assim a realização das mudanças no tecido urbano da cidade precisavam atender as demandas dos comerciantes locais possibilitando melhor escoamento das mercadorias.

Assim, as mudanças que ocorrem na cidade a partir das intervenções na administração de Francisco Pereira Passos tiveram uma ênfase em desmistificar a aparência colonial, com o modo de produção capitalista que

começava a fazer-se presente na economia brasileira. Inclusive Abreu (2013) descreve que;

A transformação da forma urbana visava, sobretudo resolver as contradições que ela apresentava. Era imperativo agilizar todo o processo de importação/ exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto. Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo (Abreu,2013,p.60).

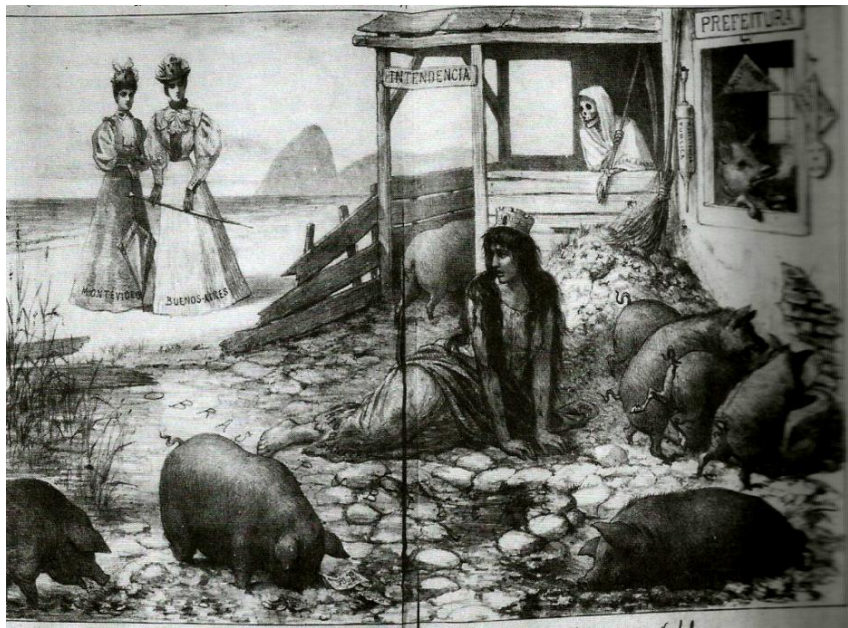
As obras de remodelamento da parte central da cidade, embora fossem aguardadas com ansiedade por parte da elite burguesa que tinha na figura de Pereira Passos, um sentimento positivo em relação aos resultados da renovação urbana, e o quanto tais inovações representariam para avanço do país, inclusive porque retiraria a imagem negra da qual a cidade era sempre referenciada em função do período escravocrata, fator de representação extremamente negativa em relação aos países europeus.

Em relação a essas ações interventivas no âmbito social, promovidas por Pereira Passos, Enders (2015) afirma que: “sua ação, que tem a civilização como bandeira, desenvolveu-se principalmente em dois domínios: grandes obras e reforma dos comportamentos”, pois a cidade apresentava em seu cotidiano práticas rurais como criação de porcos, venda de gêneros alimentícios e quitutes, que não eram de acordo com a cultura das grandes cidades, portanto, não comportava mais esta prática.

A administração pública tinha um projeto modernizador para a cidade carioca, Abreu (2013) afirma que “era preciso criar uma nova capital”. A cidade era motivo de “chacota” perante outros países, tal como podemos visualizar na figura 12, onde a cidade do Rio de Janeiro é criticada pela questão sanitária e também pela sua organização social, ainda extremamente presas as suas raízes coloniais.

O plano modernizador da cidade, então, era também uma via de saída desta imagem vista pelos estrangeiros.

Figura 12: Comparação entre Rio de Janeiro e Buenos Aires



Fonte: Abreu,2013,p.61

Um das primeiras ações para a realização das obras, foram ações via publicação de Decretos Municipais, e que tinham um viés totalmente moralista e que impactava nas práticas cotidianas da população pobre e negra da cidade. É importante destacar o Decreto N.414 de 11 de Abril de 1903, no qual se determinava: “providência sobre matrícula e o imposto de cães e sobre a apanha e extinção de cães vadios”, determinando que a partir daquela data todos os cães da cidade deveriam ser matriculados, pagando-se imposto e estavam proibidos cães soltos pelas vias públicas, e como resposta ao seu cumprimento “foram capturados 2.212 cães apenas entre abril e maio daquele ano, chegando a mais de 20 mil cães, dois anos depois” (Coleção de Estudos Cariocas:2006) .

Outras proibições decretadas naquele período foram esmola nas ruas, pingentes dos bondes, cuspidura no assoalho do bonde e criação de porcos no Distrito Federal. Diante de tais deliberações podemos perceber que na administração de Pereira Passos, havia uma imposição de nova sociedade, tendo por princípios de “boa convivência” a partir do cumprimento dos Decretos Municipais que tiveram uma influência no cotidiano da população , pois essa era sua realidade caótica, e partir da administração de Pereira Passos a população é obrigada a adequar-se ao novo padrão de sociedade em curso, através de medidas repressoras por parte da esfera municipal.

Em 1903, depois de resolver assuntos administrativos para a realização das obras, conforme já mencionado, que Francisco Pereira Passos conseguiu

iniciar seu plano urbanístico de remodelamento da área central da cidade, gerando uma grande expectativa em toda população, inclusive a obra de construção da Avenida Passos foi noticiada em todo o país, e citamos como exemplo, a matéria exibida na cidade de Florianópolis, no “Jornal O Dia” (19/03/1904) que trazia a seguinte manchete: “A 29 de Fevereiro, foi demolida a primeira casa e inauguraram-se os trabalhos para construção da Avenida Central”, assim percebe-se que para uma grande parcela da sociedade as ações de remoção na região eram inevitáveis e necessárias.

Figura 13: Matéria do Jornal O Dia de 19/03/1904

A Avenida Central faz parte integrante das obras de melhoramento do porto do Rio de Janeiro e é destinada a permittir franca comunicação entre o caes e o centro commercial da cidade. As instrucções para a comissão constructora da Avenida foram approvadas por portaria de 21 de novembro de 1903, sendo nomeado engenheiro chefe o Dr. Paulo Frontin em 23 do mesmo mez. A 29 de novembro foram convidados os proprietarios a comparecerem para amigavelmente ser fixada a indemnisação dos predios a desapropiar. Posteriormente foram convidados os locatarios a apresentar quaesquer reclamações relativamente ao que lhes pudes-se interessar, tendo terminado o prazo respectivo em 27 de fevereiro proximo findo. A 29 de Fevereiro foi demolida a primeira casa e hontem inauguraram-se os trabalhos de construção da Avenida Central. A comissão constructora es pera poder inaugurar a Avenida Central ao transitó publico em 7 de Setembro de 1906, estando já parte dos predios marginaes construidos.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&pesq=construção%20da%20avenida%20central>

Pode-se perceber, que as obras de melhoramentos da cidade carioca, apresentavam importância para o resto do país, tendo em vista que a cidade naquele período exercia o posto de sede do Distrito Federal da Guanabara.

Neste mesmo ano, conforme foi amplamente divulgado, começaram as demolições das residências que estavam no caminho projetado para a construção da Avenida Central e que Abreu (2013) resume da seguinte maneira “a mais importante, em termos de transformação da forma urbana” mas que, para sua viabilização, ocorreram na cidade uma das maiores ações de remoção da história do Brasil, pois as moradias eram vista pela esfera pública como obstáculo ao progresso urbano.

Assim sendo, as mudanças no espaço urbano, segundo Caldeira et al (1997) deveriam atender aos seguintes requisitos: “uma cidade civilizada, na versão dos mais ricos: espaços para carruagens, belos prédios comerciais, distância da arraia-miúda com quem eram obrigados a conviver todos os dias.”, assim para a população mais rica, as intervenções na área central da cidade eram vista de maneira positiva, para a classe pobre, representou incertezas, pois, para realização do plano de construção da Avenida Central, muitos cortiços foram “postos a baixo”, provocando o deslocamento da população pobre para outras áreas da cidade. Tal feito foi justificado com a premissa de uma cidade mais moderna, devido ao novo alargamento de suas vias, aos moldes parisienses.

E naquele contexto, as habitações, na área central, tinham uma função social importante, abrigavam uma expressiva parcela da população trabalhadora da cidade, e que mesmo realizando seus ofícios não tinham condições de pagar um aluguel de uma moradia, pois habitações eram escassas e imperava a especulação imobiliária da oferta e procura, elevando assim o valor dos aluguéis.

Portanto, a construção da Avenida Central foi pautada em um recorte político de cima para baixo, conferido à população pobre da cidade, que não tinha a quem recorrer e precisava reconstruir sua vida, com poucas alternativas, e foi com pedaços de madeiras deixados nos entulhos das obras, que esses segmentos empobrecidos, tentavam construir seus barracos ou buscavam moradias em outros cortiços que ficavam em locais mais distantes da cidade.

E de maneira extremamente rápida, aos moldes capitalista, em mais ou menos seis meses, a Avenida Central estava sendo inaugurada, com a presença dos mais importantes políticos e comerciantes da cidade, e pode-se visualizar, através da figura 14, o traço marcante da Avenida Central, que era a largura de suas vias públicas, e ao fundo temos o Teatro Municipal.

Figura 14: Avenida Central



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8b/TeatroMunicipal-MFerrez1909.jpg>

Paralelo à construção e inauguração da Avenida Central, estavam acontecendo as obras do cais do porto, que desde meados de 1890 haviam sido autorizadas pelo governo para possibilitar melhorias tanto de ampliação como de modernização, mas não ocorreu na época por falta de recursos financeiros sendo priorizada junto com a construção da Avenida Central. Segundo Cardoso et al (1987) havia sido listado quais operações ocorreriam na zona portuária, a saber:

O projeto da Comissão de obras do Porto previa a ocupação de todo trecho do litoral da cidade entre o Arsenal de Marinha e a embocadura do canal do mangue. Ai seria construído um cais corrido de 3.500 m de extensão para atracação de navios de grande calado. Os 2.000 m restante, entre o mangue e a ponta do Caju, seriam objeto de concessão posterior (Cardoso et al, 1987, p.114).

Portanto, as obras de reforma e ampliação do porto começaram em 1902, no governo do Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da República, que, durante seu discurso de posse, reafirmou a emergência das obras do porto carioca, pois apresentava uma estrutura muito arcaica, e fazia com que a distribuição de mercadorias ocorresse de maneira lenta, e que não atendia de maneira eficiente a intensa demanda de produtos que por ali circulavam.

Os produtos chegavam em grande quantidade através da estrada de ferro Central do Brasil, vindos do Vale do Paraíba e região de Minas Gerais, que funcionavam como polos de abastecimento de produtos para a exportação e, assim, no ano seguinte, foi formada uma comissão técnica para pôr em prática a realização das intervenções na zona portuária carioca.

Tendo como coordenador da comissão técnica o ministro da aviação Lauro Miller, que entre as medidas adotadas, para a realização das obras no

cais, abriu mão da realização de concorrência pública, e utilizando de um projeto que já havia sido criado anos antes pela Empresa Melhoramentos, projetado pelo engenheiro por Paulo de Frontin, que também fez parte do grupo de engenheiros responsáveis pela obra. Lamarão (2006) sinaliza os pontos principais da intervenção no porto carioca:

Foi previsto o estabelecimento de uma faixa contígua ao cais, resultante dos trabalhos do aterro, com 100 m de largura. Desse total 25 m seriam destinados ao serviço de carga, descarga e movimento do cais, e abrigariam os novos guindastes elétricos e os trilhos por onde se deslocariam os vagões da Central do Brasil e da Linha Auxiliar; 35 m abrigariam 17 grandes armazéns e casas de máquina, guardamoria e outros edifícios administrativos; e finalmente 40 m para uma larga avenida de trânsito público. Todos os equipamentos e sistemas de iluminação do cais seriam movidos a energia elétrica, que estava sendo introduzida naquela ocasião na cidade (Lamarão, 2006, p. 145).

Para a efetivação das obras na zona portuária, foram necessários a realização de empréstimos com banco Inglês, segundo Lamarão (2006) “no valor de 8,5 milhões de libras”, sendo que as obras também seriam realizadas por uma firma inglesa a C. H Walker & Company Limitd, ou seja, foi montada uma articulação para participação da Inglaterra, tanto no empréstimo, quanto na realização das obras, comprovado, a mão invisível do governo Inglês nas decisões brasileiras. Tendo início das obras “em 29 de março de 1904, com a realização da primeira dragagem com o emprego de mais de 2.000 operários” encarregados de realizar as obras do porto carioca.

Outro fato significativo nesse processo tem relação com a disputa dos comerciantes do Distrito Federal, que impulsionaram as obras na região do cais carioca, com mercado marítimo do porto de Santos – SP, pois eles já registravam desde o fim do século XIX maior rendimento econômico, e segundo Lamarão (2006) “Santos foi o primeiro porto a ser organizado no Brasil”, ofuscando o status da cidade carioca no comércio marítimo internacional e inclusive impulsionou o deslocamento de trabalhadores da região portuária, para cidade de Santos, por conta de necessidade de trabalho.

Diante dos contratemplos e as disputas entre comerciantes dos dois portos, a obra na zona portuária carioca foi dividida em duas fases, sendo a primeira parte a ser realizado da ilha das Moças até a Gamboa “numa extensão de 600 m.” (Cardoso et al: 1987) e assim foram sendo inauguradas por parte:

Em novembro de 1906, foi inaugurado o primeiro trecho do cais do porto, com 50m de extensão. Em 1908, já estavam concluídos 1.900m. E em 1910, ano da inauguração oficial do porto, estavam prontos 2.500m de cais. Mesmo depois de inaugurado, apenas uma pequena parcela do porto foi efetivamente utilizada. Só

no ano seguinte as obras foram definitivamente terminadas (Cardoso et al,1987,p.120).

A inauguração do cais sem estar completamente acabado gerou descontentamento, pois suas estruturas ainda não estavam finalizadas, sendo algo que a sociedade da época não detinha as devidas respostas. Mas para Lamarão (2006), “o Estado brasileiro introduzia, sua hoje tradicional prática de inaugurar obras inacabadas” e que perpetuariam em muitas obras públicas no decorrer do século. Na figura 15 temos a foto do dia da inauguração do cais do porto

Figura 15: Inauguração das obras no cais do porto carioca



Fonte: Cardoso et al,1987,p.121

Também naquele mesmo ano foi inaugurada a Avenida Beira Mar que embora fizesse parte das vias de acesso ao porto foi uma obra realizada com menos rapidez, tendo em vista que sua função estava voltada para política estratégica de especulação imobiliária da zona sul da cidade. Assim, sua abertura impulsionou uma maior valorização da região, que também havia passado por obras de infraestrutura de tratamento do saneamento básico entre outros serviços para oferecer uma melhor condição urbana para seus nobres moradores.

Assim sendo, com a inauguração da Avenida Beira Mar, estava completo o círculo de obras urbanas que transformaram a cidade carioca na virada do novo século, conforme pode-se observar ao visualizar a figura 16.

Figura 16: Avenida Beira Mar



Fonte: <http://diariodorio.com/historia-da-avenida-beira-mar/>

Objetivando analisar o paradigma da cidade naquele momento de intensas transformações no tecido urbano, nos debruçamos nos estudos de Abreu (2013) quando enfoca que aquela época foi marcada pelo “primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença dos pobres na área mais valorizada da cidade” e que condicionaram a essas populações reinventar dentro de suas possibilidades a manutenção de suas vidas.

Sendo assim, o que pode compreender desse período é que para a elite burguesa carioca a abertura da Avenida Central marcava um novo imaginário social do luxo, riqueza e poder, enquanto para os segmentos empobrecidos, a luta pela sobrevivência no espaço urbano se transformava em um verdadeiro desafio, sobretudo pela representação social voltada para a ideia de marginalização da população negra. E no próximo tópico, debateremos esse processo.

2.2. A construção do imaginário marginal da região central e seus percalços

Enquanto a cidade carioca sofria seu processo de ampliação das vias e modernização do porto carioca, além de vislumbrar a integração das vias através das construções que simbolizavam naquele período a entrada no tecido urbano do processo de empoderamento capitalista na cidade carioca a população pobre e negra em sua maioria vivia esse processo de forma diferenciada. Foi o início de uma das mais profundas ações da esfera pública em “eliminar” da região central da cidade a grande massa negra e pobre que se concentrava naquela região.

A cidade era marcada por contrastes sociais, e o que prevalecia era a representação da elite branca contra a população negra e pobre, que além de viver em condições precárias, tinha de enfrentar uma ação discriminatória que o enxergava na construção social que afirmava o negro como marginal, vadio entre outras classificações pejorativas, reafirmadas através das práticas de perseguição aos negros pela polícia do Distrito Federal.

O estabelecimento do expressivo contingente de negros na cidade, na área portuária ficou conhecido conforme aponta Moura (1995) como “Pequena África”, e isto se deu em função de ser fruto da dinâmica socioeconômica, que durante seus mais de trezentos anos de tráfico, trazendo levas de escravos acomodados nos porões dos navios. A sociedade daquele período não tinha planos de viver sem a mão de obra escrava, visto que realizavam diversos tipos de serviços que lhes eram determinados com custo muito baixo para a sociedade escravocrata.

A necessidade de sobreviver foi o fato que impulsionou o deslocamento de escravos libertos das zonas rurais para as áreas urbanas que eram mais favoráveis para a aquisição da realização de pequenos ofícios. Cadeira et al (1997) apontam os impactos dessa nova dinâmica para os escravos libertos:

Precisavam ganhar a vida, e não havia quem trabalhasse por eles. Mas isso não os impediu de serem contaminados pelo ideal secular que permeava toda a sociedade brasileira. Com a Abolição, parte dos antigos escravos das fazendas de café do Vale do Paraíba, deslocou-se para o Rio de Janeiro. Eram agora homens livres, que queriam deixar para trás a miséria do campo e iniciar uma nova vida na capital (Caldeira et al, 1997, p.231).

Consequentemente, a cidade portuária era o destino dos negros vindos de Salvador, conhecidos como os malês, somando-se aos negros paulistas, que segundo Silva (2016) “ viveram na cidade do Rio de Janeiro no período posterior

a Abolição” e também ao negros da urbe carioca, que tinham local certo para estabelecimento na região do porto carioca, conforme estudos de Moura (1995) apontam, esses grupos ficavam “na região do cais e nas velhas casas do centro” pela maior facilidade para conseguir realizar ganhos com pequenos ofícios para sua sobrevivência.

Então, o país vivenciava uma intensa migração interna das populações negras, que tinham todas as suas expectativas de vida concentradas no cenário urbano da capital do Império, e encontravam na região portuária oportunidade de realizar pequenos ofícios de descargas nos navios, transporte das mercadorias, entre outros pequenos trabalhos, que seriam ligados direta ou indiretamente ao comércio marítimo, pois havia muitas indústrias de manufatura nos bairros da região portuária. Cardoso et al (1987) destacam as mais importantes indústrias daquela região:

A produção de velas de sebo merece algum destaque. Havia duas fabriquetas na área: uma na rua do Valongo e outra na rua do Livramento. Além delas, existiu também uma oficina diretamente ligada ao atendimento portuário, que fabricava velas de navio e bandeiras, situada na rua de São Francisco da Prainha. Outra atividade de cunho artesanal muito desenvolvida na região foi ram às marcenarias e serrarias, como por exemplo, a Benogain que ficava na rua da Gamboa (Caldeira et al,1987, p.106).

Desta forma, a população negra se instalou na região do porto carioca, por ser uma região com maior facilidade para obtenção de recursos e proteção contra ações por parte da polícia. Por conta disso, a região acabou sofrendo uma dualidade, pois ao mesmo tempo em que se configurava como um importante lócus para a economia do Rio de Janeiro, era uma região que não oportuna para a mobilidade dos seus habitantes, tendo em vista a segregação socioespacial, da população que vivia ali era vista pela classe burguesa e descrita por Lamarão (2006) da seguinte maneira: “pobres, pestilentas, habitada por trabalhadores, perigosa, reduto de bandidos e malandros, palco de crimes frequentes”.

Por conta desta construção de marginalização dos moradores da região portuária, as ações de cunho policial foram extremamente repressivas, com intensa perseguição aos desempregados classificados como “vadios”, conforme Moreira et al (2006) enfatizam que a repressão policial ocorria com mais frequência na região do centro, e em relação ao delitos cometidos, “temos desordens e capoeira com 49,6% e furtos com 14,3%”. Cabe destacar que neste contexto o negro também não era visto como cidadão e qualquer – ou nenhum – motivo serviam para irem direto para prisão.

A repressão policial fazia parte do cotidiano destas populações que superpovoavam a área portuária da cidade, pois no bojo daquela sociedade buscava-se reafirmar a condição subalterna do negro como verdadeiro marginal que rondava a cidade à procura de possibilidades de cometer seus delitos. O negro liberto tinha que enfrentar novos desafios, pois tentavam desqualificar sua conduta através de um recorte racial, que fazia do mesmo, objeto de perseguição policial, que em sua grande maioria eram levados à prisão arbitrariamente, afinal segundo Moreira (2006) “viver nas ruas era tarefa difícil, mas viver nas cadeias era muito pior”, pois estavam sujeitos a todas as formas de violência.

A demolição dos cortiços provocou um grande transtorno na população residente naqueles locais, que apesar de viver em péssimas condições de habitação, se mantinham ali pelo baixo custo. Por parte dos proprietários, havia se tornado um grande negócio, pois não comprometiam os lucros com gastos em melhorias estruturais que segundo Caldeira et al (1997) descrevem que: “a população pobre residente no centro, que se viu, de uma hora para outra, sem ter onde morar, mas que, coagida pelo aparato policial”, e por seguinte vivenciaria uma das maiores ações de remoção de população da área central, promovendo uma verdadeira limpeza dos pobres concentrados naquela região.

A figura 17 demonstra como o processo das demolições ocorreu, promovendo uma verdadeira limpeza social para a construção da Avenida Central, uma vez que a população pobre foi varrida da região.

Figura 17: Demolições na área central da cidade



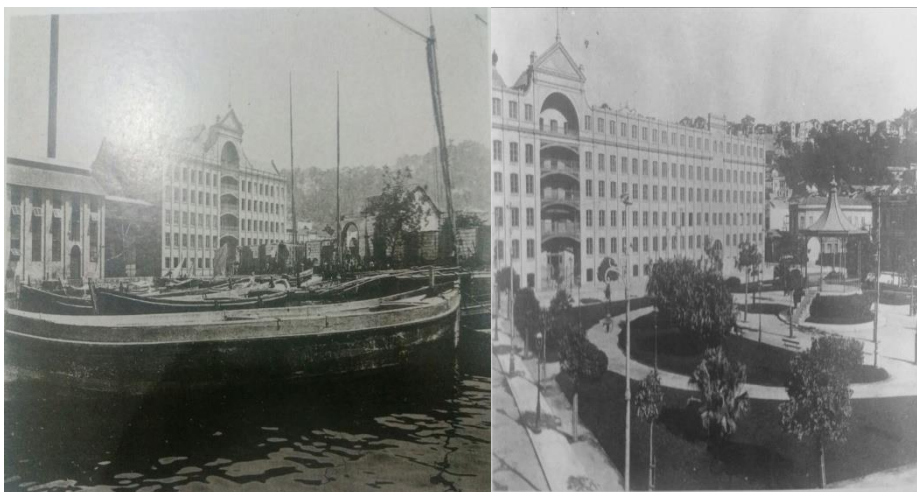
Fonte: http://pre.univesp.br/sites/530bb90f9caf4daaa9000029/assets/536a785e9caf4d12a9000422/demoli_oes.jpg

As ações de remoção dos casebres que abrigavam uma grande parte da população foram intensas e fortalecidas pela justificativa em relação à insalubridade das edificações, que sem qualquer apoio por parte do governo, deixou a população à margem do abandono. Esse desamparo, segundo Moura (1995) tinha uma só resposta para a sociedade da época: “negro não tinha direitos”, sendo perseguidos e abandonados à própria sorte.

Entretanto, na região portuária ocorreram ações orquestradas pelo governo, conforme afirma Enders (2015) “as realizações urbanísticas de Pereira Passos alcançaram também a “Pequena África”, que vivenciou intervenções a fim de apagar o referencial do estilo bucólico das ruas coloniais, repletas de negros, cortiços e pobreza e sobretudo apagar a referência da matriz africana da região.

A construção do imaginário da periculosidade foi tão expressivo que durante o governo de Pereira Passos, o mesmo determinou a realização de obras de melhorias na região derrubando o mercado do Peixe para a construção da Praça da Harmonia em 1904, que resultou na expulsão de moradores que viviam na região. Segundo, Cardoso et al (1987) “o mercado dispunha de um total de 68 cubículos, mas nem todos foram ocupados para e venda de produtos, servindo também de moradia”, e também sofrendo ações por parte da administração pública, que mais uma vez reafirma sua perseguição aos pobres. Temos, na figura 18, o mercado da Harmonia, em dois momentos distintos.

Figura 18: Mercado da Harmonia entre os anos 1904 e 1910



Fonte: Cardoso et al,1987,p.108

Os anos iniciais do século XX foram marcados por importantes intervenções urbanas que marcaram definitivamente o tecido urbano da cidade, sobretudo através das novas vias urbanas que reconfiguraram a forma de realizar o deslocamento, tendo na Avenida Central o grande monumento desta nova era para a cidade carioca e totalmente digna de ser apresentada aos estrangeiros que o Rio de Janeiro era mais do que nunca uma cidade “branca”.

Para a população pobre foi um momento massacrante, em que a construção do mito da vadiagem foi fundamental para reforçar o processo de repressão, pois o preconceito redesenhava o lugar de seus habitantes, principalmente dos afrodescendentes, destaca Silva (2016), sendo uma realidade vivenciada no governo de Pereira Passos.

Portanto, as ações de remoção e criminalização na região central, tinham o intuito de representar o negro como um verdadeiro ser desprezível, e merecedor da condição precária em que vivia. Arantes (2010) destaca que “muitos “vadios” que “infestavam” o Rio de Janeiro e enchiam as cadeias eram na realidade trabalhadores desempregados”, que eram presos por qualquer motivo, ou simplesmente o fato de ser negro já era motivo suficiente.

Deste modo, o processo de marginalização perpétua reafirma a estigmatização do negro também no processo desenvolvimentista a partir da década de 1940, e terá nas ações da igreja católica práticas voltadas para a sua “civildade” e que serão realizadas pelo Serviço Social nas ações dentro das favelas cariocas. Buscaremos abordar tal processo no próximo item.

2.3. O papel do Serviço Social na área central da cidade diante das inovações urbanas

O Serviço Social tem ao longo dos anos contribuído através de sua atuação junto aos diferentes coletivos sociais, contra inúmeras violações no âmbito dos direitos humanos, sobretudo no atual processo de sucateamento dos equipamentos públicos, e intensa desigualdade social, com rebatimentos nas populações moradoras das favelas cariocas.

Todavia, a participação junto aos moradores destes espaços começou ainda na década de 1940 com o processo de industrialização brasileiro, e que pode ser caracterizado por um amplo processo de modernização da indústria brasileira, ao mesmo tempo em que buscava inserir um novo modelo de consumo industrial.

Para o estabelecimento da atuação do Serviço Social nas favelas cariocas, foi resultado de dois processos políticos, externos e internos que partilhavam de uma articulação de tutela aos pobres e ampliação de consumo das famílias.

No âmbito internacional, temos um panorama de Guerra Fria na qual havia a disputa entre Estados Unidos e Rússia, que representam os blocos capitalista e socialista da época, e que travaram entre si a disputa pela hegemonia na esfera política, econômica e ideológica. Neste processo, Os Estados Unidos, criou estratégias de intervenção nos países pobres da América Latina, a fim de implementar um modelo de consumo que garantiria a soberania do capitalismo frente ao bloco socialista.

Tais práticas americanas, foram reafirmados pela Organização das Nações Unidas (ONU) que começa a incentivar as ações dos países do bloco capitalista nos países mais empobrecidos. Assim surgiu a Organização dos Estados Americanos (OEA), no intuito de articular estratégias americanas nos países latinos, e no Brasil essas ações foram implementadas com parceria do governo brasileiro, visando combater uma possível revolta socialista no país. Deste modo, Guilherme nos descreve que:

A Organização das Nações Unidas, no decorrer dos anos 1950 e 1960 voltou a sistematizar e disseminar um modelo de Desenvolvimento de Comunidade que se define como um processo que envolve a integração dos esforços da população aos planos regionais e regionais de desenvolvimento econômico e social. A sua finalidade é capacitar as comunidades para contribuir com o progresso do país (Guilherme, 2012,p,133).

As primeiras ações de parceria entre os dois países, ocorreram nas áreas rurais, a fim de combater o analfabetismo e estimular a produção de alimentos, pois a fome era um dos graves problemas sociais da época.

Havia também no Brasil um processo de aceleração industrial, que marcaram o período Desenvolvimentista, estabelecendo uma relação entre capital versus trabalho, relação essa que vai exigir uma articulação para atender as exigências do trabalhador, mantendo-o coeso. Segundo Yamamoto & Carvalho (2008) “o Estado vê-se obrigado, pelo poder da pressão das classes subalternas, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aqueles da classe capitalista como um todo, pacto de dominação” e continuar o processo de expansão econômica do país.

Também foi devido a essas mudanças no modo de produção, que impulsionaram o processo de êxodo rural-urbano, movimento o qual o

trabalhador das áreas agrícolas vai para zona urbana em busca de melhores oportunidades e condições de vida. Isso acontece pois a cidade, segundo Perlman (1977), exercia o “poder de um ímã, com opções para o futuro, em contraste com o círculo fechado da vida no campo”. O trabalhador rural, então, passa à condição de operário industrial, provocando um grande aumento populacional no perímetro urbano, em especial no Rio de Janeiro.

Em relação ao aumento da população, Campos (2011) descreve que “a década de 1940 foi o período de maior “proliferação” de favelas no antigo Distrito Federal”, que precisa criar estratégias para coibir qualquer tipo de ação por parte da “classe perigosa” que aumenta exponencialmente nas áreas urbanas.

Devido à grande concorrência por trabalhos nas indústrias fabris, a localização das favelas precisava ser estratégica no acesso ao local de trabalho. Dados apontado por Abreu (2013) nos apresentam a seguinte constatação de que “77 % dos favelados do centro e 79% daqueles da zona sul trabalhavam na própria zona de residência, percentual que diminuía para 58% na zona norte e subúrbios” e assim podemos observar que era primordial estar mais próximo das áreas centrais devido a maior oferta de trabalho nesta região da cidade.

A favela era um local extremamente marginalizado, assim, a elite burguesa, segundo estudos de Perlman (1997), construiu uma visão da favela através de estereótipos sociais de “Imundas e insalubres, imagina-se a desintegração da família, anomia, a desconfiança mútua, até o crime, a violência e a promiscuidades de desajustados valores rurais ou de traços igualmente derrotistas”. Com base nesta representação, havia a necessidade de combater qualquer ação que se colocasse em risco os valores da família burguesa.

Começam as primeiras investigações por parte do Estado em relação à articulação dos partidos comunistas e associações de moradores de favelas, como foco embrionário de uma possível revolução socialista, deixando o governo extremamente preocupado com as possíveis ações das populações negras, pobres e faveladas da cidade. Tendo em vista que a população destes locais viviam em péssimas condições de vida e em habitações extremamente precárias, poderia ser inclusive um dos motivos para uma possível revolução de cunho social.

Naquele período, já havia ações por parte da esfera pública de acabar com as favelas. Um exemplo deste fato é a instituição do Código de Obras de 1937, criado por Getúlio Vargas, que tinha como objetivo urbanizar a cidade, e que reafirmava simbolicamente a favela como se fosse uma doença que precisava ser combatida.

Dessa maneira, a favela vivia um contexto de intensa repressão e seus moradores conviviam com a sombra da remoção que tinha impactos tanto econômicos como psicológicos, culturais e sociais, pois além da perda da habitação, haviam as relações estabelecidas com a vizinhança, que eram perdidas, rompendo-se com os vínculos de pertença existente

Este aspecto pode ser observado na figura 19, que demonstra a relação comunitária estabelecida entre os membros da favela que, apesar da precariedade das habitações, o sentimento de pertencimento com o lugar e seu povo estava presente.

Figura 19: Morro do Pinto, região central da cidade em 1940



Fonte: <http://joaquimferreiradossantos.blogspot.com.br/2014/06/o-morro-da-jules-rimet-30062014.html>

Portanto, temos um cenário social, em que o Estado se mostrava preocupado com a possibilidade das ideias de cunho comunista invadirem a cidade e de sua possível articulação junto aos favelados, pois temia-se, as possíveis consequências dessas articulações.

Dessa forma, precisava conciliar, ao mesmo tempo, algum tipo de ação social nas favelas, de modo a inserir presença mais próxima, junto às classes tidas como perigosas, e intervir de forma rápida em qualquer tipo de ação. através da parceria com a Igreja Católica que o Presidente Vargas buscou estreitar os laços com os favelados, através da atuação do Serviço Social no Desenvolvimento de Comunidades ações mais voltadas para a educação da família do favelado, de modo que garantisse através destas ações a expansão do capitalismo.

Deste modo, a intervenção profissional neste primeiro momento está interligada com o viés religioso e moralista e, coube ao assistente social, trabalhar junto aos favelados, a sua educação moral, pois este era um lugar que abrigava o negro e sua família no cenário em que o favelado era visto como um boçal, e a favela era apontada, segundo Perlman, como “um lugar não civilizado”, no qual as ações do Serviço Social eram totalmente assistencialista, e Silva (2006) descreve que:

Neste momento da conjuntura nacional, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da Igreja católica que, no contexto de desenvolvimento urbano, vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados (Silva, 2006,p. 25).

Deste modo, o Serviço Social intervém na realidade da favelas e dos seus moradores através da atuação do Centro Social de Ação (CAS) com destaque para as localizadas na região portuária carioca, como Morro do Pinto e da Providência. Sendo esta última, segundo Campos (2011) já havia “barracos construídos desde o final do século XIX e que no contexto das primeiras intervenções sociais já concentravam um importante contingente populacional, que na visão do Estado carecia de ações para a manutenção da coesão social.

A título de ilustração, a figura 20 é referente à visita de uma assistente social na favela carioca para a realização de uma ação social junto às famílias dos moradores de favelas.

Figura 20: Assistente Social sobe a favela carioca em 1950



Fonte: Caldeira et al (1997,P.309)

Deste modo, o Serviço Social, começou a sua atuação nas favelas diante de perspectiva de um governo repressor, e segundo Yamamoto & Carvalho (2008) “extremamente voltado para educação popular e lazeres educativos”. desta forma, o Serviço Social vai pautar suas ações em recorte totalmente enraizados em ações acríticas e apolíticas, no qual foi sendo construída a representação da assistente social como a boa moça repleta de sentimentos nobres e que ensinava bons comportamentos ao favelado.

E assim a profissão vai sendo constituída ao longo do processo histórico muito ligada ao assistencialismo, que começa a dar sinais de rompimento a partir da década de 1960, através de uma literatura de vertente crítica, provocando questionamentos por parte dos profissionais em relação a sua prática profissional.

Esse amadurecimento teórico será reafirmado em dois momentos importantes para a categoria profissional: Congresso de Araxá (MG) em 1967 “expressamente preocupados com uma anunciada teorização do Serviço Social (Neto: 2011) e Teresópolis (RJ) em 1970 “coroamentos do transformismo” (Neto: 2011) e que foram importantíssimo para um novo direcionamento profissional, mesmo acontecendo no período de Ditadura Militar no Brasil, não impediu os profissionais de uma apropriação de uma visão mais crítica, buscando sair da relação estreita com a Igreja, também da teoria positivista que marcava as ações até aquele presente momento. Através de ações que se dispunha a “combinar políticas estruturais, específicas e locais, a partir da participação, preposição e fiscalização por parte de cada população territorial” (Guilherme:2012), e desta maneira mantendo o consenso e controle da população.

No entanto,, com o processo de abertura política na década de 1980, com a intensa participação popular que lutava por país mais justo com garantias sociais, impulsionam a profissão romper com as práticas assistencialistas e apresentar uma postura mais crítica, contra as inúmeras formas de exclusão social em que viviam os segmentos mais empobrecidos do país, direcionaram a profissão a uma nova conjuntura, no sentido de contribuir para uma sociedade mais igualitária.

E desde então o Serviço Social tem tido uma postura em defesa do direito à cidade para a população das favelas cariocas, e participou do processo de construção dos equipamentos para as Olimpíadas e Paralimpíadas, que a princípio foram apresentados como legado social para a população. Os profissionais do Serviço Social atuaram junto à esfera pública dentro da

Secretária Municipal de Habitação (SMH) através do Programa Habitacional Morar Carioca, implementado em 2010 que realizou intervenções em algumas favelas da cidade.

Os investimentos do programa são destinados a melhorias na infraestrutura pública como saneamento, iluminações, pavimentação, além de melhorias nas áreas de lazer, buscando promover a regularização fundiária nos bairros contemplados, através da intervenção promovida pelo programa Morar Carioca. Segundo informações da Prefeitura Municipal (2015): “além de promover urbanização de ruas e áreas de lazer, agregando um leque de melhorias em saúde, educação e outros serviços públicos básicos e levando cidadania e dignidade a uma parcela significativa da população que ainda mora de forma precária”, afirmativa por parte da esfera pública que nos leva a perceber que, ainda existe uma construção de um ponto de vista estigmatizado do cotidiano dos moradores de favelas da cidade, onde a moradia em favelas não é considerada uma forma digna de habitação.

Deste modo, o Programa Morar Carioca começa a ser realizado em 2010, coincidentemente no mesmo período em que começam as intervenções de revitalização do porto carioca, e aos moldes de Pereira Passos, o prefeito da época - Eduardo Paes - promoveu uma importante transformação da região. Isso ocorreu a partir de práticas de remoções de moradores que estavam “atrapalhando” o desenvolvimento e progresso da região aos moldes capitalistas, via favorecimento do mercado imobiliário.

Assim sendo, os moradores das favelas que cercam a região central também vivenciaram transformações urbanísticas, sobretudo no Morro da Providência que foi uma das favelas que participaram do programa Morar Carioca. Houve, por exemplo, pavimentação das ruas, pois a região receberia o teleférico que ligaria a favela da Providência a outras partes da região central, assim haveria três estações de embarque e desembarque: estação Central do Brasil, estação Américo Brum e estação Gamboa. Esse fato possibilita a população ao acesso mais rápido a outras regiões da área portuária da cidade, mas a construção desse aparato também teve um direcionamento voltado para o turismo.

Todavia, o processo de construção do teleférico, gerou inúmeras ações de remoção de moradores que estavam na área programada para construção deste equipamento urbano, que teria também um plano inclinado. As ações extremamente arbitrarias, por parte da Secretaria Municipal de Habitação, por conta das inúmeras denúncias das ações por parte dos moradores não

favoreceu um diálogo entre a população da região e o poder público, representado pela esfera municipal e assim o Ministério Público na 2ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Isso acabou paralisando a obra na comunidade por cerca de 180 dias, mas após esse período, as obras voltaram e foram concretizadas.

Na figura 21, temos a matéria publicada no fórum comunitário do porto em 15 de Maio de 2013 sobre as ações de remoção de 832 famílias no cenário Olímpico, onde a questão da construção da identidade partilhada foi um dos eixos da mobilização da população local.

Figura 21 : Reportagem Fórum Comunitário do Porto



Fonte: <https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2013/05/15/providencia-a-ver-navios/>

Nas ações de resistência dos moradores que ocorreram na Providência, podemos perceber que há a construção de um sentimento de pertencimento, e Castells (1983) afirma que esse processo identitário também ocorre através da disputa dos territórios por conta da criação de grupos sociais isolados no mesmo espaço urbano. Inclusive Yazbek (2009) afirma que:

Identidade que expressa uma forma de pertencimento, uma representação de um modo de ser na trama social, pois é na confrontação social que se constrói a identidade do subalterno, dominado e excluído. Identidade engendrada pelas

condições concretas de um cotidiano de enfrentamento da pobreza (Yazbek, 2012,P.135).

Também no mesmo ano foi instalado uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela da Providência, que faz parte de um programa de segurança pública que vem sendo implementado desde 2008 nas favelas cariocas com objetivo de combater a ação do tráfico nas comunidades, e de proporcionar para a população o acesso a serviços públicos, que devido a ação do crime organizado acabam sendo dificultados. Além disso, pretende garantir o uso das áreas de lazer dentro da própria comunidade, pois acabaram sendo “tomadas” pelo poder paralelo.

Assim, a UPP adentra esta perspectiva de oferecer a comunidade mais segurança e ao mesmo tempo facilitar o acesso aos serviços públicos que muitas vezes acabam não sendo amplamente realizados devido à coerção. Como exemplo de serviços públicos, temos os profissionais da saúde e educação que vivem na insegurança que domina essas regiões mais complexas da cidade.

De acordo com a Secretária de Segurança Pública, “a pacificação tem papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades” através da realização de diversas atividades sociais com objetivo de estreitar laços com a comunidade, e também desmistificar a imagem negativa, por parte do morador, já acostumado com ações repressivas da polícia dentro das favelas cariocas.

Deste modo, as ações realizadas pela UPP na Providência tiveram como parceiros participantes da sociedade civil, em alguns casos organização não governamental (ONGs) com ações educativas com foco voltado para crianças e adolescentes da região portuária.

Portanto, os bairros da zona portuária, vivenciaram a partir da escolha do Rio de Janeiro como sede dos jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, investimentos voltados para a construção de uma rede de equipamentos urbanísticos para atender tanto seus visitantes, como para o uso da população local. Inclusive sendo no Caderno de Políticas Públicas do Rio (2016) apresentada a proposta do legado da seguinte maneira “deixar um legado transformador para a cidade iria muito além do âmbito esportivo”, significando mais avanços em questões como mobilidade, moradia, educação.

Foi amplamente divulgado pelo Comitê de Candidatura Olímpico (2009) que tais eventos esportivos seriam de suma importância tanto à cidade, quanto à

população, sendo algumas instalações do Parque Olímpico Radical de Deodoro, após os jogos olímpicos, utilizadas pela população e também por alunos das escolas públicas da cidade, buscando enfatizar uma ampla associação de construção das estruturas Olímpicas e conquistas sociais.

Sendo assim, na região entorno da favela de Providência, a população local vivenciou um processo de qualificação da região no cenário Olímpico que, segundo a esfera municipal, apresentava a zona portuária como um “vazio urbano”, mas na realidade a região vivenciou um processo de degradação funcional, para ação da especulação imobiliária no cenário Olímpico.

E desta maneira, percebemos que a dinâmica de “revitalizar” zonas portuárias está diretamente relacionada a mudanças urbanas aos moldes capitalistas, alterando-se a cidade para uma melhor adequação aos interesses econômicos dos grandes investidores, contribuindo para a segregação socioespacial dos mais empobrecidos, implicando no direito à cidade em um sentido de ampliação da cidadania, que perpassa inclusive pelo acesso ao uso dos equipamentos urbanos olímpicos.

Deste modo, na cena contemporânea, a cidade estrategicamente faz parte da manutenção do sistema de expansão do capitalismo, por conta do atual modelo de sociedade de intenso consumo, tendo como parceiro a revolução tecnológica que favoreceu o processo de globalização, onde o espaço urbano tem sido apropriado pelo capital na construção de equipamentos urbanísticos voltados para determinados grupos que podem pagar pelo seu acesso, como bares, museus, hotéis entre outros.

E que provocam a segregação socioespacial dos segmentos mais empobrecidos da cidade, desde modo, o assistente social, através do trabalho multidisciplinar, tem uma função relevante junto a esses grupos segregados, e inclusive articulando estratégias de resistências urbanas contra as ações de violação de direitos que expressam no meio urbano.

Foi neste cenário que o Conselho Federal de Serviço Social na função de representante da categoria profissional articulou ações contra segregação socioespacial empreendidas pelo poder público em sua aliança com o grande capital. O Conselho se fez presente com participações nas diversas formas de mobilizações sociais empreendidas pelos grupos de resistência e luta pelo direito à cidade. Sobretudo, contra as inúmeras violências de direitos humanos infligidos através das ações de remoções da população carioca.

Na figura 22, temos a divulgação da campanha do Conselho Federal do Serviço Social contra o cenário de megaeventos e ações de remoção nas favelas cariocas.

Figura 22: Campanha do Conselho Federal de Serviço Social e Megaeventos



Fonte: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/630>

Portanto, os amplos investimentos urbanos impactam diretamente no campo da política social, cujas as ações acabam sendo focalizadas, visando atender os avanços da pobreza extrema através de ações que não garantem o acesso pleno a cidadania da população. Apresentam-se através da construção de determinados equipamentos urbanos, como se fosse um favor do Estado para a população, buscando desconstruir o sentido de direito social, apontado por Draibe, no que se configura como “neobeneficência”, e acabam sendo aproveitadas como possíveis votos nas eleições, sendo um pouco similar a lógica tutelar do antigo coronelismo brasileiro.

Contudo, os desafios de atuação do Serviço Social no cenário pós-Olímpico são no sentido de garantir que a população tenha acesso a bens e serviços de urbanização que foram criados para Olimpíadas e Paralimpíadas no Rio de Janeiro, embora tendo a clareza que o direito à cidade, entende-se para além dos equipamentos urbanos, pois implica diretamente em ações que combatam a segregação socioespacial dos moradores de favelas, quando os mesmos buscam acessar os equipamentos localizados em espaços mais nobres da cidade.

A desigualdade social é uma constatação histórica da própria condição do Brasil colônia devido à forma desigual em que foi partilhado o espaço urbano deixando os mais empobrecidos em uma situação de subalternidade, atualmente o fator consumo acaba prevalecendo sobre qualquer outro direito social. Deste modo, cabe ao Serviço Social caminhar junto com movimentos sociais e assim fortalecer-se, garantindo a toda a sociedade seus direitos sociais. Direitos esses que perpassam pela lógica do direito à cidade. Portanto, garantir o acesso à cidade para a população pobre, torna-se extremamente importante, como afirma Harvey (2014):

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício do poder coletivo sobre o processo de urbanização (Harvey, 2014, p, 28).

Deste modo, cabe aos profissionais uma articulação multidisciplinar com criação de estratégias de forma pedagógica para que a população tenha acesso a informação e também a participação nas decisões que envolvem os rumos de suas vidas, garantindo que o dinheiro público seja voltado para ações que realmente tragam à população possibilidades de construir um futuro melhor, como no caso dos equipamentos urbanos da vila Olímpica, que foram construídos com a promessa de serem aproveitados pela população carioca.

Na prática, esses equipamentos estão deteriorando-se sem manutenção, ocasionado por um verdadeiro abandono por parte da esfera pública e total desrespeito com a população carioca moradora das favelas, que vive uma realidade extremamente complexa com aumento da violência na cidade e ainda presença a falta de compromisso de um Estado omissivo com o futuro das gerações que podem através do esporte transformar a sua vida.

Cabem aos profissionais estarem sempre juntos aos movimentos sociais, participando ativamente em fóruns e mobilizações contra a exclusão e ações de remoção, na busca por uma sociedade mais justa com investimento nas políticas públicas, pois o direito à cidade, como qualquer outro direito é fruto de lutas da população - que mesmo enfrentando todas as adversidades, persevera na luta por uma sociedade mais igualitária, entendendo que os processos de luta são constantes.

Capítulo III

3. O século XX e os avanços e retrocessos na área central

3.1. A Construção Histórica do processo de resistência da região central

O processo de resistência na região central da cidade começou pela necessidade do negro de sobreviver no espaço urbano, tendo em vista todas as formas de violência e discriminação sofridas, entretanto, o ato de resistir segundo dicionário Caldas Aulete (2009) refere-se a: “opor resistência a; não se submeter”. Neste sentido, o primeiro ato de não submissão tem relação direta ainda quando ele estava no continente africano, datado do século XVIII, tendo em vista sua vinda para o Brasil não ter sido expressa por sua livre e espontânea vontade. Ao contrário, os negros foram traficados e capturados, desde modo, as manifestações de desagravo foram internalizadas desde o ingresso nos navios negreiros, pois as tentativas de rebeliões foram inúmeras, embora quase todas sem sucesso no primeiro momento, tendo em vista o grande período de permanência no mar para o traslado de um continente para o outro, aliado a truculência dos traficantes de escravos.

E já no Brasil este processo de resistência assume novas formas, pois durante os meses de viagens os negros foram construindo alguns vínculos sociais, apesar de toda repressão e vigilância, o que nos permite dizer que subjetivamente foi sendo construído os primeiros laços da diáspora africana.

Assim sendo, os vínculos foram sendo fortalecidos e as ações de resistência se ampliando em torno da diáspora, fator que muito contribuiu para a coesão do grupo, permitindo a criação de estratégias de fugas, conforme destaca Gomes (2006) que “as fugas coletivas”, fator fundamental e importante para a consolidação dos quilombos, que segundo Lopes (2011), vem da palavra quimbundo e significa “união ou reunião de acampamento”, Neste estudo estamos tratando como espaços de convivência e do estabelecimento de sociabilidade onde os negros fugidos dos seus senhores, seja da cidade ou dos engenhos, podiam conviver de forma livre na busca de resgatar o sentido de pertença da cultura negra que pelo fato da escravidão havia sido descaracterizado na perspectiva de aculturá-los na prática católica e branca.

Sendo assim, os quilombos, especialmente no Rio de Janeiro, foram marcados por práticas comerciais que se estabeleceram ao longo da baía de Guanabara, no qual os grupos que compunham os quilombos tinham a função de atravessador de produtos para comerciantes locais. Gomes (2006) aponta sobre as “conexões envolvendo quilombolas, cativos das plantações e taberneiros preocupavam sobremaneira as autoridades” que temiam algum tipo de revolta negra.

Essa dinâmica comercial dos quilombos periurbanos do recôncavo da Guanabara com a sociedade carioca vai se perpetuar até a abolição da escravatura, que por pressões internacionais e, principalmente, pelo processo de expansão do sistema capitalista Inglês foi um dos fatores que impulsionaram o modelo, para o fim do tráfico negreiro. Assim, o modelo escravocrata passa a ser obsoleto, pois não acompanhava a nova lógica de produção e o mercado também precisava de operários para a manutenção do sistema abolicionista.

Além das ideias abolicionistas, segundo Fausto (2012) ganham força através da participação da mídia e também por conta das organizações dos populares, assim o autor afirma que “com aparição de associações, jornais e avanço da propaganda assim a escravidão apresentava sua falência como modo de produção”, acabaram colaborando diretamente para a promulgação da Lei n.3.353 de 13 de Maio de 1888, em seu art. 1º: “É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil”. Este fato contribuiu para o adensamento das cidades por grupos negros que migraram para o centro urbano em busca de novas possibilidades de trabalho.

Assim, no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou a concentrar uma imensa população negra, que precisava criar novas formas de permanecer no espaço urbano, e tal fato implicava em muitos desafios a serem vencidos. Exemplos desses desafios são a obtenção de trabalho para a sobrevivência, dinheiro para o custeio com moradia e inclusive a comprovação da atividade laboral para salvar-se da prisão, por conta da constante repressão policial que agia de maneira violenta e altamente rígida na cobrança da manutenção da ordem vigente .

Diante destes fatos, os negros, apesar das perseguições, buscavam abrigo na região denominada de “Pequena África”, por ser reconhecida como o local mais significativo de preservação da cultura negra, em razão dos espaços existentes estarem em permanente luta pela reafirmação pelo reconhecimento de todos como cidadãos.Ou seja:

A vida dos negros no pós- emancipação desenrolou-se em meio a uma série de acontecimentos adversos. Não houve incentivos governamentais para apoiá-los na vida em liberdade, perpetuando-se os estereótipos negativos remanescentes da escravidão que os desqualificavam da condição de trabalhador preferencial e quase único por tantos séculos. (SILVA,2016,p.23)

O legado africano foi responsável por cooperar para a reafirmação da população negra naquela região, que mesmo vivenciando uma oposição por parte da elite burguesa da época, que o desqualificava e o marginalizava, contraditoriamente, o aceitava para a realização de tarefas consideradas inferiores economicamente, como a descarga de produtos no porto carioca e serviços menos qualificados. Conforme Hintzen (2009), afirma-se que o negro era: “uma presença intrusiva e não desejada, mesmo apesar de necessária e inevitável”, para a realização de determinados serviços.

Contudo, a sua permanência no perímetro urbano era fundamental, pois viver na cidade, mesmo que em condição desigual ao branco, possibilitava a criação de redes de sociabilidade, fazendo assim com que conseguisse, mesmo que de forma precária, uma colocação no mercado. Essa colocação gerava uma condição mais digna de vida além de estar mais próximo dos seus grupos étnicos onde ocorriam os encontros, a partilha e articulação para as lutas sociais razões que o fortalecia e proporcionava melhores condições emocionais para o enfrentamento da dura realidade urbana, conforme destaca Agier (2001):

Os meios urbanos podem ser fatores de encadeamento ou reforço dos processos identitários. A cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais, ou suas redes ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares. Na cidade, mais que em outra parte, desenvolvem-se, na prática, os relacionamentos entre identidade (Agier, 2001, p.09).

Dentro do espaço urbano, havia um local reservado aos grupos afro-brasileiros que se concentravam na região portuária devido a possibilidade de subsistência através de pequenos ofícios que garantiam sua sobrevivência. O negro era classificado como sujeito de segunda classe e marginalizado por sua condição de pobreza.

Enquanto o homem negro era constantemente vítima de prisão arbitrárias, conforme já mencionado, tornando-se mais vulnerável em relação à mulher que já havia um papel estabelecido em torno das relações comerciais, sobretudo através das casas de zungus, que inclusive eram chefiadas por mulheres, onde se vendiam refeições para os trabalhadores do porto, que

começaram a serem construídos as primeiras ações de lutas no contexto urbano.

Portanto, as casas de zungus contribuíram para que o protagonismo feminino negro pudesse se reafirmar frente à sociedade, naquele período, pois, segundo Moreira et al. (2006), em sua análise, havia um “predomínio de ocupações femininas nos serviços do comércio”, que facilitava qualquer ação de resistência, e isso foi amplamente apropriado através das casas de zungus. Além disso, dentro das casas eram também realizadas práticas religiosas voltadas para o candomblé, demonstrando realizadas diversas atividades referentes à cultura afro-brasileira, reavivando assim um sentimento de pertencimento e de ancestralidade, tendo em vista que muitos dos frequentadores eram adeptos da religião.

Assim sendo, embora a sociedade buscasse marginalizar as casas de zungus, estes eram locais onde além do estabelecimento de trocas sociais, havia uma organização social de um sentido de família, que não eram os mesmos da família patriarcal, como sinaliza Albuquerque & Filho (2006): “eram regidas por outras normas e noções de obediência e disciplina, de proteção e assistência, de gratificações e sanções, de tensões e conflitos”, isto nos aponta para o entendimento que a questão religiosa que ditava as regras sociais.

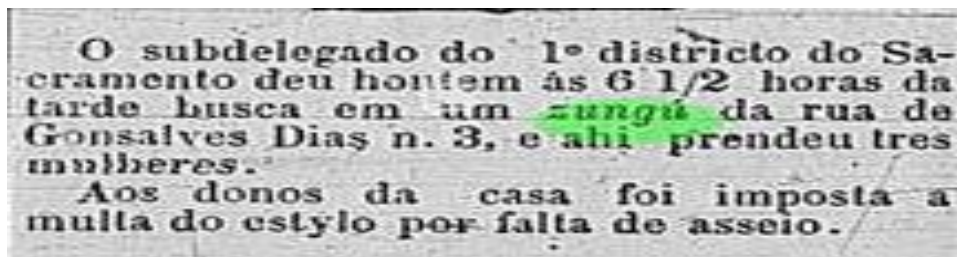
Na realidade, esses locais representavam a expressão da identidade cultural, partilhada por aqueles grupos que eram impedidos de viver sua tradição africana, e assim funcionavam como uma rede de afirmação da ancestralidade, e deixava o governo preocupado com a possibilidade da organização de manifestações contrárias serem arquitetada nestes espaços, e assim as batidas policiais eram frequentes, inclusive com a prisão de mulheres, como foi noticiado no jornal “Cidade do Rio” em 08/02/1888,

Conforme demonstra a figura 22, informando que naquela presente data havia-se levado a prisão três mulheres em um zungu, demonstrando que para a manutenção das redes de resistências nas casas de zungus vivenciava-se um grande risco de ser levado para a prisão. Apesar do processo da abolição, em curso, o Estado brasileiro ainda reprimia qualquer manifestação negra. Assim, as casas de zungu representavam um local de construção identitária negra onde se concentravam relações religiosas, comerciais e simbólicas, sendo comandado por mulheres negras em um país onde o ideal de civilização e de sociedade estava voltado para a Europa.

Outra questão da existência destas casas já no final do século XIX, em uma data bem próxima ao processo de abolição da escravidão brasileira, sendo

mais específico, no ano da abolição. Essa notícia colabora para entendermos como o processo de resistência negra esteve presente ao longo dos séculos na sociedade brasileira e não parou com a abolição, já que a repressão por parte do Estado brasileiro não teria cessado, conforme podemos observar na notícia abaixo. Portanto, as casas de zungu adentram o século XX como um local material e simbólico de resistência negra.

Figura 23: Matéria do jornal Cidade do Rio de 8 de Fevereiro de 1888



Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/085669/432>

Portanto, as casas de zungu eram locais estratégicos para os negros, pois ali eram estabelecidas trocas sociais e reafirmação de identidade étnica, conseqüentemente havia o fortalecimento de sua expressão religiosa. Ao mesmo tempo em que, através da atuação das mulheres negras nessas casas, conseguiram reafirma-se no círculo social da “Pequena África”, em função de representar um local de proteção contra as perseguições policiais, pois a forma com que foram sendo expandidas contribuía para uma possível fuga, também funcionavam como local de acolhimento dos negros que chegassem a cidade carioca, entretanto, as ações de resistência também aconteceram através de motins populares.

Para entendermos os caminhos que levaram a população da zona portuária a reagir intensamente contra o aparato militar da época, podemos entender a princípio que foi um desdobramento, das ações de Pereira Passos, no cargo de prefeito da época, e que desde início de sua administração, adotou uma intensa política de repressão aos moradores da região central, através de ações de demolição dos cortiços, pois imperava-se um processo de renovação urbana, não tendo lugar neste projeto para os moradores dos casebres da região.

Neste contexto, a questão da salubridade ainda era uma problemática, pois as epidemias ainda eram causa de morte de uma grande parcela da população, deste modo, para a transformação da cidade, também deveriam ocorrer ações sanitárias, pois segundo Crescêncio (2008) “a peste bubônica e a

febre amarela foram controladas, mas a varíola resistiu à política de saneamento, e foi nesta conjuntura promulgada a lei de vacinação obrigatória, que foi instituída, de maneira autoritária contrariando a vontade popular”.

Para as camadas sociais mais empobrecidas havia uma violação de seus direitos, na medida em que a autoridade pública invadia sua casa e o morador deveria mostrar suas “partes íntimas” para realização da vacinação, e isso causou um pânico, principalmente entre as mulheres e revolta de seus esposos. Dentro do contexto de repressão/expulsão dos moradores para construção da Avenida Central e somando à obrigatoriedade da vacinação, foram os fatores para a eclosão de uma das maiores reações populares da cidade do Rio de Janeiro.

As determinações para a vacinação da população aconteceram de maneira muito repressora, inclusive em um momento em que já estavam tão fragilizados por inúmeros acontecimentos urbanos, ainda sofriam com a alegação de que as epidemias ocorriam também por conta das moradias consideradas insalubres, e assim ficaram sem qualquer maior explicação. Segundo Caldeira (1997), as classes subalternas “só entendiam a truculência dos guardas sanitários que invadiam as casas e os cortiços, quebrando móveis e vasilhas, e até mandando derrubar residências consideradas irrecuperáveis”, evidenciando que não havia respeito pela população moradora dos bairros portuários.

Uma das justificativas para tais ações era que a equipe sanitária comandada pelo médico sanitário e diretor geral de Saúde Pública, Osvaldo Cruz, acreditava na intrínseca relação de moradia insalubre e focos de varíola na cidade., Havia uma oposição de políticos importantes, como Barbosa Lima e deputado Lauro Sodré sobre os resultados da vacina, que ainda não apresentava eficácia, e sobretudo pela forma truculenta da vacinação promovida pelas autoridade sanitária, e desta maneira houve sucessivas manobras de tentar embargar a vacinação obrigatória. Entretanto tais tentativas foram sem sucesso.

E assim começou a ser realizado o processo de vacinação, sob responsabilidade do Dr. Osvaldo Cruz, que organizou a cidade em zonas buscando ter a plena certeza que a vacinação chegaria as populações de residências insalubres, contudo, a população já começava a articular estratégias contrárias intervenções. Além de contar com a participação do deputado Lauro Sodré, criador da Liga contra a Vacina Obrigatória. Entretanto, mesmo tendo a participação de trabalhadores e moradores da parte central da cidade, as

intenções de Lauro Sodré eram contra a administração do então Presidente da República Rodrigues Alves. ou seja, tinha um cunho político por trás de sua parceria junto à população da zona portuária.

Assim, foram organizadas mobilizações populares nas áreas centrais da cidade, tendo em vista fortalecer a população contra as determinações que obrigavam a vacinação em massa e buscando impedir as ações da polícia sanitária. Inclusive Sevckenko (2010) descreve como foi um dos primeiros combates entre a população e polícia:

O combate era intenso, em nenhum lugar a polícia conseguia assumir o controle da situação. Aproveitando das reformas então em curso para abertura da Avenida Passos e da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) os populares se armaram de pedras, paus, ferros, instrumentos e ferramentas contundentes e se atracaram contra os guardas da polícia (Sevckenko, 2010, p.11).

E desta maneira esse movimento ganhou força entre a população empobrecida da cidade, eclodindo motins em vários bairros da cidade, todavia na região da Saúde, as ações populares tiveram uma maior expressão social, por conta das ações de resistência dos moradores da região, que se colocou em enfrentamento sangrento com a polícia através de ações que promoveram a destruição de bondes, saque de comércios e de inúmeros lampiões destruídos pela cidade, deixando a região às escuras. Por isso a revolta também ficou conhecido como “quebra lampiões”, visto que os enfrentamentos com a força policial continuaram acontecendo mesmo na mais profunda escuridão.

Os moradores criaram barricadas em todas as ruas de acesso, que impediam a entrada da polícia na região. A mobilização popular na Saúde ficou conhecida como revolta do “Porto Arthur”, tendo como um dos seus mais importantes líderes Horário José da Silva, que também era conhecido por “Prata Preta”, que poderia ter passado despercebido do cenário sócio histórico da época, pois era apenas um negro, pobre, morador da zona portuária, que trabalhava nos trapiches da região da Prainha, e que vivia uma dura realidade de opressão por parte do aparato policial.

Mas por conta das inúmeras violações que as populações subalternas vivenciavam na região e devido à constante marginalização destes sujeitos, “Prata Preta” assumiu a liderança da revolta, e lutou junto com a população, não somente contra ação invasiva da saúde pública, mas para exigir respeito por parte da esfera municipal, que de todas as formas possíveis, articulava medidas para expulsá-los da região.

A título de ilustração, na Figura 24, caricatura de “Prata Preta” nas ações de resistência na zona portuária da cidade.

Figura24: Caricatura de Prata- Preta



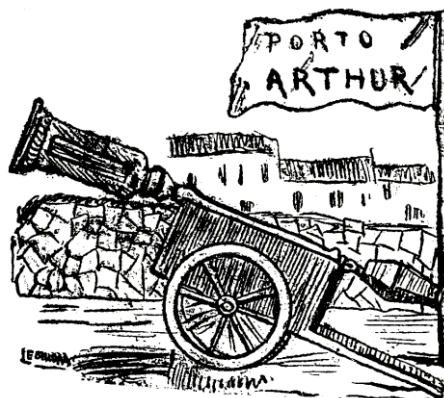
Fonte: Cardoso et al,1987,p.130

Assim, Horácio José da Silva ou “Prata Preta”, buscou reafirmar que as classes subalternas não aceitavam tais condições impostas pelo governo, que aconteciam de maneira violenta. Um dos fatores que favoreceram a mobilização naquela região eram justamente o domínio que esses grupos tinham do território, inclusive com rotas de fugas e criação de armadilhas contra as investidas da polícia.

Sendo que um dos fatos que contribuiu para que a região fosse o mais importante foco de resistência, causando extremo descontentamento em meio ao caos urbano que havia sido formado, foi a invasão de uma delegacia que havia na região portuária, assim os populares dispunham de armas de fogo, que imprimia um caráter mais complexo ao movimento de revolta do Porto Arthur.

A cidade transformou-se em uma praça de guerra com focos de incêndios por todos os lados, causando um estado de pânico para elite burguesa e, conseqüentemente, deixando o governador em estado de atenção, pois precisava dar uma resposta para tais ações. Contando com reforço de militares do Exército e da Marinha, articulou uma estratégia de dominação daquela região, a fim de acabar definitivamente com as ações de revoltas. No entanto, a forte mobilização popular portuária que contava com vasta quantidade de armas e de bombas, utilizadas nas tricheiras de acesso à região, não permitiu o avanço da represália por parte do poder público, e a cada tentativa de tomada da região havia um registro de frustração para o governo de Pereira Passos, conforme demonstra figura 25 de um dos focos das barricadas da resistência denominada “Porto Arthur”,

Figura 25: Barricadas do Porto Arthur



Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2004/11/11/revolta-da-vacina-100-anos/>

Fonte: Cardoso et al, 19987,p.132

Diante da resistência, o governo organizou uma nova estratégia, composta por duas linhas de atuação, a saber: terrestre e marítima. A primeira, comandada pelo Alferes Jovino Marques, avançaram ao longo das ruas do bairro da Saúde. Mais precisamente “no Largo do Depósito, trava-se uma sangrenta batalha, com vários mortos e feridos” (Cadernos de Comunicação :2006) e que levando a prisão de “Prata Preta” e seus aliados, entretanto, a repressão na região entendeu para todos.

Os alvos da perseguição policial não eram aqueles indivíduos que se poderia comprovar terem tido alguma participação nos distúrbios, mas sim genericamente, todos os miseráveis, carentes de moradia, emprego e documentos que eram milhares, e cuja única culpa era viverem numa sociedade caótica e serem vítimas de uma situação crônica de desemprego e crise habitacional que a própria administração havia desencadeado (Sevcenko,2010,p,53).

E, assim, os últimos focos da rebelião foram sendo reprimidos pelas forças oficiais do governo e dando fim a Revolta da Vacina em 17 de novembro de 1904. No entanto,, uma manchete no Jornal “A Notícia”, de 17/11/1904, afirmava que a situação estava controlada. Destacou-se a situação calamitosa do bairro da Saúde após a revolta, e que durante a intervenção militar “nem um tiro, um único tiro foi empregado no ataque e ocupação do famoso reduto”. A ocupação de Porto Arthur foi totalmente desconstruída, em uma tentativa do governo em desmobilizar outras ações das camadas populares na cidade, conforme podemos observar na figura abaixo:

Figura 26: Reportagem A Notícia de 17/11/1904

ATAQUE E OCCUPAÇÃO DE PORTO ARTHUR.—Nem um tiro, um unico tiro foi empregado no ataque e occupação do famoso reducto.

A' ultima hora verificou-se que a fortaleza, suas trincheiras e a resistencia dos que as occupavam, não passavam de uma formidavel *blague*.

Entretanto, tudo induzia a crêr que effectivamente as forças legaes encontrassem alli a mais séria resistencia, á vista dos successos dos ultimos dias e da permanencia dos populares que alli se dizia estarem entrincheirados.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/11319>

Embora as fontes de jornais da época afirmarem que a invasão da região foi realizada de maneira pacífica, “Prata Preta” e seus companheiros foram enviados para prisões militares no Acre, longe de qualquer possibilidade de fuga ou motins e expostos a todas as formas de violência. Depois deste episódio, foi revogada a obrigatoriedade da vacinação no mesmo ano.

Portanto, podemos perceber que os bairros da região central foram importantes para a construção dos processos de resistência urbana, voltados para as classes populares, com especial atenção, a população negra. Podemos entender que através das casas de zungu, que eram espaços de sociabilidade negro, que reafirmavam uma forte presença daquela população frente a um Estado repressor, tendo que empreender estratégias que garantissem a sua sobrevivência e identidade, além de sua importância cultural.

Além disso, a Revolta da Vacina reafirmou a união afro-brasileira e popular naquele espaço, pois demonstrou a capacidade de articulação dos habitantes da região portuária frente às diversas formas de repressão empreendidas pelo Estado brasileiro, ainda que esta forma de resistir tenha se dado em um combate de forças desproporcionais entre Estado e habitantes da zona portuária. Deste modo, a região portuária vai ter reafirmada sua importância no cenário histórico social, não somente por ser palco de lutas urbanas, mas também por iniciativas que se desdobraram em reconhecimento da população para a sociedade carioca. Esses fatos serão apresentados a seguir.

3.2. As primeiras iniciativas e conquistas sociais

Foi através das ações de resistência na região portuária carioca que foi possível promover iniciativas sociais que se desdobraram nas expressões do movimento identitário da população negra com o território da “Pequena África” e conforme contribuições de Castells (2000) esse “centro simbólico” que foi sendo construído na região portuária, fortalecia os grupos negros inseridos naquele espaço contra a dura realidade social, que ameaçava suas vidas, não somente pela pobreza, mas sobretudo pelo processo discriminatório que apontava caminhos de segregação, os impedindo do exercício de uma participação mais ampla na sociedade.

Foi por meio de formas de expressão da cultura afro-brasileira, como a música, que os moradores desta região conseguiram apresentar uma possibilidade de aceitação frente à sociedade daquele período. Esse reconhecimento vem através do carnaval carioca, por exemplo, que na época, já era uma festa bem popular embora ainda recortada pela segregação socioespacial. Os “lugares” do branco e do negro eram bem demarcados, pois nestes eventos, ao branco era reservado um baile de máscaras em locais fechados e ao negro cabia as vias públicas da região portuária da cidade, ou seja, haviam esses guetos simbólicos que cerceavam a população subalterna.

Portanto, negros e brancos tinham lugares pré-definidos no espaço social daquele período, espaço este que era segregado por questões raciais e sociais que reafirmavam o racismo naquele período, destinando espaços diferentes para os negros e demarcando seu lugar social.

Contudo, a população negra buscou resistir frente à segregação social imposta pela sociedade. Uma importante personalidade que contribuiu com este fato foi Hilária Batista de Almeida, ou tia Ciata, uma mulher negra que nasceu em São Amaro da Purificação em 1854, e veio à cidade portuária devido a forte perseguição do governo de Salvador aos grupos negros Islâmicos, conhecidos como malês e que tinham promovido um grande motim na cidade Baiana no ano de 1835. Estes, então, passaram a ser perseguidos, motivo pelo qual migraram para o Rio de Janeiro em busca de uma vida menos oprimida, tendo como local para acomodação a região portuária.

Tia Ciata veio nestas levadas migratórias, fugindo da perseguição religiosa, em um primeiro momento, e vai se estabelecer na região portuária bem próximo

à Prainha, começa, assim, sua vida na cidade: vendendo doces nas ruas, sendo a primeira quituteira a vestir-se de baiana, e acaba com esse gesto promovendo uma inovação, pois essas vendedoras que eram chamadas popularmente de “quituteira” e passam a serem conhecidas como “baiana”.

Assim em busca de conhecer um pouco mais sobre Tia Ciata, Assim realizamos entrevista com a Sra. G. M. no dia 9 de março de 2017, a mesma é diretora da Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata está localizada no Cais do Valongo próximo ao Jardim Suspenso e tem por finalidade promover a cultura e conservação do patrimônio histórico e artístico através de atividades culturais. Em relação ao financiamento da Instituição, perguntamos se existe alguma parceria com esfera municipal a Sra. G.M. afirmou que : *o custeio é do nosso bolso, e algumas pessoas fazem doação somente o espaço foi cedido pela prefeitura.*

Em relação a contribuição de Tia Ciata para a reafirmação da construção identitária na região, a mesma afirmou que: *não foi so matriarca do samba, e quando se fala em empreendedorismo não s epode deixar de falar de tia Ciata que vendia zungu para o pessoal no porto, e foi assim que ela começou a ganhar dinnherio. Conseguiu manter a chama de religião acessa e que sua casa era um local ecumênico, e isso era muito difícil naquela época que havia muita perseguição da polícia. Assim tanto pela vestimenta, quanto pela pratica de “liderança” que Ciata tinha na região, era uma pessoa muito respeitada pelos comerciantes da cidade que ajudavam nas festas de ogum e das crianças.*

Quando perguntada sobre como era articulação de tia Ciata na “Pequena África”, a Sra G.M destacou que: *Tia Cita era uma pessoa que dispunha de uma vasta rede de sociabilidade frente aos moradores da região portuária, como também junto aos comerciantes da época. Sendo a primeira quituteira a que ao usar roupas de baianas, na venda de quitutes, pois na época essas mulheres eram chamadas de crioula de venda evidenciando a sua identidade afro-brasileira no espaço público, revelando um gesto de ousadia e resistência à perseguição sofrida pelos negros.*

Como forma ilustrativa, na figura 27, podemos ver as vendedoras de quitutes, antes da ação protagonizada por tia Ciata.

Figura 27: Quituteiras nas ruas cariocas



Fonte <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0031.htm>

Quando perguntada sobre cotidiano na casa de Tia Ciata, a Sra. G. Entretanto, *com a mudança de residência, para uma casa na região da Praça Onze, tia Ciata vai promover festas para os orixás*, e como mãe de santo, era muito respeitada pelos grupos negros, *em sua casa as festas era tocado o rancho* uma expressão musical, com sua batida suave, imprimia um sentido de liberdade para que as classes subalternas pudessem expressar suas condições sociais.

E os bailes ao som de rancho na casa de tia Ciata, começaram a ter uma maior visibilidade social, Enders (2015) descreve que “na roda de Tia Ciata desenvolveu-se os ranchos, mas disciplinados que os cordões e cada vez mais importantes para o carnaval” e inclusive *a mesma participa ativamente da construção das roupas para as apresentações de rancho durante o carnaval*. Segundo Sra. G. O envolvimento de tia Ciata com a música era profundo, e inclusive *foi fundadora do Rancho Rosa Branca, que saia no Largo da Prainha e inclusive um de seus filhos Bucy Moreira mais conhecido como “miudinho” foi um dos fundadores do samba no Estácio, tendo composições gravadas por importantes sambistas brasileiros*. Além disso, os descendentes de Tia Ciata perpetuaram o legado da família, através o *Bloco batuque de Ciata*.

Quando perguntada sobre a questão da revitalização do porto, a entrevistada, Sra G. *reconhece o mesmo como positivo, pois a região encontrava-se com uma imagem “degradante”*. E resalta que *as transformações precisam preservar o patrimônio cultural e histórico da região, como a Praça da*

Harmonia, o prédio das Docas de Dom Pedro, a fachada do moinho Inglês, pois devemos ter em mente, que esses lugares tem um cunho importante para a tradição afro-brasileira na região. Também ressaltou a importância relacionada a união dos diversos grupos afro-brasileiros da região, pois segundo a Sra G. nós também fazemos atividades com os blocos da região, com o afoxé Filhos de Gandhi que é o nosso parceiro e essa parceria chama o público, que bebe água e acaba gerando renda para aquela região.

Em relação ao sítio arqueológico do Cais do Valongo reafirmou que *devemos manter a memória preservada, pois isso tudo depois da descoberta do Cais do Valongo e tais iniciativas não podem acabar Embora hoje esteja relativamente abandonado, moradores de rua ficam ali.*

Assim, evidencia-se um forte sentimento de preservação, que Nora (1993) chama de “lugares de memória, pois a memória não é espontânea, já que mesmo um lugar material como um arquivo só existe se a imaginação o investir de uma aura simbólica”.e, para existir memória, deve-se haver vontade de se lembrar de algo, e isso acontece com o Cais do Valongo, que é tido como um local de memória para os grupos afro-brasileiros da região.

Quando perguntada sobre os novos equipamentos urbanos, a Sra G. destaca que *o Boulevard Olímpico, assim como a Orla Conde, tem espaço para andar de bicicleta, mas não contemplam as necessidades de lazer da população local.* Inclusive o Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) próximo à Praça da Harmonia é outro tema de reclamação presente nos discursos dos habitantes daquela região, visto que as obras ainda não foram concluídas. Sendo recorrentes reclamações sobre os transtornos ocasionados pela obra que está sendo realizada, de forma bem lenta.

O Cais do Valongo é apontado como um local importante. Contudo, também sofre com abandono estrutural da região, e os grupos que ressignificam o legado afro-brasileiro na região reconhecem como importante o sítio arqueológico existente e buscam realizar atividade no local para valorização da memória da cultura afro-brasileira.

Também realizamos entrevista no dia 11 de março de 2017 com o representante do Instituto Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), localizado na Rua Pedro Ernesto,n.32/34 na Gambôa. Quando perguntado sobre a participação da população local em atividade de valorização do legado, o mesmo ressaltou que *a população gosta de participar das atividades culturais específicas, tudo que é muito festivo, mas o que leva a reflexão em geral não.*

Isso é uma ideia que precisa ser desconstruída, mas a gente sempre prima por um trabalho articulado com a comunidade.

Em relação a relevância do IPN para a reafirmação do legado da Diáspora Africana, o mesmo afirmou que : *no cemitério dos pretos novos cerca de 98% do que tem enterrado aqui é de origem Africana. Isso biologicamente é uma pesquisa fantástica e um dado importante.*

Em relação ao público visitante o representante do IPN, afirmou que : o público é misturado, muito sanzonal, e inclusive as atividades realizadas na Instituição vem numa crescente em todos os sentidos. Em 2016 foram 96 oficinas, com, público participante em média de 70 pessoas.

Em relação ao sítio arqueológico do cais do Valongo, o representante do IPN destacou que *tem grande importância para a cidade do Rio de Janeiro,mas destacou que no instituto também é realizado a lavagem das pirâmides no dia 12 de Setembro.* E ressaltou que tais praticas são importantes pois *é apropriação do presente, dos movimentos do passado, da uma validação religiosa.*

E sobre o processo de revitalização do porto carioca, o mesmo afirmou como: *muito ruim, porque ficamos sem rua por um ano,poeira e lama, a obra ta durando três anos e meio e não tem VLT. Mas acaba ajudando porque as obras trás visibilidade trai pessoas para conhecer o espaço.*

Em relação ao custeio da Instituição, o representante do IPN afirmou que a prefeitura nunca facilitou o processo, a ideia de que o Estado ta falido, mesmo antes de estar falido, e quanto ao possível fechamento do Instituto o mesmo destaca que são dois motivos a crise e desqualificação aos projetos relacionados ao cultural e ao social, engrossam o caldo do descompromisso. Assim o IPN segue com seu processo de resistência a fim de ter um posicionamento por parte da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Além dos grupos citados acima, outras expressões que estão voltados para as religiões afro-brasileiras começam a se inserir no cenário carioca, a partir da década de 1950, e que também nascem na região portuária, como o Afoxé Filhos de Gandhi, fundado em 1951, por trabalhadores dos trapiches da região, que queriam festejar o carnaval, sem perder suas tradições afro-brasileiras. Segundo Guimarães (2013), "o afoxé teria sido fundado por iniciativa de baianos que trabalhavam no palácio do alumínio na estação Central do Brasil. Tal grupo se reunia no período carnavalesco para compor roda de samba e capoeira, pois o carnaval naquele momento estava tendo uma apresentação

que se distanciava da cada vez mais dos grupos negros, pois estava tendo um caráter mais voltado para o aspecto comercial da festa.

O Afoxé Filhos de Gandhi do Rio de Janeiro, seguiu em seu início as práticas realizados no Afoxé Filhos de Gandhi de Salvador, que desfilam ao ritmo de ijexá (dança), com proibição de consumo de bebidas alcoólicas e participação de mulheres no desfile. No entanto, Guimarães (2013) ressalta que “essa proibição da mulheres desfilarem no bloco de Afoxé carioca, começa a mudar a partir de 1970”, com a composição de uma nova diretora, representada pelo ogã Aurelino de Encarnação, que liberou a participação de mulheres nos desfiles, dando um lugar honra para a participação feminina, através da figura de rainha do Gandhi, que entre suas atribuições, a função de carregar balaio do presente de lemanjá nas festas em que ocorrem tradicionalmente no dia 02 de fevereiro. Para as religiões afro-brasileiras, comemora-se neste dia uma celebração a lemanjá, que representa o orixá feminino da força do mar e dos oceanos.

Os anos entre 1970 e 1978 foram a fase de maior expressão do Afoxé, por conta do alto número de foliões que desfilavam no Gandhi. e aconteceu segundo Guimarães (2014), pelas seguintes questões “o Gandhi teria ampliado a sua participação junto as grandes escolas de samba do Rio”. Contudo podemos perceber que, desde seu processo de formação, o Afoxé carrega a força da resistência da região portuária. Ao mesmo tempo em que vivencia os preconceitos por ser uma expressão social, ligada a religião afro-brasileira, tendo uma grande concentração de participantes afro-brasileiros, sofre o preconceito em relação a região central da cidade, que ainda é vista socialmente como um lugar marginalizado. Portanto, podemos entender com mais propriedade a representação do afoxé através das contribuições de Lody (1976) ao descrever que:

Afoxé é um cortejo de rua que tradicionalmente sai durante o carnaval de Salvador, Fortaleza e Rio de Janeiro. É importante observar nessa manifestação os aspectos místico, mágico e, por conseguinte, religioso. Apesar dos afoxés apresentarem-se aos olhos dos menos entendidos como simples bloco ‘carnavalesco, fundamentam-se os praticantes em preceitos religiosos ligados ao culto dos orixás, motivo primeiro da existência e realização dos cortejos. Por isso, afoxé também é conhecido e chamado por Candomblé de rua (LODY, 1976, p.35).

Portanto, o Afoxé Filhos de Gandhi apresenta uma série de preceitos e rituais religiosos, voltados para o candomblé, que buscam manter além da tradição religiosa, a união do grupo. Entre os principais preceitos que se fazem

presentes nas apresentações do afoxé na região portuária, destacam-se: entrega de oferendas para Iemanjá, oferendas para Exu e os cantos para Oxalá, também estando presente recentemente a lavagem do Cais do Valongo.

Outro aspecto que demonstra a relação de proximidade entre o Afoxé e as religiões afro-brasileiras, se dá através da música que tem a presença de instrumentos como: atabaques, agogôs e cabaças, alguns cânticos se referem aos orixás, e que são cantados em iorubá. Atualmente, porém, algumas canções são cantadas em português, devido a entrada da diretoria recente que buscou implementar novas práticas, voltadas para o crescimento do afoxé frente a população carioca.

Uma das grandes problemáticas do Afoxé Filhos de Gandhi está relacionado à aquisição de uma sede para seus ensaios e desfiles, pois atualmente o Afoxé tem uma sede situado em um casarão antigo, na Rua Camerino, no bairro da Saúde. Esta obra carece de obras de melhoramentos, e mesmo com a entrada do plano de revitalização e reurbanização do porto carioca em 2010, através do Programa Porto Maravilha que destina 3% de seus recursos para o legado do patrimônio histórico da cidade, até o presente momento não houve intervenções para melhorias na sede do Afoxé Filhos de Gandhi.

Em relação ao cortejo do balaio de Iemanjá, sempre foi uma importante manifestação popular da região portuária carioca, tendo a participação de importantes representantes da religião afro-brasileira, além da presença de populares que se fazem presentes durante o evento. Este evento é carregado de um forte simbolismo cultural, onde os adeptos destinam oferendas e pedidos a Iemanjá durante quase 50 anos.

O balaio de Iemanjá foi realizado no trajeto que compreendia uma concentração no centro da cidade, na praça da Cinelândia, que partia em direção a praça XV, onde era destinado uma barca oferecida prefeitura do Rio de Janeiro e pela Concessionária CCR Barcas ao Afoxé, que entregava os balaios para Iemanjá na praia de Icaraí, em Niterói.

Contudo, em 2017, ocorreram mudanças concretas diante do processo de revitalização do porto carioca. Tais mudanças se deram em relação ao itinerário do 52º cortejo do balaio de Iemanjá, que teve trajeto alterado, já que há mais de 50 anos saía da Cinelândia onde começavam as saudações aos orixás (xiré) e apresentações de Ijexá (dança). Assim o roteiro foi teve como ponto de concentração o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, na rua Barão de Tefé, no bairro da Saúde, em direção ao bairro a praça XV. Além disso, o

Afoxé não teve a barca liberada pela prefeitura para a realização do presente neste ano. Segundo uma notícia do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), do dia 3 de fevereiro de 2017, denominada: Prefeitura do Rio dificulta celebração à Iemanjá”: Além da não liberação das ruas, a prefeitura também não cedeu a barca utilizada para as oferendas, como explica Joana Giglio, de 30 anos, vitrinista e integrante do Afoxé Filhos de Gandhi:

A gente faz esse evento há 52 anos, e sempre tivemos algum apoio. Sempre foi cedida uma barca pra gente colocar o presente no meio da baía. Esse ano, já foi avisado desde antes que não teria barca disponível, e por conta disso a gente resolveu vir pra cá. Financiamento a gente nunca teve pra nada, mas dessa vez a gente não conseguiu nem a liberação de rua pra fazer o cortejo”, explicou. De acordo com a nota publicada pelo Facebook do grupo em 7 de dezembro do ano passado, essa dificuldade é mais recorrente do que parece: “estamos a poucos dias da realização do ‘52º Presente de Iemanjá’ do Afoxé Filhos de Gandhi, e já fomos informados de que mais uma vez não teremos a barca este ano. Some-se a isto, a dificuldade que temos tido nos últimos anos para conseguirmos a autorização para o cortejo no centro da cidade. Sem falar também que com a entrada do novo governo municipal, as dificuldades deverão aumentar ainda mais. Fonte: <http://www.ceert.org.br/noticias/liberdade-decrenca/15563/prefeitura-do-rio-dificulta-celebracao-a-iemanja>

Na figura 28, temos divulgação do 52º Cortejo de Iemanjá em 2017.

52º Cortejo de Iemanjá



Fonte: <http://www.ogoncalense.com/ler-coluna/492/presente-de-iemanja-rj-tem-novo-trajeto-em-2017.html>

A questão da mudança do local do cortejo foi estratégia para desmobilizar esses grupos afro-brasileiros, que pela sua atuação na região portuária, contribuem para que o local seja reconhecido pela sua tradição afro-brasileira. Entretanto, esses grupos ainda enfrentam muitas dificuldades,

inclusive pelo descaso do poder público em buscar criar condições estruturais para a realização de tais eventos populares na região.

Outra ação que foi sendo realizada na região do Cais do Valongo, que tem buscado essa valorização da ancestralidade negra no local, é a roda de saberes do Cais do Valongo que desde 2012 vem promovendo atividades com participação de moradores locais, através das rodas de capoeira e ao final de cada atividade cultural são realizados diálogos com convidadados que junto a comunidade partilham do reconhecimento da importância do Cais do Valongo para a cultura afro-brasileira. Essas atividades são importantíssimas, pois além de perpétuar a memória do local sobre a contribuição da diáspora africana, trás a cena contemporânea a reafirmação identitária da população local, com o legado africano.

Inclusive o fato destacar a pratica da capoeira como arte cultural, fruto do processo escravocrata e que já foi muito perseguida pela policia. Deste modo, a roda dos saberes do Cais do Valongo, também vem descontruindo esse estigma que foi sendo contruído em relação as formas de expressão cultural da população negra, e Perlman (1977) apresenta como esse “mito da marginalização” que sempre buscou relacionar as atividades sócio culturais destes segmentos com a questão da vagiagem.

Assim a roda dos saberes do Cais do Valongo, busca valorizar a riqueza da cultura afro-brasileira que foi sendo contruída ao longo do processo de resistência negra na região com a participação da comunidade moradoradora da região, junto a outros grupos de praticantes de capoeira. Abaixo temos na figura de uma roda de capoeira sendo realizada no Cais do Valongo.

Figura 29 : Roda de capoeira no Cais do Valongo



Fonte:http://www.cultura.rj.gov.br/blog/img/lightbox/6o3a17002pb2_1423087781.j

Além da roda de capoeira, também ocorrem na região uma roda de samba promovida por moradores na região da Pedra do Sal, que é um dos locais que também faz parte do circuito da herança africana na região, e na Pedra do Sal onde foram realizados os primeiros ensaios de rancho ainda no século XIX, sendo considerado um dos precursores do samba carioca.

Nas rodas de samba na Pedra do Sal, busca-se manter o samba de raiz, como representação genuína da contribuição do negro através da música que naquele local, começou pelos batuques realizados pela comunidade negra, e que acabou por fazer com que hoje a cidade carioca seja reconhecida internacionalmente por apresentar a maior festa popular do mundo através do carnaval.

Portanto, as rodas de samba além de desconstruir, a imagem que a esfera pública busca apresentar da região como um “vazio urbano”, muito ao contrário, samba na Pedra do Sal, vem mostrando que a região é um local que está sempre em transformação sem perder sua identidade, ao mesmo tempo em que valoriza a contribuição do negro para a sociedade brasileira, e que pode ser entendido como expressão de resitência da população local, e inclusive Lopes (2011) descreve como ação importante para a população afro-brasileira, que cada vez mais precisa reafirmar “os elos que o unem à sua ancestralidade” contra todas as formas de preconceito racial.

Embora evidencie-se na região essa efervescência cultural negra, existe um descaso por parte da esfera pública, para valorização destas práticas culturais, e isso nos aponta para refletir o quanto os negros ainda hoje sofrem com segregações, tal como no início do século. Por mais que a região tenha vivenciado um processo de transformação através da construção de novos equipamentos urbanos, essa dinâmica não foi vivenciada pelos grupos que preservam a tradição afro-brasileira na região que convivem com a falta de comprometimento por parte da esfera pública.

Deste modo, percebemos que ainda existem muitas dificuldades a serem vencidas por parte dos grupos afro-brasileiros que na região portuária desempenham um papel importantíssimo, pois conseguem produzir interações sociais através de suas práticas, tanto religiosas quanto culturais, que fortalecem o sentido identitário da população local com seu território.

Fortalecimentos significativos, no atual contexto de marginalização da região da Providência, que ainda vivencia muitas barreiras sociais, tal como em sua origem de ocupação. Assim trataremos mais a frente como o atual processo

de transformações urbanísticas tem se configurando em segregação dos segmentos mais empobrecidos especificamente desta região da cidade carioca.

3.3. O desenvolvimento urbano versus à segregação da população residente

O atual modelo hegemônico globalizado de desenvolvimento urbano tem apresentado implicações para os segmentos subalternos, que tem vivenciado um movimento de total retrocesso em relação aos direitos sociais, sobretudo nos que implicam diretamente em direito à cidade. O espaço urbano tem sido apropriado pelo capital, e à medida em que vai ampliando e transformando determinados territórios, a população pobre acaba sendo oprimida, e ao mesmo tempo, são “espremidas” até serem removidas de seus locais de moradia, sempre pelo discurso de “locais de risco”, sem informação mais aprofundada dos reais riscos que estão correndo.

Assim, em alguns momentos as ações de remoção são determinadas pela pressão dos grandes investidores imobiliários, que visam esses locais que objetivam alcançar lucros com a transformação do local. As consequências para os segmentos subalternos serão removidos, pois as regras são ditadas pelo mercado imobiliário através da ação de seus investidores. Paiva (2014) afirma que:

As intervenções do Estado no urbano têm acarretado uma valorização imobiliário especulativa e extremamente intensa, que tem gerado, processos de expulsão da população de baixa renda para locais desprovidos de infraestrutura, porém, cujo preço do solo é mais acessível (Paiva, 2014, p.62).

A região central da cidade é um dos locais que mais vivenciou ao longo do processo histórico ações de segregação socioespacial, que provocaram a remoção de inúmeras famílias, e nesta correlação do presente/passado das ações de segregação na região central, percebemos as suas singularidades.

No início do século XX, tem-se um modelo de modernização em curso que determinava a demolição das moradias insalubres, para dar lugar a uma cidade moderna aos moldes europeus, e assim começaram a serem demolidos os primeiros cortiços, colocando em prática, não apenas uma das maiores

ações de urbanização que a cidade carioca já vivenciou, mas também um das maiores ações de remoção cometidas pela esfera pública.

Neste processo, a população pobre foi posta à margem de qualquer ação que ao menos se ameniza de alguma maneira sua delicada situação como uma política de recenseamento, pois não havia como pagar por outra forma de moradia que não fosse os cortiços. Naquele período, Gonçalves (2014) aponta que já atuava com a percepção de “pensar a cidade como espetáculo”, dentro de uma lógica internacionalista.

Percebemos que atualmente a região central tem vivenciado estratégias de urbanização que visam melhoramentos para obtenção de lucros pela via investimentos imobiliária na região, também pelo viés internacionalista das cidades globais, que busca por uma construção urbana que imprima modernidade de prédios corporativos. Temos como exemplo, nas figuras abaixo, prédios nas cidades de Nova York (EUA) e outro prédio corporativo no Brasil, localizado na zona portuária da cidade, ainda em fase de acabamento estrutural.

Figura 30: Prédios corporativos: expressões do capitalismo global

Nova York (EUA)



Rio de Janeiro (Brasil)



Fonte: <https://pt.best-wallpaper.net/United-States-New-York-City-skyscrapers-buildings-ship-morning-wallpapers.html>

Fonte: https://arcowebarquivos-us.s3.amazonaws.com/imagens/04/71/arg_70471.jpg

Pode-se, deste modo, perceber que a sociedade capitalista cada vez mais precisa do urbano como uma fonte inesgotável de lucros. Ampliam-se as áreas da cidade de modo a sempre garantir suas formas de lucro e assim o espaço urbano tem ganhado uma centralidade no modelo de produção, pois

cada vez mais temos a construção de inúmeros arranha-céus que dominam a paisagem da vida urbana.

Assim os moradores da região central têm convivido atualmente, com o “fantasma” da remoção, que pode acontecer a qualquer instante. A região é feita por processo de resistência, inclusive pelo direito à moradia, tendo seu maior exemplo revelado pelo ato de resistência do mais famoso cortiço da região conhecido por “cabeça de porco”, que segundo Cardoso et al (1987) foi o maior cortiço da cidade, “habitado por cerca de 4.000 pessoas”, e que foram preciso realizar inúmeras tentativas de remoção, antes da esfera pública conseguir efetivamente destruí-lo. Até mesmo o morro da Providência, que começou a ser formado ainda no século XIX com a construção de pequenos barracos de tabuas, já representava ainda naquele período o descaso do Estado com questão habitacional.

Na cena contemporânea, vivencia-se a mesma realidade social, onde os seus moradores têm de conviver com o processo de aumento de custo de vida na região, por conta das ações que vem impactando em decorrência do Programa Porto Maravilha. Ao mesmo tempo em que amplia ações de urbanização causa o aumento do custo de vida na região central, tendo em vista o forte apelo da mídia em relação ao embelezamento da região.

A partir da construção destes novos equipamentos urbanísticos, possibilitando novas áreas de lazer, acabaram tendo um impacto no aumentando, no custo de vida na região, provocando o deslocamento involuntário, que também pode ser entendida como uma remoção simbólica, pois esses segmentos não conseguem mais sobreviver com novo custo de vida, que começam a imperar na região.

Em 20 de agosto de 2012, uma matéria produzida pelo portal PUC - Rio apresentou o seguinte slogan: “Rio, mais cara que NY, é a 2ª das Américas em custo de vida”. A matéria apresentava a cidade no cenário Olímpico, atrelando a questão das obras de infraestrutura com o significativo aumento dos preços, inclusive do setor imobiliário na cidade. Desta forma, podemos imaginar o impacto na vida dos moradores da região central, que tiveram um comprometimento maior de sua renda por conta do aumento do custo de vida na região central. Na figura 31, temos a imagem que ilustrava a reportagem:

Figura 31: Valorização imobiliária e custo de vida no Rio de Janeiro



Fonte: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/RJ-NY.jpg>

Deste modo podemos perceber que à medida que a cidade vivencia seu processo de modernização e transformação do espaço urbano, o morro da Providência acompanha esse movimento urbano, através de ações de desapropriação, remoção e demolições, que é maneira utilizada pelo Estado, em muitas das vezes, a favor do grande capital.

Assim, podemos perceber que em qualquer ação do processo de ampliação do urbano, o capitalismo sempre busca novas formas e apropriação, o que impacta a população pobre da cidade, que vivencia em seu cotidiano as ações de remoção, tal como foram vivenciadas no contexto olímpico em 2016, em que a favela da Providência teve ações de remoção para a construção do Teleférico, provocando processo de segregação socioespacial da população, que reagiu contra as ações através de mobilizações. Maricato (2014) em seus estudos sobre as ações do Estado no Rio de Janeiro, descreve que:

Em tempos de concorrência entre cidades, levar determinados progressos adiante em nome de um dito “progresso” torna-se o mais importante. As mudanças ocorridas na cidade não levam em consideração os impactos perversos que parte da população vem, sofrendo. Os governantes com objetivo de acumular lucros e tornar a cidade mais atraente para os investimentos do capital não levam em consideração os efeitos destrutivos que tais iniciativas causam (Maricato,2014.p107).

Neste contexto, a mobilização é um importante componente contra as ações de segregação socioespacial, e na região portuária o ato de resistência foi idealizado, tendo como componente o pertencimento histórico da favela, sendo considerada e afirmada historicamente como a primeira favela carioca, que, inclusive, segundo Cardoso (1987), já havia registro dos primeiros barracos ainda no século XIX. Assim, a favela da Providência, além de ser local de moradia para uma grande parcela trabalhadores, é também um lugar de

memória, da cidade do Rio de Janeiro, afinal, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento”(Nora:1993) e que também são usados no processo de disputa territorial. E foi justamente, essa importante contribuição social, esse “algo mais”, que a comunidade tem para oferecer, e que foi apropriado nas ações de resistência contra as ações de remoção prevista no Plano Urbanístico Morar Carioca em 2010.

Assim, a memória foi um recurso que contribuiu para reafirmar as particularidades desta favela carioca, localizada no coração da zona portuária, e utilizada como um dos eixos de luta da população local. Park (1967), por sua vez, afirma que “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que as compõem; É um produto da natureza, e particularmente da natureza humana”.

Na comunidade, foram realizadas mobilizações populares com apresentação de cartazes trazendo questionamentos sobre os impactos das ações de urbanização diante da relação identitária da comunidade com campo que seria transformado em plano inclinado com a construção do teleférico da Providência. Na figura 32, temos fotografia da mobilização na favela da Providência em 2012.

Figura 32: Mobilização contra ações de remoção na Providência



Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-do-morro-da-providencia-protestam-contra-interdicao-de-praca-2713856>

Assim, a atual lógica do Estado busca uma imagem de viabilizador de direitos para, na verdade, realizar ações que promovam a remoção da população. No caso do Programa Morar Carioca (2010), previa a remoção de mais 820 famílias para o avanço do projeto de expansão imobiliária na região,

pois à medida em que existem processos para sua expansão urbana, paralelamente ocorrem ações de segregação que no cenário carioca, também apresentam pelo esse caráter que buscava desqualificar as classes subalternas, como baderneiras entre outros aspecto, mas não se partia da violação dos direitos sociais destas populações. Portanto:

Os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro marcaram o retorno da forma mais violenta de desrespeito ao Direito à Moradia na cidade. a coalização de forças políticas somadas aos interesses de grandes empreiteiras acelerou a “limpeza social” de áreas valorizadas da cidade, e acelerou a abertura de novas frentes lucrativas para empreendimentos de alto padrão(Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014, p.19).

Deste modo, cada vez mais temos os enfrentamentos no espaço urbano, tendo em vista as disputas territoriais, devido às ações capitalistas que retiram os pobres de suas moradias, roubando sua identidade construída por laços solidários, e que são construídos pela busca por soluções, que as políticas públicas não atendem amplamente. No caso das remoções, este fenômeno não ocorreu somente na área central da cidade, mas em todas as regiões que se buscavam algum favorecimento econômico pelo viés imobiliário que movimentam um círculo do processo de acumulação econômica.

As ações de revitalização da zona portuária podem ser analisadas pelas contribuições de Harvey (2014) como “práticas urbanas predatórias” que acontecem pela atuação do capital fictício sem qualquer comprometimento com as classes subalternas. Muito ao contrário, o único compromisso se destina aos grandes investidores financeiros, em uma busca desenfreada por lucros extraordinários obtidos através de determinados investimentos, como no caso da modernização do porto carioca.

Quando ocorre uma ação de remoção de uma comunidade, evidencia-se que existem vários interesses por parte da esfera pública que estão envolvidos nesta trama. Da mesma forma, a expulsão destes moradores relaciona-se com a dinâmica do morador com o território e suas práticas cotidianas, como por exemplo suas relações entre vizinhos. Em vista disso, pode-se observar que em uma remoção existem muitos outros fatores envolvidos.

Mediante tal problemática, as ações de mobilização da população são um recurso importante, pois são essas ações que conseguem frear o ataque feroz do capital. Como exemplo, pode-se citar o caso do morro da Providência, segundo Borin (2014) “constituiu-se como um poderoso instrumento contra os ditames capitalistas e às subordinações que estes impõem, diariamente a

grande massa da população”. Por isso é preciso ter a clareza que as mobilizações sociais contribuem para mudanças de paradigmas.

Capítulo IV

4. A dinâmica socioespacial do Cais do Valongo na cena contemporânea

4.1. Rio de Janeiro, candidatura, cidade olímpica e seu legado

Dentro de um contexto de disputa com concorrentes como Espanha, Japão e Estados Unidos, países que estrategicamente desempenhavam um importante papel no cenário político internacional, em 2 de outubro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, o Rio de Janeiro venceu o processo de candidatura para sediar os jogos esportivos das Olimpíadas e Paralimpíadas no ano de 2016.

Apesar do Brasil ter sido considerado um país com alto índice de desigualdades sociais por consequência da grande parcela da população em situação de pobreza extrema, além de inúmeros episódios de violência urbana, esses dados não se constituíram como obstáculos para sua eleição.

Acredita-se que uma das estratégias utilizadas para a conquista da concorrência foi a cidade ofertar como proposta a construção de uma estrutura arquitetônica olímpica com designer altamente moderno. Além disso, a proposta cobria uma estrutura capaz de atender às exigências do Comitê Internacional Olímpico (COI), que possibilitaria o acesso e o atendimento de todas as necessidades para atletas olímpicos e paralímpicos integrantes dos jogos.

Diante da conquista alcançada, aliado aos investimentos bilionários previstos para transformar o Rio de Janeiro em “Cidade Olímpica”, ocorreu uma forte articulação política entre as três esferas governamentais na perspectiva de fornecer todas as condições para a realização dos jogos. Esse desejo foi incentivado pelo fato de o Brasil ser, na história da América Latina, o primeiro país a sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em todo continente.

Para que a população não atrapalhasse com mobilizações sociais por conta de seu descontentamento, foi articulado um processo de consenso social, a fim de justificar para a sociedade, sobretudo para os segmentos mais empobrecidos, que tais eventos trariam benefícios na esfera econômica, social e também no aspecto urbano, tendo por princípio às inúmeras obras que estavam espalhadas por toda a cidade.

Assim, tivemos um cenário olímpico, no qual o poder estatal estava articulando suas estratégias para implementar uma rede de ações para

favorecimento do setor de negócios, com ênfase para setor de serviços, que Hobsbawm (2013) analisa da seguinte maneira “o turismo torna-se cada vez mais importante na economia global” e eventos esportivos acabam produzindo um deslocamento externo de atletas, como também de toda comitiva olímpica, imprensa internacional além dos familiares e admiradores das modalidades esportivas, fortalecendo a cadeia econômica do capital através das redes de serviço que são prestados para sua realização.

Em relação à cidade, buscou-se destacar o potencial econômico do Rio de Janeiro, inclusive no Dossiê de Candidatura (2009), onde é ressaltado que a cidade estava se estruturando para a consolidação de um modelo de cidade-global, ao mencionar que: “se tornara um lugar ainda melhor para viver, realizar negócios e fazer turismo”. Todavia, com total comprometimento em fornecer todas as condições estruturais para que o capital mantivesse o processo de acumulação capitalista através da instalação de infraestrutura privada, voltados para a comodidade do visitante.

Deste modo, a esfera municipal buscou favorecer a ideia de uma representação social de que as Olimpíadas na cidade representariam um evento extremamente festivo. Entretanto, em um sentido extremamente alienado, a fim de desqualificar qualquer tentativa de mobilização do “povo festivo”, mostrando para o cenário político internacional a imagem de uma população que aceita resignadamente às inúmeras fraturas sociais que permeiam seu cotidiano, sem qualquer questionamento popular. Dessa forma, vinculando a participação do povo brasileiro na esfera olímpica como parceiro, disposto a participar de forma voluntária nas mais diversas funções que envolvem esse tipo de evento, sem garantias de qualquer benefício trabalhista.

Neste sentido, Gonçalves (2014) descreve que “o forte patriotismo que envolve a preparação destes eventos acaba inviabilizando perdedores e ganhadores da dinâmica suscitada para sua preparação”, favorecendo as estratégias por parte do poder público, que buscou articular a importância da escolha da cidade para realização deste tipo de evento. Outro aspecto importante em relação ao processo de candidatura foi a estratégia de supervalorização da cidade através da exploração de suas belezas naturais, tendo em vista que mesmo que sofrendo os impactos do mundo contemporâneo, ainda são relativamente preservados, tendo parques e jardins urbanos, na composição do cenário urbano da cidade.

Todavia, também foram apresentados de maneira sistemática a hospitalidade do povo brasileiro, além do patrimônio cultural, tendo como principal representante o carnaval carioca, evento conhecido internacionalmente.

Assim, o poder público buscou uma articulação junto a todas as esferas estatais, além da participação do capital privado, constituído por importantes empresas de engenharia do cenário nacional para garantia da efetivação e concretude dos empreendimentos imobiliários previstos para modernização da cidade objetivando receber os jogos descritos na proposta de sua candidatura.

Reforçando esta posição, destacamos a fala de Maricato (2014) que afirma que "quanto ao Projeto Porto Maravilha, a intenção é a valorização da zona portuária como porta de entrada da cidade e um centro de atividades culturais, funcionando como a vitrine da cidade, embelezando lugares antes degradados", que após processo de revitalização conseguirão imprimir um outro valor econômico para essas regiões, estratégias que foram bem explicitadas pelo poder público no cenário olímpico.

Para o desenvolvimento do projeto e garantia de sua construção da estrutura olímpica, foi elaborado pelo comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com base na Lei 12.035 de 1 de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, denominados Jogos Rio 2016. Estabelece, também, regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação do Ato Olímpico.

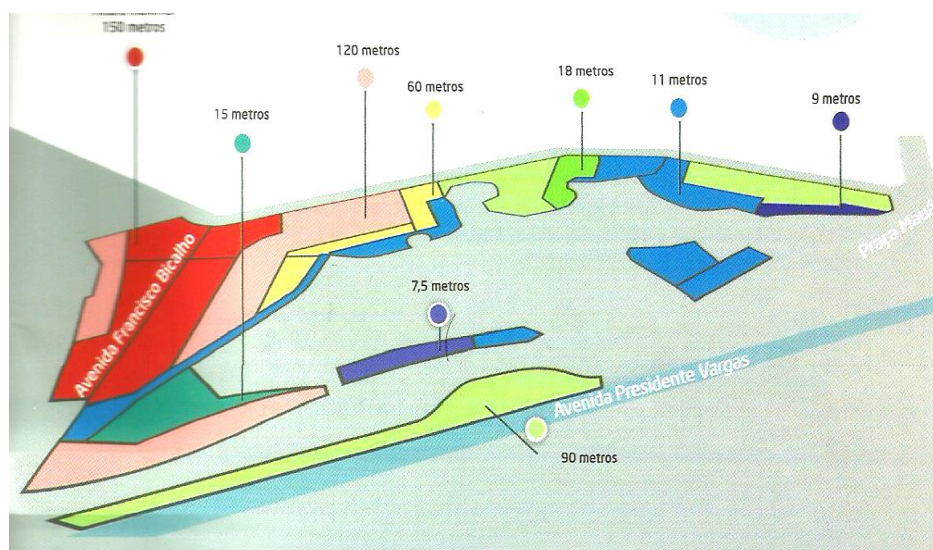
Em relação ao financiamento de todos os equipamentos descritos na proposta de candidatura, coube à esfera municipal garantir subsídios para a plena execução das obras olímpicas e para captação de recursos para atender o investimento bilionário. Foi promovido um leilão público do Certificado de Potencial Adicional de Construção, CEPACs, que na verdade são títulos imobiliários do qual a esfera municipal, amparada através do Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, garante sua utilização em uma intervenção urbana na modalidade de Operação Urbana Consorciada (OUC). Essa operação tem por objetivo promover a requalificação de determinados territórios da cidade, como por exemplo realizado na região portuária.

A Caixa Economica Federal garantiu a viabilização das intervenções na zona portuária, através do arremate do lote único do leilão do CEPAC no valor de R\$ 3,5 bilhões, isso, garantiu a viabilização do processo de revitalização da região, assim como os serviços que serão prestados pela

concessionária Porto Maravilha por quinze anos, podendo entender-se por no máximo por mais quinze anos, totalizando 30 anos. O dinheiro utilizado pela Caixa Econômica Federal para aquisição do CEPAC veio do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), que é um seguro para o trabalhador podendo ser usado pelo mesmo em algumas situações específicas, regulado pela Lei 8.036 de 11 de maio de 1990,

Portanto, os investidores interessados na região do porto precisaram comprar obrigatoriamente títulos do CEPACs, em contra partida tem direito de ampliação do potencial de construção na região, e com esse dinheiro, a prefeitura investiu em obras de infraestrutura como pavimentação, iluminação pública, entre outros serviços, conforme pode ser demonstrado na figura 33.

Figura 33: Esquema da utilização dos recursos do CEPACs



Fonte: Folheto Porto Maravilha (sem data)

Assim sendo, o cenário de favorecimento de alguns em detrimento da massa trabalhadora, se tornou uma tônica na negociação de serviços e benefícios na cidade, traduzindo claramente a conjuntura econômica da época que encontrou na dinâmica urbana, sua fonte inesgotável de lucros. No entanto, segundo Paiva (2014), podem futuramente não atender o previsto na proposta, pois para autor: “A realização dos megaeventos esportivos acarreta, invariavelmente, um grande aporte de gastos públicos na construção da infraestrutura, estratégias de revitalização e desenvolvimento que podem levar as consequências indesejáveis a longo prazo para o setor público” mas, objetivando evitar que tais fatos não se materializassem ou fosse motivo de indignação pública, o poder público nas suas três esferas buscou trabalhar

estrategicamente a imagem de confiança e parceria entre eles, conforme podemos identificar na figura 34.

Figura 34: Foto oficial da entrega do Dossiê de Candidatura Olímpico do Rio 2016



Fonte: <http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/a-matriz-e-o-dossie-de-candidatura/>

No aspecto urbano, a cidade vai vivenciar um cenário de transformações social em nome da especulação imobiliária além da possibilidade de inúmeros negócios, foram impulsionadas ações que promoveram a segregação sócio espacial de boa parte da população que residia em locais que atendiam aos interesses do aparato olímpico através das ações de remoções que o poder público alegava respeitar o máximo possível o interesse do morador e oferecer melhores condições de habitabilidade, o que de fato não ocorreu, pois a perda de identidade e sentido de pertencimento foram fatores desrespeitados.

Dessa forma, o cenário olímpico foi propulsor de inúmeras ações de violações de direitos da população carioca, para fator reforçado no apontamento dos dados descritos no Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014), a saber:

Os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro marcaram o retorno da forma mais violenta de desrespeito ao Direito à Moradia na cidade. A coalização de forças políticas somadas ao imobiliário de grandes empreiteiras acelerou a “limpeza social” de áreas valorizadas da cidade, e acelerou a abertura de novas frentes lucrativas para empreendimentos de alto padrão (Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014, p.10).

Outro fator de relevância que devemos registrar foi a repressão policial, exercida com a população pobre e em grande maioria atravessada pelo recorte racial na busca da fictícia manutenção da ordem, pois a justificativa apresentada prendia-se ao fato de estarmos em uma cidade que historicamente apresenta um alto índice de violência urbana, tornando extremamente necessária a manutenção da “ordem”, mesmo que significasse a violação de outros direitos sociais e político

Assim para garantir a construção da nova área portuária carioca, a população, de um modo geral, vivenciou inúmeros transtornos através da alteração das rotas de trânsito, por conta das obras de ampliação da malha viária em prol do aumento da mobilidade urbana. Quem sofreu mais impactos das inovações na cidade, no entanto, foi a população menos favorecida residente nas áreas periféricas, em função do aumento das rotas, diminuição da frota em função da extinção de linhas, bem como grandes engarrafamentos no traslado de casa ao trabalho.

Um exemplo deste fato, foi a construção da passagem do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) que acabou interferindo na vida de milhões de pessoas, para benefícios do setor de serviços, pois o deslocamento através deste tipo de transporte foi idealizado para apreçamento da via urbana, no qual a cidade e seu movimento urbano é uma grande vitrine para o usuário deste serviço, em grande parcela de turista que aproveitam o trajeto para conhecer um pouco mais da cidade carioca. Assim como também foi importante para a mobilidade urbana da população que consegue chegar a região do centro da cidade com mais facilidade, pois esse transporte não sofre interferências dos cotidianos engarrafamentos da cidade.

Desta forma, o tecido urbano sofreu às imposições da atual lógica neoliberal de apropriação dos territórios urbanos, conferindo a estes locais um novo sentido para seu uso, pois a estrutura estabelecida nestes processos são voltadas para determinados grupos sociais, que podem pagar para terem acesso.

Neste sentido, Maricato (2014) sinaliza que “a cidade assume uma identidade mercadológica” favorecendo substancialmente a apropriação do tecido urbano, em todas as suas expressões, através da ótica de cidade global, que exclui aqueles que não têm condições de pagar pelo seu acesso e inclusive são rotulados pela falta de capital financeiro.

Partindo das contribuições de Ferreira (2003), que debruça sua análise sobre essa dinâmica da cidade na lógica global, podemos entender que as

determinações políticas reforçam o papel econômico, que vem sendo amplamente inserido no tecido urbano, ao mesmo tempo em que na sociedade é viabilizada a ideia de uma real necessidade de tais investimentos. Enquanto isso, o acesso às demandas sociais como saúde, trabalho, emprego, entre outros, são negligenciados pela esfera pública em prol dos grandes capitais financeiros, ou seja:

A ideia que sustenta o conceito é a que, no mundo da “acumulação flexível”, em que dominam as “novas” dinâmicas econômicas da globalização, as cidades devem ser mais competitivas na sua capacidade de oferecer a base física para esse novo cenário, e para isso devem ser pensadas não mais como cidades, mas sim como empresas (Ferreira, 2003, p.157).

Paralelamente, a conquista da cidade em sediar as Olimpíadas e Paralimpíadas estavam acertadas parcerias do governo e grandes empresários, na intenção do favorecimento exponencial do setor imobiliário, que valendo-se das oportunidades, viabilizariam a construção e venda de verdadeiros complexos empresariais.

Deste modo, a ideia era transformar a paisagem urbana rapidamente, dentro de um padrão globalizado, e que na lógica urbana carioca, foi reforçada pela urgência do aparato olímpico, e que na região central buscou-se concentrar símbolos capitalistas através dos inúmeros prédios que começaram a serem construídos e que em comum apresentam a modernidade e requinte de suas estruturas.

Por conta do orçamento bilionário dos eventos esportivos ir muito além da construção de equipamentos físicos para realização dos jogos, mas envolver também a necessidade de grandes intervenções urbanísticas, passou a ser conhecido como megaeventos, que provocaram um descontentamento pela falta de esclarecimentos do investimento na área social, ficando recortada no legado social, sem qualquer participação da esfera popular na construção das demandas da sociedade carioca.

Desta forma, Santos (2004) descreve que esses tipos de transformações no urbano não implicam em benefícios para a população, pois é estabelecida através do que o autor classifica como “política dos pobres”, que ocorrem a partir da correlação de forças que disputam um mesmo lugar em decorrência de uma apropriação desigual dos territórios urbanos, evidenciando que o pensar a cidade é sempre para favorecimento das classes mais abastadas economicamente.

Devido ao atendimento da agenda olímpica, houve impactos relevantes na vida da população, que sempre foram apontadas pela esfera pública como

positivos. Segundo Dossiê de Candidatura (2009,) “os jogos são fator positivo de mudança social”, mesmo tendo um discurso voltado para o âmbito social, o processo de implantação das estruturas olímpicas foi motivo de descontentamento de uma grande parcela da população, devido às inúmeras violações que foram vivenciadas por parte da ação policial na cidade.

É importante mencionar que a repressão policial exercida com a população pobre e em grande maioria atravessada pelo recorte racial, na busca da fictícia manutenção da ordem, foi a justificativa apresentada pelos poderes constituídos, pois prendia-se ao fato de estarmos em uma cidade que historicamente apresentava um alto índice de violência urbana.

Para termos a dimensão das consequências destas ações, nos valem dos dados da Anistia Internacional (2016) que destaca que cerca de 99,5% das vítimas destas ações eram homens, jovens e sumariamente negros, dado que reforça e contribui para pensarmos que ainda na cena contemporânea, a população negra continua sendo discriminada socialmente sem acesso a bens e serviços como qualquer outro cidadão. Na figura 35, temos propaganda utilizada na época dos eventos para combater a violência racial no cenário olímpico.

Figura 35: Banner a respeito da campanha do combate a Violação Direitos Humanos no cenário olímpico



Fonte: <https://dcvitti.files.wordpress.com/2016/06/a-violc3aancia-nc3a3o-faz-parte-desse-jogo.jpg?w=704>

Deste modo, a repressão do Estado, não correu somente pela via policial, pois segundo dados do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2013), houve negligências em relação as informações tanto sobre gastos quanto sobre a representação na prática do legado olímpico, além de processo de intensa remoção das favelas e opressão da população já tão fragilizada da cidade carioca.

Também houve a supervalorização imobiliária de alguns territórios da cidade, sobretudo, nos locais que concentravam as áreas para a construção das obras olímpicas, com destaque para o bairro da Barra da Tijuca, que além de disputar nos últimos 40 anos com os tradicionais bairros de Copacabana e Ipanema, como reduto da elite carioca, ganhou inúmeras edificações, tais como shopping, hotéis, centro empresariais e condomínios residenciais. Consequentemente, fazendo da região a verdadeira “Miami carioca”, que também foi favorecida por novas vias de acesso como a rede de transporte do BRT Transolímpica com dezoito estações e três terminais e linha 4 do metrô, que liga zona Sul à zona oeste (Barra da Tijuca) com muito mais rapidez.

Deste modo, podemos perceber que houve estrategicamente um favorecimento para a zona oeste, que contribuiu significativamente para a supervalorização imobiliária da região através da instalação de novas opções de mobilidade urbana, pois dentro do cenário das metrópoles o trânsito para esta localidade era muito intenso com ocorrências de vários engarrafamentos que dificultavam o acesso. Na figura 36 temos comparativo da estrutura urbana da Barra da Tijuca e Miami (EUA).

Figura 36: Orla da Barra da Tijuca X Orla de Miami (EUA)



Fonte: <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/08/16/c9/b1/barra-da-tijuca.jpg><http://1.bp.blogspot.com/>

Fonte: <http://www.ideiasedicas.com/turismo-e-viagem-para-a-maravilhosa-miami/orla-de-miami/>

Através da visão de Harvey (2014) de favorecer a “circulação do capital produtivo e fictício” que envolvem a dinâmica urbana na atualidade, e assim concentrar a construção do parque olímpico, velódromo, campo de golfe e vila dos atletas, formando o complexo Olímpico, foi um grande investimento para a

região. Contudo, para a construção destes equipamentos ocorreram importantes impactos no ecossistema da Barra da Tijuca, tendo vista sua localização geográfica está situada dentro de uma área de conservação ambiental, composta por áreas brejosas, lagoas, rios e mangues que abrigam uma grande biodiversidade, e desempenha a função de dispersora de sementes que ajudam na manutenção do ecossistema. A oposição de ambientalistas e população civil, não conseguiu desmobilizar a máquina olímpica e o campo de golfe acabou sendo construído na região, o que compromete profundamente a cadeia biológica do local.

No discurso político foi evidenciado para a população a questão da necessidade de investimentos no plano urbano, sempre sinalizando o legado olímpico, como uma das mais importantes consequências para a população local. Conforme o Dossiê de Candidatura (2009), “os jogos contribuíram para o início de uma nova era no Rio”, cujo discurso foi sempre pautado na transformação urbana e benefícios para a população carioca, mas que substancialmente atenderam às demandas do processo de acumulação capitalista.

Assim, o cenário olímpico, ficou conhecido por conta dos investimentos bilionários, como megaeventos, sendo que para sua realização foi pautado articulação de afirmativas acerca de transformação do espaço urbano, que na prática está atrelado a atual dinâmica econômica global em que capital apropria-se das cidades como forma de manter seu processo de acumulação, a exemplo do setor imobiliários, por conta da especulação imobiliária de determinados espaços da cidade. Sánchez (2001) evidencia que:

Essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade mercadoria que, sob a égide do poder político dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la, para inseri-la no mercado (Sánchez, 2011, P.33)

E para garantir que a cidade carioca fosse atrativa aos investidores internacionais, o Estado procurou expandir a sua geração de fluxos, com total abertura a investimentos internacionais que são gerados através de eventos, tendo a cooperação da mídia que atual de modo a divulgar tais ações.

Deste modo, enquanto os gastos foram exorbitantes para realização dos eventos esportivos, a política pública foi sucateada, e não representaram por parte do governo municipal, uma ação mais enérgica, mas sim um “maquiamento” das reais condições de atendimento médico na cidade, da falta

de medicação, assim como a estrutura dos hospitais públicos totalmente precários, sem possibilidades de atender com dignidade a população.

No discurso municipal às ações neste campo, foram apresentadas em um sentido totalmente figurado de “legado olímpico”, tendo por objetivo apenas justificar o uso do dinheiro público em investimentos privados.

Assim, o legado olímpico, foi expressamente apontado pela esfera pública - privada como um dos grandes benefícios para a população local, e de acordo com Dossiê de Candidatura (2009), “para os cariocas, os jogos transformarão a cidade; surgirá uma nova infraestrutura urbana, novas iniciativas ambientais, físicas e sociais além de vantagens e oportunidades para todos”. Todavia, os desdobramentos foram convertidos em benefícios dos grandes empresários por conta da supervalorização do espaço urbano, que se converteram em uma ação especulativa que ocasionaram um verdadeiro boom na compra e locação de imóveis na cidade olímpica.

Logo, o progresso foi apontado através da representação de um novo modelo de cidade amplamente capaz de atender aos imperativos do capital, ao mesmo tempo em que possibilitaria a população local ao acesso a melhores condições de sobrevivência. Essa não foi a realidade vivida pela população que vivenciou a falta de acesso a serviços básico de saúde e educação, entre outros.

A lógica olímpica atuou de maneira a trabalhar o legado como se fosse uma possibilidade de avanços no campo econômico, social. Para Maricato (2014), “o discurso dos governantes é que o excessivo gasto público com os eventos olímpicos servirá ao progresso da cidade”. Na realidade, o legado para a população foi consolidado apenas no campo teórico, pois mesmo no campo da mobilidade urbana, equipamentos importantes para o deslocamento do trabalhador das áreas periféricas, pós-olimpíadas continuam inacabados ou não cumprindo a sua função social, tendo em vista os gastos bilionários que foram investidos para a consolidação de tais eventos.

Partindo das contribuições de Gonçalves (2014), que ao analisar o legado promovido pelos megaeventos, reafirma que a esfera pública atuou de maneira a “pensar a cidade como espetáculo”. O urbano passa a ter função específica para o capital de fazer da cidade um grande mercado de negócios, favorecendo a especulação imobiliária e investidores internacionais, afirmamos que pode ser considerado apenas em um sentido utópico, não expressando nenhum avanço para a população carioca. Pelo contrário, para os movimentos sociais, representou processo de violações dos direitos humanos com rebatimentos para

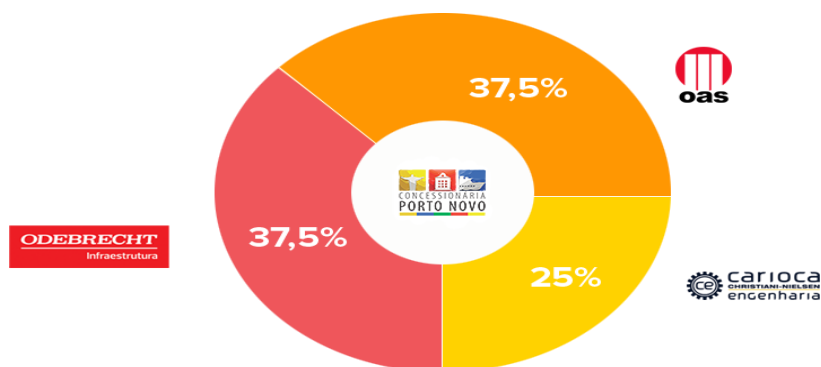
as camadas sociais que sofrem duramente o descaso por parte das ações no campo das políticas públicas.

4.2. Porto Maravilha e as intervenções urbanísticas na região central

Para a realização das obras do projeto Porto Maravilha foi criada, através da lei complementar N.102/2009, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto Carioca (CDUPR) com o objetivo de gerir e fiscalizar as ações da Concessionária Porto Novo que nasceu da parceria público-privada. com as maiores empresas de engenharia do país, composta por OAS engenharia, Odebrecht e Carioca Engenharia.

Ficando responsável pelas obras e serviços da operação urbana Porto Maravilha, que a princípio teve um orçamento significativo, para viabilizar as duas fases de intervenção na região. Assim, o consórcio Porto Novo ficou encarregado de realizar obras estruturais e garantir a qualidade dos serviços prestados, como por exemplo iluminação, asfalto e urbanização da região em prazo de concessão, ficando responsáveis pela manutenção dos serviços por quinze anos, podendo ser prorrogado por mais quinze anos, no máximo.

Tabela 2: Demonstrativo do percentual de participação distribuído entre as empreiteiras. Rio



Fonte: <http://www.portonovosa.com/pt-br/estrutura-acionaria>

Na fase inicial do projeto, a Prefeitura Municipal, buscando ocupar a região com novos investimentos, realizou uma estratégia de redução de impostos e criação de linhas de crédito junto à esfera federal para disponibilizar subsídios para futuros investidores imobiliários na região, assim como, o setor de serviços - um dos importantes eixos da economia carioca.

Para a sociedade foi apresentada, através da esfera municipal, reforçado pela mídia, que para a região, tais transformações seriam positivas,

pois o local estava vivenciando sua degradação e, segundo apresentado na Revista Porto Maravilha (03/2010), a região nos últimos anos havia “demanda reprimida por novos negócios na região” e com favorecimento para a população local, sem menção aos eventuais impactos para a população local.

À medida em que alterações urbanísticas impactam no custo de vida, que estão atrelados a novos usos do espaços que não necessariamente podem ser apontados como uma fase inicial de um possível processo de gentrificação, que tem impacto para a manutenção da população local, que acaba sendo deslocada por conta de altos custos vida na região. Gonçalves (2014) sinaliza que:

Alguns setores são fortemente beneficiados pela organização dos eventos, como a construção civil, o turismo sobretudo o mercado imobiliário. O valor do solo aumenta exponencialmente e a organização destes eventos conta justamente com a mais-valia imobiliária para financiar parte dos equipamentos esportivos (GONÇALVES, 2014, p.34).

Esta forma de intervenção urbanística, que articula os poderes públicos, evidencia-se um discurso voltado para o crescimento econômico, de acordo com a Revista Porto Maravilha (Março, 2010, p.6), “a ampliação e melhoria da infraestrutura da região certamente trarão impactos não só no que se refere ao incremento de suas atividades turísticas e econômicas”. Esta foi a maneira que o programa Porto Maravilha foi apresentado: como um grande divisor de águas para a região, pois acabaria com total degradação do local, que implicava nos índices de criminalidade na região central, além da chegada de novos moradores.

Entre as intervenções de maior destaque do programa Porto Maravilha, estavam a construção do Museu do Amanhã, a revitalização da Praça Mauá, a construção da via binário do porto, reforma dos armazéns do Píer Mauá, instalação de rede ferroviária para a circulação dos Veículos Leve sobre Trilho (VLT) circulando por toda região central da cidade, além da remodelação das vias centrais. Enquanto para os bairros da região central, as intervenções concentrariam por pavimentação, calçamento, drenagem, arborização, iluminação e recuperação do patrimônio local.

No caso do Museu do Amanhã, o projeto foi apresentado como sendo um importante ícone de transformação e modernização da região portuária, através de implementação de uma arquitetura neo-futurista, proposta pelo renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava.

E a partir das contribuições de Hobsbawm (2013), no qual o mesmo descreve como “megalomania da riqueza e do poder”, que podemos observar nos projetos arquitetônicos urbanos das grandes cidades no qual a arquitetura é apropriada para exercer o fetiche do capital, que buscam incorporar uma reafirmação na apresentação estética cada vez mais glamorosa de empreendimentos corporativos como museus e empreendimento imobiliário empresariais dos prédios corporativos, como mecanismo de acumulação econômica

Abaixo, temos o croqui do projeto de revitalização do Píer Mauá e o Museu do Amanhã, no qual podemos observar a lógica de “fetichização” arquitetônica. Foi pautado em uma perspectiva de modernidade, conforto e lazer, voltados para a população, pois na maioria das vezes, são as classes de maior poder aquisitivo que mais fazem uso destes espaços.

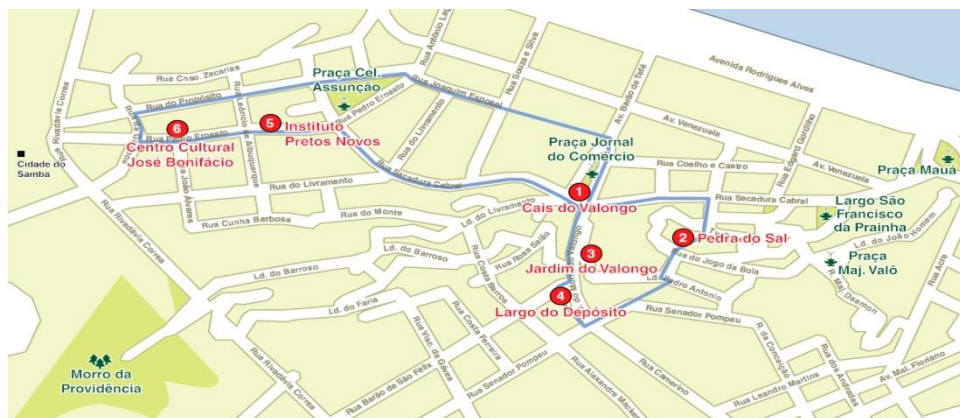
Figura 37: Projeto de requalificação e reurbanização do Porto Maravilha



Fonte: <http://www.portomaravilha.com.br/revista/cod/4>

Em relação ao patrimônio cultural e histórico da região portuária é interessante observar que na Revista Porto Maravilha (Novembro de 2011,) não faz qualquer referência a região como um local de presença negra. A região portuária simplesmente foi apresentada pelo poder público apenas como “herança do período imperial”, e que teriam um investimentos de cerca de 3% do valor total da venda dos CEPACs para o legado cultural. Contudo, apesar de não fazer referência à presença negra na região portuária, o Concessionária Porto Maravilha lançou em 2011, o circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

Imagem 38 : Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana



Fonte: <https://blogportomaravilha.wordpress.com/tag/circuito-historico-e-arqueologico-da-celebracao-heranca-africana>

Tal estratégia foi importantíssima para o projeto de requalificação da região, que sempre é realizada em locais que tenham um patrimônio histórico. Há maior visibilidade para a ação de revitalização, que visa o favorecimento do turismo local, mas que em sua maioria das ações o lucro não é voltado para a população local.

O poder público buscou, na revitalização da zona portuária, possibilitar benefícios para instalação de empresas na região, através da perspectiva de construção de importantes hotéis, bares e restaurantes que traduziriam o luxo e sofisticação para aquela região. Isso reafirma o poder do sistema capitalista pelo requinte dos projetos prediais que contrastavam com a realidade ao redor da região central rodeada por favelas como Morro da Providência, Morro do Pinto e Morro da Conceição.

A população das ocupações da região sofreram com a imposição arbitrária do poder público, materializada pelas inúmeras ações de remoção, que implicaram no deslocamento destes segmentos sociais fragilizados pelos rebatimentos das expressões da questão social, fazendo com que seu valor identitário e o sentimento de pertencimento fossem perdidos em nome da construção do legado olímpico. Isto fortalece o que Lefebvre (2001) sintetiza como destruição da cidade, pelos “processos de segregação” que compõem o urbano em toda sua complexidade.

Com isto, é possível afirmar que no processo de revitalização da zona portuária houve intensa mobilização da esfera pública junto às grandes construtoras para inserir na região uma nova dinâmica social e imobiliária, tendo em vista, a prerrogativa da urgência para a consolidação da estrutura olímpica, pois haviam prazos para a realização de construção do aparato olímpico.

Em contrapartida, a população local vivenciou ações violentas de expulsão das suas moradias, com impactos tanto sociais quanto emocionais, desmobilizando toda a rede de solidariedade, estabelecida através da articulação dos movimentos sociais que foram duramente reprimidos. Conforme Paiva afirma, enfatizando ser fato recorrente na nossa história:

A elitização de alguns espaços e expulsão da população pobre para regiões afastadas dos centros urbanos não é algo novo na história do Rio de Janeiro. Na realidade, processo de remoção em massa e segregação da população de baixa renda já se tornaram uma constante histórica da cidade. E o Estado cumpriu um papel fundamental na estratificação social da cidade do Rio de Janeiro, pois sempre esteve envolvido em práticas segregadoras da população mais pobre (Paiva, 2014, p.62).

Isto porque, para a grande massa de trabalhadores dos grandes centros urbanos, como é o caso do Rio de Janeiro, residir na região central é algo estratégico devido a facilidade de acesso a mais postos de trabalho e de deslocamento, pois na maioria das vezes é realizado sem uso de transporte público se comparado com trabalhadores que residem nas regiões periféricas. Estes que convivem com precariedade das condições dos transportes públicos e do alto custo das passagens, que implica consideravelmente no orçamento de suas famílias que, no cenário olímpico, tiveram que conviver com às constantes mudanças das estações de embarque e redução das linhas de ônibus por conta das obras na região.

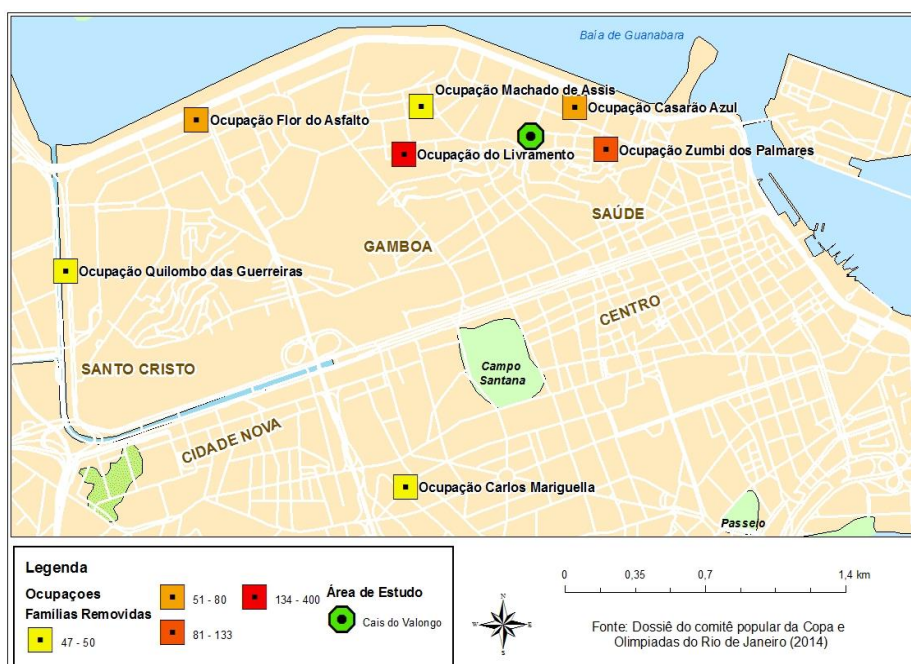
Historicamente, a zona portuária é palco de ações por parte da esfera pública em que os segmentos mais empobrecidos são duramente impedidos de terem seu amplo direito à cidade, pois na atual lógica economicista, os interesses dos grupos burgueses precisam ser urgentemente atendidos por parte do Estado, restando a população pobre sobreviver em condições totalmente degradantes e extremamente precárias.

Podemos visualizar através do mapa abaixo o mapeamento das ocupações da área central, que foram removidas entre anos 2010 a 2012, para dar prosseguimento nos grandes empreendimentos imobiliários na região. Também a transferência de sede de algumas empresas carioca para a região do entorno do Porto carioca, como forma de configurar um novo perfil de público para a região.

Enquanto que nos casos de remoção destas ocupações que inclusive reafirmam a região entorno do Cais do Valongo, como território de resistência pelo direito à moradia.

Assim, o processo de expulsão na região central não se concentrou na parte do “asfalto”, mas com destaque para as intervenções no morro da Providência, localizado no coração da cidade carioca e que se consolidou ainda no início do século XIX pelo descaso com a questão da moradia para a população mais empobrecida da cidade. Assim na figura 39, temos mapeamento das remoções na área central da cidade durante a preparação da cidade para as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

Figura 39: Mapeamento das remoções na área central da cidade



Fonte: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. (2014)

Neste contexto olímpico foram implementadas ações na favela da Providência pelo programa Morar Carioca de Urbanização em Favelas, que segundo a esfera municipal, havia a perspectiva de investimento inicial de R\$ 2 bilhões até ano de 2020. No entanto, para sua realização foram realizadas ações de remoção de famílias da região para a construção do teleférico panorâmico do morro da Providência.

A esfera municipal alegou que o investimento tinha objetivo de favorecer a população local e visitantes. E, no curso de construção do teleférico e do plano inclinado foram realizadas sem buscar um diálogo mais amplo com a população das áreas atingidas pela remoção. Inclusive constam nos dados do Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014) que:

Como nas demais localidades, a prefeitura marcou as casas para remoção com tinta spray, numerando as que serão demolidas, sem autorização ou qualquer

explicação aos moradores. A sigla da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) foi inscrita nas casas, ou, como dizem os moradores, “Saíam do Morro Hoje” (Dossiê do Comitê da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014,P.29).

A respeito desta dinâmica, Campos (2011) enfoca que “a relação entre favela e Estado e classes dominantes sempre foi problemática e quase sempre conflituosa, tendo em vista, a ilegalidade da ocupação e os estigmas que foram criados para respaldar toda e qualquer ação contra os indivíduos que ocupam esses espaços”, fortalecendo argumento municipal de conferir “uma nova cara” à região central.

A partir das ações dos megaeventos na cidade, esse território passou a ter uma representatividade para mercado imobiliário. Em contrapartida, as violações contra às minorias sociais foram respaldadas por um discurso de uma demanda emergencial, afinal a cidade carecia de modernizar a região central, sem qualquer dialogo ou perspectiva para esses segmentos sociais. O Dossiê Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014) afirma que em relação às ações de remoção na região central:

O princípio da gestão democrática da cidade não se aplica ao Porto Maravilha. moradores e usuários permanentes foram deixados de fora. Apesar da realização de algumas audiências públicas e reuniões informativas, não há espaços de efetiva participação. As decisões fundamentais sobre o desenvolvimento do projeto são, em geral, deliberadas unilateralmente por autoridades do Poder Público Municipal, da CDURP, e por representantes do consórcio Porto Novo e dos Fundos de investimentos Imobiliários. (Dossiê Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014, p. 04).

Consideramos significativo destaque para a derrubada do Elevado da Perimetral entre anos 2013 a 2014, por ter sido uma das partes mais complexas do projeto, que impulsionou modificações na dinâmica da mobilidade urbana, pois interligava os eixos rodoviários de acesso há várias regiões da cidade. Sendo apontado como ícone das ações de ampliação da malha viária da cidade nas décadas de 1930 até 1960, sintetizada por Abreu (2013) como “febre viária”, ao mesmo tempo representou para a população central a segregação interterritorial dos bairros da região central, por conta da divisão que foi sobreposta pelo viaduto, dificultando o acesso de um bairro para outro.

Abaixo temos o Elevado da Perimetral em diferentes momentos históricos. Na primeira imagem, ainda sendo símbolo do período desenvolvimentista, que concretizou à construção de imponentes obras públicas, que em sua maioria tiveram como direcionamento a expansão viária da cidade e deslocamento mais rápido para a região sul da cidade. Dessa forma, houve um

impacto importante para a população da região central, pois segundo Abreu (2013) “as cirurgias urbanas se sucedem, afetando, como sempre, os bairros pobres da cidade” dificultando a circulação da população local na região.

Em um segundo momento, já após sua implosão entre 2013 a 2014 para viabilização do sonho olímpico carioca, com a construção de novas vias expressas, como Via Binário e Túnel Rio 450 anos, com 1.480 metros de extensão ao longo de 1,5 km de extensão, conferindo o título de maior túnel subterrâneo do país.

Figura 40: Avenida Elevado da Perimetral



Fonte: Google http://oglobo.globo.com/fotos/2010/07/15/15_MHG_rio_perimetral.jpg

Fonte: Google <http://f.i.uol.com.br/fotografia/2013/11/24/339436-970x600-1.jpeg>

Neste contexto, o projeto de revitalização da zona portuária funcionou como um dos eixos para possibilitar esse processo de apropriação do urbano, e consequentemente transformando a região central em um vasto canteiro de obras, cujos maiores impactos ocorreram no cotidiano de seus moradores.

Através deste modelo de intervenção na região central, tem como um dos principais vetores para impulsionar investimentos imobiliários, foi a possibilidade de empreendimentos corporativos na região, que foram atravessados pelo discurso de maiores possibilidades de trabalho para a população local, que até conseguem ocupar vaga de trabalho. Entretanto, os melhores salários serão garantidos aos que dispõem de maior escolaridade.

O programa Porto Maravilha apresenta além da transformação urbana, introduzir um novo perfil para moradores da região, por conta de um processo de centralização de importantes empresas na região, tendenciado um aumento no custo de vida, e que acabará com a expulsão simbólica de moradores locais.

Assim, o setor público intencionava transformar a cidade carioca em um modelo que realmente atendesse às demandas do sistema capitalista altamente concorrencial, que busca apropriação não somente dos espaços, mas também

de outras formas de acumulação, como por exemplo o uso do patrimônio cultural, que atualmente é representado como uma das estruturas de acumulação do capital, pois está atrelado fortemente ao turismo e a especulação imobiliária destes locais.

Paralelamente, pode-se observar que a região central vivenciou um esvaziamento estrutural, que foi parte de um plano estratégico para que tivesse supervalorização com a entrada do Brasil no calendário de sede dos megaeventos. Neste momento, o Estado dá ênfase à região, apresentando o território, pelo seu grande potencial comercial, contando com espaços definidos para lazer e entretenimento, transformando-se no mais importante polo de investimentos tanto para a cidade, quanto para comércio internacional.

Neste contexto olímpico, as ações na região, segundo Barre (2013), “seriam o pretexto para repensar, planejar e executar uma transformação profunda da cidade do Rio de Janeiro”, e que tiveram impactos importantes na zona portuária, tendo em vista que as maiores intervenções foram realizadas na área central da cidade que foi sendo posta através da articulação da mídia e do poder público como imenso “vazio urbano” que carecia de intervenção.

Na medida em que o urbano vai sendo cada vez mais apropriado pelo capital extremamente globalizado, que intensifica a rápida transformação do local, esta afirmação vai ganhando espaço na posição apresentada por Lefebvre (2001) quando enfoca que esses fatos ocasionam “conflitos latentes” devido a uso desigual do espaço urbano, em uma lógica que atua contra as necessidades da população, beneficiando os setores econômicos.

Deste modo, Paiva (2014) enfatiza que “as intervenções do Estado no urbano têm acarretado uma valorização imobiliária especulativa e extremamente intensa, que tem gerado processo de expulsão da população de baixa renda”. Esses grupos foram sendo oprimidos para dar continuidade ao processo de revitalização. É possível acreditar que a especulação imobiliária promovida na área portuária foi construindo maneiras de apropriação do território, através de processos simbólicos, articulando-se junto ao Estado, que através do seu aparato policial oficializou a expulsão de moradores de forma cruel sem respeito pelo histórico de vida daquela população.

Neste sentido, o simbólico urbano, apontado por Castells (1983), apresenta uma significação ainda mais relevante, pois acaba configurando como um componente em potencial para a mobilização destes segmentos, como foi no caso do Cais do Valongo, que naquela conjuntura social foi apropriado como símbolo de luta social da população afro-brasileira contra a dinâmica que foi

sendo estabelecida na região central, imprimida processo de requalificação da região.. Assim, veremos como foi sendo estabelecida essa dinâmica na região central da cidade.

4.3. Cais do Valongo: ressignificação e as representações identitárias da afrodescendência

Em 2011, a etapa 1 do Programa de Revitalização e Reurbanização da Zona Portuária começou a ser realizadas, centrando intervenções a partir da Avenida Barão de Tefé - mais especificamente na região da Praça do Comércio. Segundo o cronograma do programa, seriam realizadas obras nas redes pluviais da região, a fim de proporcionar melhoramentos na infraestrutura urbana local, e consequentemente possibilitar o andamento das próximas etapas do processo.

Embora o programa de revitalização da zona portuária teve em seu planejamento uma parte voltada para o legado cultural da região, com perspectiva de investimento de cerca de 3 % do CEPACs seriam voltados para o patrimônio cultural local as obras na região visavam lucros financeiros para determinados setores da economia, tendo em vista possibilidade de investimentos também no setor de serviços.

Em meio ao processo de reestruturação dos equipamentos urbanos, teve-se volta histórica do Cais do Valongo à cena urbana, por conta de ações realizadas na parte subterrânea da região e consequentemente, isso ocasionou o acesso a este pedaço da história do passado escravocrata da zona portuária. Segundo o Dossiê da Candidatura do Cais do Valongo (2016), “foi maior complexo de comércio escravagista das Américas”, embora sempre buscou-se apagar qualquer vestígio do intenso comércio estabelecido naquela região.

A redescoberta do Cais do Valongo propiciou muito destaque à região, por ser o período que antecedia as Olimpíadas, e evidenciou a concentração de esforços por parte da esfera governamental em relação às obras olímpicas. Ao mesmo tempo, a mídia internacional também se voltou para todos os acontecimentos na cidade carioca.

A Concessionária Porto Maravilha, através de seu boletim em abril de 2011, noticiou que: “o trabalho de revitalização da Região Portuária vem promovendo a valorização do patrimônio material e imaterial do local”, buscando enaltecer a região por conta dos achados arqueológicos. Todavia, o que estava

em curso era cada vez mais o capital financeiro apropriando-se do território para favorecimento da especulação imobiliária.

Embora a existência deste local já fosse conhecida por conta das inúmeras intervenções na região, não havia perceptiva da localização exata do Cais do Valongo devido às inúmeras intervenções urbanísticas na região central da cidade. Principalmente as que foram realizadas por Pereira Passos para a construção da Avenida Central, também conhecida como Política do “Bota Abaixo”, que provocou deslocamento de grande parcela da população, assim como aterramento da região para possibilitar expansão do porto.

Para realização das escavações na região foi necessário o respaldo jurídico e com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as escavações começaram entre 2011 a 2012 garantindo que importantes pesquisadores trabalhassem na região dentro de um processo de articulação com a esfera privada.

Vale ressaltar que a região do Cais do Valongo sempre foi um território estratégico para o capital em diferentes contextos históricos. Todavia, no contexto pré-olímpico, a descoberta arqueológica ocasionou grande destaque na mídia, pois já havia uma atmosfera olímpica no jornalismo internacional em relação à “Pequena África” e suas representações. Do ponto de vista científico, ainda era impreciso o futuro do Cais do Valongo, segundo o relato de Lima et al (2016):

Àquela altura não era possível saber se as reformas promovidas na região no início do século XX tinham destruído o Cais da Imperatriz. E se este, por sua vez, ao ser embelezado para receber a princesa Teresa Cristina, tinha eliminado o Cais do Valongo. O projeto, propondo-se a uma ação de resgate do que poderia ter restado tanto de um quanto de outro, tinha, no entanto o Cais do Valongo como foco principal. (Lima et al, 2016, p.318).

Contudo, a partir do resultado das escavações foram encontrados inúmeros objetos como contas, miçangas e vários tipos de amuletos para conferir proteção aos africanos. Essas descobertas remeteram à presença simbólica de várias tribos. O trabalho de limpeza e catalogação, sob ponto vista arqueológico, foi substancialmente relevante, sobretudo por impulsionar a ressignificação da região como importante legado para população afrodescendente. Contudo, é possível entender, a partir da leitura de Hintzen (2009), que “a identidade diaspórica foi historicamente produzida”, sendo apropriada pela população local contra inúmeros processos de exclusão territorial que foi sendo construído ao longo da resistência afro-brasileira, por meio das práticas cotidianas da população local.

Desta maneira, os grupos afro que estão inseridos na localidade com apoio e participação da população local, foram articulando estratégias a partir do legado cultural, contra as ações de intervenções na região. Ao mesmo tempo, tencionavam a esfera pública para dar evidência ao trabalho de valorização cultural afro-brasileira realizados na região.

Assim, a reafirmação do legado cultural é apropriada estrategicamente por esses grupos, tendo em vista que enfrentam um processo de invisibilidade que implica consideravelmente na manutenção de suas atividades de perpetuação da cultura afro-brasileira na região.

Neste sentido, compreender a construção de identidade através da fala de Hall (2015) significa partir de sua contextualização no mundo globalizado, implicando em estabelecer posição de que os sujeitos sofrem as interferências das representações dos signos urbanos, para se identificarem. Conforme o processo se estabeleceu no caso do cais do Valongo, que foi apropriado como um local que reafirma a identidade afro-brasileira daquela região.

Assim através das práticas culturais esses grupos afros-brasileiros estabelecem uma relação com o sítio arqueológico do Cais do Valongo, que ocorre segundo Gomes (2002) ocorrem através da “perspectiva de poder restaurar o território original são os elementos que preservam e dão consciência a essas identidades” e no caso da região central, contra às intervenções urbanísticas que interferem diretamente nas práticas culturais da região.

Vale destacar a posição de Lefebvre (2011) no tocante ao aspecto abordado por ele em relação ao “sentimento de pertencer”, é importante pois fortalece a união destes grupos afros na região central, que são representados pela religião de raízes africanas, e pelo patrimônio material e imaterial, como contribuição da população afro-brasileira estabelecida naquele território.

Outra questão que foi destaque tanto para o patrimônio local quanto para o turismo foi a oportunidade da cidade apresentar para o mundo aspectos históricos relevantes sobre seu processo de expansão. Deste modo, o Cais do Valongo vai representar a população negra na sociedade carioca, que na cena contemporânea, dentro de uma lógica de cidade mercado, configura-se como local de disputa de diferentes sujeitos sociais que disputam seu espaço na região central. Podemos exemplificar tal noção com a lavagem do Cais do Valongo, empreendida por representantes das religiões afro-brasileiras que fazem parte daquela região. Em suas falas: o “Cais do Valongo é ressaltado como um “lugar de respeito”, “de sofrimento” e de “resistência” para a população negra.

Porém, a questão da valorização da patrimonialização destes espaços também fez parte da articulação do capital financeiro para apropriação da região portuária, pois é uma das entradas para fortalecimento do setor de serviços, o que para a cidade representa um importante artéria da economia carioca ou seja, os bens culturais são apropriados estrategicamente por um discurso de conservação.

Assim a identidade é um importante componente de fortalecimento para esses grupos contra as investidas do capital na região que visam apropriar-se do legado cultural como mais uma via de lucros. Deste modo, a identidade afro-brasileira na região central, é segundo Hall (2015) é “algo formado internamente, ao longo do tempo, através de processos inconscientes acaba sofrendo transformações”, sendo possível perceber o quanto a construção identitária é reafirmada no cais do Valongo, por condição de opressão do escravo em relação ao seu senhor, que impulsionou ações de resistência e formação de quilombos no perímetro urbano da cidade, e atualmente é representada pelos grupos que lutam para seu reconhecimento como patrimônio mundial.

Nesta conjuntura, a região central que engloba os bairros de Saúde, Gamboa e Santo Cristo foi vivenciando transformações em seu entorno para viabilizar a transformação do Rio em cidade Olímpica. Dessa forma, houve importantes impactos para a população mais empobrecida da região, assim como também para a garantia do legado cultural que foi sendo construído por conta do mercado escravos no Cais do Valongo.

Neste contexto, Gonçalves (2014) evidencia que “Pasteuriza-se o espaço sem levar em consideração o aspecto cotidiano da vida dos habitantes, e as particularidades próprias de cada local”, sobretudo nesta região por apresentar todo legado da “Pequena África”.

Durante o processo de revitalização da região portuária em 2011, como aponta Lima et al (2016), foi redescoberto o local exato do Cais do Valongo, que havia transformado em Cais da Imperatriz por conta do processo de escavações que foram sendo realizadas naquela região. Assim, ao encontrar objetos pertencentes aos povos africanos que no Brasil viveram o sistema de escravidão.

O sítio arqueológico redescoberto na região foi processo fundamental para o fortalecimento daquele território como marco da matriz africana, que por anos ficou escondido, por conta de inúmeras transformações naquela região; conseqüentemente a reafirmação dos diversos grupos afros que estão estabelecidos naquela região.

Segundo Dossiê Cais do Valongo (2015), “esses materiais seriam diretamente relacionados aqueles que viviam e moravam na vizinhança e frequentavam o cais, sentido aquele espaço como seu”, conferindo um sentido de identificação para com aquele território, que também se apresenta no sentido de tradição ou ancestralidade, embora tais afirmativas também se configurem como um viés no processo de lutas territoriais.

Neste contexto, os grupos que perpetuam a valorização da cultura afro-brasileira naquela região, representada historicamente através dos objetos encontrados durante as escavações arqueológicas, representam o passado de violência e negação da cultura africana, ao mesmo tempo em que foi reafirmando a sua contribuição para a construção da sociedade carioca. Trazendo esse reconhecimento da importância da região para seus moradores, para os grupos que representam a cultura afro-brasileira, fortalecendo esses vínculos entre a população e o legado cultural que é muito presente no cotidiano desta população.

Ao mesmo tempo em que a população redescobria o cais do Valong, a cidade vivenciava uma lógica macroeconômica, de valorização imobiliária para contínuo processo acumulativo, que funcionam como alavanca para futuros investimentos imobiliários que contam com toda infraestrutura de investimentos locais, condicionou a cidade a sofrer impactos por conta de intervenções urbanísticas para a transformação, através da gestão dos setores públicos e privado. Harvey (2014) reafirma que:

O capitalismo precisa de urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre desenvolvimento e Capitalismo e a urbanização. Não surpreende portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista, sejam com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial (Harvey, 2014, 30).

Neste contexto de megaeventos, o espaço urbano foi sendo transformado, e a região portuária sofreu uma valorização do seu patrimônio que na realidade vai funcionar como um atrativo a mais, para o mercado imobiliário e setor de serviços.

As intervenções propostas pelo projeto Porto Maravilha são reflexos de um intenso modelo de acumulação capitalista no perímetro urbano, que cada vez mais, são apropriados por conta de uma demanda de acumulação econômica para financiar grandes empreiteiras do ramo da construção, aquecendo o mercado imobiliário local, Mendes (2014) analisa essas transformações no espaço urbano, e descreve que atualmente “o espaço urbano como um produto

social é construído e reconstruído à luz da racionalidade capitalista contemporânea” que vem utilizando todos os artifícios para conferir uma super valorização dos territórios urbanos.

O Rio de Janeiro, por apresentar um importante patrimônio local na região central, torna-se um dos importantes eixos do discurso governamental, que buscou apresentar a valorização daquele território que estava em condição de abandono, inclusive levantando a questão da periculosidade como um dos grandes problemas da região portuária.

Assim, a construção histórica da região como local de perigo e abandono vai ao encontro da questão do processo escravocrata, em que o negro era tratado como “mercadoria viva”, e que mesmo na cena contemporânea não existe por parte do Estado o reconhecimento da contribuição afro-brasileira para a cidade do Rio de Janeiro, ou seja, o “rio negro” é sempre negado através da via da criminalização do espaço urbano.

A partir do instante em que os grupos afro-brasileiros da região articulam-se e ganham um novo sentido por conta das descobertas arqueológicas daquela região, simbolicamente reafirma o processo de resistência afro-brasileira na região portuária que sempre esteve presente em todo processo de construção da cidade do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a relevância do sítio arqueológico do Cais do Valongo, os grupos locais começam uma articulação em prol do reconhecimento da região como patrimônio mundial, para assim poder garantir que aquele território seria, de fato, um local para a celebração da matriz africana. Ao mesmo tempo, representa um local de lembrança da forma violenta e cruel como foram tratados os escravos que ao desembarcaram naquele local.

Assim, diferentes sujeitos sociais compõem o processo de resistência mobilizam-se a fim de preservar a memória negra escrava naquele local, estes começaram com o ritual de lavagem simbólica do Cais do Valongo, iniciado em 2013, como uma forma de manter viva a representação afro-brasileira na região. Para sua realização, contaram com a presença de importantes líderes religiosos de matriz africana, que trazem em seu discurso a importância de estar celebrando a ancestralidade, como forma de manter viva a lembrança do sofrimento do negro.

Deste modo, para que estes grupos tenham mais afirmação no processo de valorização do patrimônio, são construídas as identidades comunitárias, que apresentam muito mais força enquanto movimento social nos processos de disputas de classes antagônicas. Todavia, para Gomes (2002), esse processo

apresenta algumas características, “a identidade comunitária está assim sempre relacionada a uma identidade territorial”. No caso dos grupos afros do Cais do Valongo, consegue manter expressivo o processo de resistência, por conta da articulação dos mesmos em ações que valorizem a cultura local material e imaterial da região.

Esses grupos também lutam contra processo de intolerância que perpassa o aspecto religioso, pois um dos legados da matriz africana está presente na religião afro. Esses grupos ainda vivenciam inúmeros caso de violação de seus direitos no que refere-se a suas práticas religiosas, que são importantíssimas para compreensão da importância do sítio arqueológico do Cais do Valongo como local de empoderamento da religião afro no Brasil.

Um exemplo deste movimento pode ser observado através do ritual de lavagem do Cais do Valongo que entrou para o calendário de festividades da cidade. Sempre no segundo final de semana do mês de julho, é realizado a lavagem simbólica das pedras do Cais do Valongo por representantes da cultura afro-brasileira na região, inclusive com a presença de líderes religiosos de matriz africana que discursam sobre a importância da região, sempre trazendo para a cena contemporânea uma referência dos antepassados africanos que desembarcaram naquele cais no período escravocrata.

Segundo o Dossiê de Candidatura Cais do Valongo (2016, P.21), “maior complexo de comércio escravagista das Américas” e uma grande representação simbólica de violência para com escravos era realizado através do ato de despir o escravo de seus adornos, que muito além de um mero “enfeite”, era representação de sua etnicidade. Esse sofrimento é relembrando na lavagem do Cais do Valongo, porém em um sentido de resistência da população afro-brasileira contra as inúmeras formas de violações que são vivenciadas em seu cotidiano.

Na imagem abaixo, temos a Lavagem do Cais do Valongo e a mensagem de respeito às diferenças culturais por parte da sociedade em relação aos grupos afro-brasileiros que buscam através de suas ações o reconhecimento da contribuição da matriz africana, assim como o fim da intolerância religiosa e do preconceito racial no Brasil.

Figura 41: Lavagem do Cais do Valongo



Fonte: Google: <http://www.portomaravilha.com.br/uploads/teste55c91a76a0f48.jpg>

Na prática, também é processo de mobilização destes grupos sociais que partilham um discurso voltado para a questão da tradição, como um dos eixos dentro de um processo de luta contra as articulações do capital que busca incessantemente destes símbolos urbanos.

Pois a região faz parte do que Hall (2014) aponta como “nichos de mercado” e na região central, são representados pelo vasto patrimônio histórico, que em muitas das vezes, são reafirmados por sua importância por parte da esfera governamental, a fim de obter lucros econômicos através do turismo local.

Na realidade, o cais do Valongo na cena contemporânea representa aspectos que unem determinados grupos junto a população local, em um mesmo movimento de perpetuar a cultura afrodescendente, no qual o negro exerce seu lugar destaque, frente a uma sociedade que pauta-se em representações de recorte racial, no qual negros precisam lutar cotidianamente por seu espaço. Gomes (2002) evidencia que os discurso deste grupos que apresentam peculiares:

É uma espécie de discurso que se constrói por meio de certos gestos, pela maneira que se apresenta (em grupo, sozinho, com a família etc.), pelas atividades desenvolvidas; pelas imagens criadas e lidas a partir de certos elementos, como roupas e acessórios; e pelos comportamentos, a maneira de falar e de conduzir em face da diversidade de circunstâncias oferecidas nesse espaço (Gomes, 2002, P.164).

Desta forma, podemos refletir que para além do discurso de resistência realizado pelos grupos que compõem grupos afros que através de suas práticas

reafirmam a valorização do cais do Valongo, mas sobretudo pelo aspecto simbólico que é construído através da dança, do discurso, vestimentas etc, que juntos compõem a força de grupos que no espaço urbano, pleiteiam seu espaço enquanto sujeito políticos através de componentes que apresentam caráter da representação cultural.

Em que no espaço urbano, por conta da atual lógica em que o urbano vai sendo cada vez mais captado pela esfera econômica, sobretudo pelo setor imobiliário que detém importante influência na dinâmica econômica mundial, e apresenta impactos na formação identitária destes grupos, que precisam articular formas de resistência para a manutenção do legado cultural contra a apropriação do capital destes locais históricos.

Portanto, pensar a dinâmica urbana que envolve o processo de revitalização da zona portuária, e embora exista um discurso pautado no total abandono da região, na realidade evidencia-se que a região porto sempre foi um local historicamente como espaço de lutas e resistência da população negra.

Contudo, na atual conjuntura, a região vivencia um intenso movimento de resistência, devido a dinâmica socioespacial de intensa segregação social. Assim, os grupos afro-brasileiros concentrados na região central, além de proporcionar tanto o reconhecimento das contribuições da matriz africana, ao mesmo tempo em que fortalecem a luta democrática do direito à cidade, através de Harvey (2014) aponta que somente ocorrem pelos processos de lutas sociais, tendo em vista, que atual cenário político de retrocesso social, que podemos perceber através de mínimas ações no plano das Políticas Sociais, em contra partida favorecimento exponencial para o mercado imobiliário.

5. Considerações Finais

Este estudo buscou realizar uma investigação a respeito da construção identitária do negro na região do Cais do Valongo, levando em conta suas expressões de resistência a partir do entendimento de que a área se configurou como uma importante referência sobre lutas sociais no espaço urbano. Esse fato se dá devido o local ter sido marcado por um contexto de imensa segregação socioespacial do negro em que a sociedade buscou ao longo dos séculos desqualificar através de uma construção voltada para sua marginalização.

Neste sentido, uma das preocupações da pesquisa foi compreender como se articulou a resistência negra com as estratégias da atual urbanização da cidade, além de verificar como a relação entre passado, presente se entrelaçaram em função dos projetos que visaram a transformação da região, que nos últimos anos vivenciou um complexo processo de reurbanização promovendo impactos para a população local.

Foi somente através da dinâmica de obras e escavações estabelecidas, que foi “redescoberto” o Cais do Valongo em 2012, e sua importância para o segmento afro-brasileiro, embora segundo as contribuições de Lima et al (2016) o cais sempre esteve no mesmo local, só estava soterrado e com a sua escavação, acabou conferindo uma ressignificação nas ações de lutas sociais, na busca do legado da tradição afro-brasileira.

Isto se reafirma nas contribuições de Hobsbawm & Ranger (1997) quando enfocam que a tradição vai sofrendo interferências externas, e atualmente a resistência na região é voltada para o sentido apontado por Pollac (1992) de memória herdada, como um importante fenômeno que ocorre através do ressurgimento do Cais do Valongo, contra as inúmeras formas de opressão que esses grupos vivenciaram na região.

Entre os aspectos observados na região, constatamos que uma das expressões de resistência destes grupos se configura pela busca da preservação do legado histórico escravocrata. Devido à falta de investimentos por parte da esfera pública para a preservação deste legado cultural, faz-se necessária a permanente criação de estratégias para sobreviverem frente as intervenções do grande capital naquela região.

Contrariando a realidade, esta falta de investimentos públicos para os projetos não deveria existir, pois a lei complementar 101/2009 que institui o projeto do Porto Maravilha, determina a aplicação de 3% dos recursos do

CEPACs para valorização deste patrimônio cultural. O desembolso, no entanto, não ocorreu, não sendo possível identificar os investimentos, pois todos os projetos que deveriam ser apoiados para manutenção do legado afro-brasileiro, encontram-se em risco - conforme foi veiculado na mídia o possível encerramento das atividades do Instituto Pretos Novos.

Deste modo, é necessário um maior investimento no que tange aos grupos afro-brasileiros que se articulam na região, além de pensarmos como a participação da esfera municipal se dá em relação a esses grupos, tendo em vista o financiamento dessas atividades culturais por parte do poder público. Vale ressaltar que se o investimento em cultura naquela região acabar, será difícil manter as atividades culturais empreendidas por esses grupos de resistências presentes na região.

Outra questão observada é a perpetuação da ideia dos bairros da zona portuária se manterem no imaginário popular como “lugar perigoso”. Até mesmo o processo de reurbanização reafirmou esta postura, visto que as obras foram realizadas em torno da Praça Mauá, e evidenciaram a reestruturação do prédio do antigo hospital da Polícia Civil para abrigar o Museu de Arte do Rio (MAR), a construção do Museu do Amanhã, além da Orla Conde. Locais esses que passaram por efetiva transformação e são cuidados permanentemente, pois o investimento do setor de serviços permite manter a efervescência do local que recebe inúmeros turistas para shows, exposições entre outras formas de entretenimento.

Desta forma, os espaços sofrem a interferência do capital, pois recebem o benefício da “revitalização”, mas acabam não dialogando com os movimentos sociais de bairros e assim inviabilizando qualquer participação destes grupos, que acabam se fazendo presentes no processo, através da mobilização e resistência urbana.

Tal posição se reafirma, quando a população residente nos bairros da zona portuária elucidam em suas manifestações de resistência que tais obras são vistas em grande parte como insuficientes, pois não atenderam as demandas sociais, fazendo com que a segregação permaneça, embora simbolicamente, aparente uma perfeita inclusão aos novos equipamentos.

Outro exemplo de descaso com a área mais próxima aos bairros da zona portuária é a ausência de manutenção dos símbolos turísticos, como é o caso do jardim suspenso do Cais do Valongo. O acesso é dificultado e não há investimentos, permitindo que o espaço fique em péssimas condições de

manutenção, aparentando estado de abandono. Dessa forma, é reafirmada a prática de dividir a cidade em territórios, conforme afirma Jacobs (2011).

Os grupos que compõem o processo de resistência na região interagem uns com outros, formando um sentimento de ajuda mútua, e também visando fortalecer o processo de resistência pela valorização da cultura na região, que perpassa também pela história oral.

Tendo destaque para as atividades realizadas pelo projeto Roda dos Saberes do Cais do Valongo, que desde 2012 tem realizado atividades que são realizadas especificamente no Cais do Valongo, tendo por princípio a reafirmação do valor simbólico da região, através das práticas de capoeira, sempre tendo como fundamento final debate reflexivo sobre questões que implicam diretamente no cotidiano da população afro-brasileira, buscando também destacar a importância do Cais do Valongo, como berço da tradição de matriz africana. Assim, essas atividades acabam reafirmando, o sentido de memória coletiva, que inclusive na visão de Pollak (1992) “memória construídas coletivamente” dando um sentido de continuidade das práticas que ali foram estabelecidas.

Deste modo, fortalecer a importância da capoeira, como expressão cultural, que em dados momentos históricos já foram motivo de perseguição e repressão policial e atualmente constitui-se como um dos atrativos culturais do Cais do Valongo, ao mesmo tempo em que acaba provocando em seus participantes a busca por suas raízes étnicas, e que segundo as contribuições de Agier (2001) essas práticas apresentam um contexto “social, complexo e contextual” que fazem parte do processo de disputas dos diferentes segmentos pela valorização do Cais do Valongo como espaço de valorização da cultura afro-brasileira.

O samba na Pedra do Sal, é atualmente uma das expressões mais significativas para compreensão da relevância do legado que foi sendo construído na região portuária por conta da contribuição da população negra e que atravessando gerações, sempre buscando garantir a participação do negro nas diversas expressões culturais, e no samba na Pedra do Sal, encontramos a mais genuína expressão de resistência contra as ações opressoras por parte do capital, que busca a todo instante requalificar o samba da região, em um grande locus para o setor de turismo.

As rodas de samba na região portuária, vem representando a participação dos moradores locais, tem procurado trazer a identidade afro-brasileira, através das obras de importantes sambistas cariocas.

Percebemos que a região portuária é valorizada por seus moradores, tanto que a população local sabe contar de forma oral os processos de lutas sociais da região, e também seus símbolos, como Prata Preta, ícone da Revolta do Porto Arthur, Tia Ciata, dentre outros, que conferem ao local uma forte presença de uma representação identitária voltada para a cultura afro-brasileira.

A violência é um dos grandes problemas sociais da região, que tem vivenciado nos últimos anos um aumento considerável de confrontos policiais no morro da Providência e morro da Conceição, locais em que ocorrem tais episódios com mais frequência, sendo reflexo do abandono do Estado em relação a segurança pública na cidade.

Deste modo, acredita-se que cabe uma reflexão maior sobre como os grupos afro-brasileiros se articulam na região. É importante pensar, também, como a participação da esfera municipal se dá em relação a esses grupos, tendo em vista o financiamento dessas atividades culturais por parte do poder público, pois se o investimento em cultura naquela região acabar, será difícil manter as atividades culturais empreendidas por esses grupos de resistências presentes na região.

Como no caso do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, há mais de 10 anos, vem atuando de maneira a perpetuar a valorização da cultura africana e afro-brasileira na região portuária e que atualmente corre o risco de fechamento do Instituto pela falta de recursos financeiros após fim do contrato com Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP) e assim a vem sendo propagado a campanha IPN resiste, com objetivo de sejam realmente tomada alguma providência por parte da esfera pública para que o Instituto continue seu trabalho de valorização da cultura negra, e pela importância do decenário internacional dos afrodescendentes promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) precisamos lutar para que a cultura negra seja respeitada e reconhecida por sua contribuição ao povo brasileiro.

Diante das inúmeras demandas pontuadas no estudo, cada vez mais, se faz necessária, além de inúmeras intervenções profissionais a presença do Serviço Social nas ações, principalmente, as de mobilização contra as inúmeras formas de opressão que infelizmente ainda se fazem presentes no cotidiano da população negra, o que permitirá não somente sistematizar informações e produzir conhecimento acadêmico acerca da questão, bem como garantirá o cumprimento do compromisso ético-político da profissão.

6. Referências Bibliográficas

ABREU, M. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013. 156p.

AGIER, M. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. *Mana*, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.

ALBUQUERQUE, W; FILHO, F. W. **Uma história do negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ARQUIVO NACIONAL. **Fundo Marquês do Lavradio: inventário**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

AULTE, Caldas. **Minidicionário Contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BARRE, J. de La. **Choque do futuro: O Rio dos megaeventos**. In: **Revista o Social em Questão**. Ano XVI, n 29º, 2013, p. 43-68

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. 64p.

BM&BOVESPA. **Certificado de Potencial de Construção – CEPAC**. Disponível em <
https://www.google.com.br/search?q=BM%26BOVESPA.+Certificado+de+Potencial+de+Constru%C3%A7%C3%A3o+%E2%80%93+CEPAC.+Dispon%C3%ADvel&rlz=1C1ASRM_enBR717BR717&oq=BM%26BOVESPA.+Certificado+de+Potencial+de+Constru%C3%A7%C3%A3o+%E2%80%93+CEPAC.+Dispon%C3%ADvel&aqs=chrome..69i57.923j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8 > Acesso em 09/03/2017.

BORIN, T. **Megaeventos, Mega-remoções: processos de segregação sócio-espacial na “cidade maravilhosa**. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v.24, n1, 2014, p.43-67.

BRISOLA, E. M. de Andrade; MARCONDES, N. A. V. **A história oral enquanto metodologia dentro do universo de pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos**. In: **Revista**

Ciências Humanas. Universidade de Taubaté (UNITAU), v4, n1, 2011. Disponível em: <
<http://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/viewFile/9/8> >

Acesso em: 25/05/2016.

BRITO, P, C... **De conta em conta: rotas atlânticas e comércio no rio de janeiro. O caso do cais do Valongo.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós Graduação em Arqueologia, 2015.

CALDEIRA, J. et al. **Viagem pela História do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1997.

CASTELLS, M.. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, D. **História da cidade do Rio de Janeiro.** Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990. 126p.

CRESCÊNCIO, C. L. **Revolta da Vacina: Higiene e saúde como instrumentos políticos.** Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000300005 > Acesso em: 02/2017

COMITÊ POPULAR COPA E OLÍMPIADAS RIO. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro junho de 2014.** Disponível em:
 <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf > Acesso em 06/2016.

DURIGUETTO, M. L.; BALDI, L. A. de P.; **Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo.** Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200005 > Acesso em: 04/2017

ENDERS, A. **A História do Rio de Janeiro.** 3. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015. 420p.

FERNANDES, F.. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.** Volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 14. ed. 2012.
- FORTUNA, C. Culturas Urbanas e Espaços Públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. In: **Revista Critica de Ciências Sociais**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, nº. 63, out, 2002, p. 123-148.
- GUIMARÃES. R. S. **A utopia da Pequena África. Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- GUILHERME, R. C..**Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a critica**. Disponível em< <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/2679> > Acesso em:04/2017
- GUIRALDELLI, R. O Enfoque Metodológico da Historia Oral na Pesquisa em Serviço Social. In: **Revista Emancipação**, v.13, n03, Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/issue/view/440/showToc> > Acesso em: 10/ 05/2016 .
- GOLDEMBERG, M.. **A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 8.ed. 2004.
- GOMES, F. dos S.G. **Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, no século XIX**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- _____. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**, São Paulo: Claroenigma, 2015.
- GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: Ensaio de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.
- GONÇALVES. R. S..Do Centenário á Olimpíada: megaeventos e seus impactos sociais na cidade do Rio de Janeiro em uma perspectiva histórica. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v.24, n1, 2014, p.17-40.
- GOUVÊA,M. de F. O. **Senado da Câmara e a Transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil:**

perspectivas de estudos e um índice temático de fontes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1786-1822. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012. 148p.

HALL, S. **A identidade Cultral na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARVEY, D.. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HONORATO. C. de P.. **Valongo: o mercado de escravos no Rio de Janeiro, 1758 a 1831.** 2008, f 166 (Dissertação de mestrado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert2008_HONORATO_Claudio_de_Paula-S.pdf

> Acesso: 13/03/ 2016.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IAMAMOTO, M. V ; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** – 24.ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2008.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IPHAN. **Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na lista do patrimônio mundial.** Janeiro, 2016.

LAMARÃO, S. T.de N. **Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre área portuária do Rio de Janeiro.** 2ªed. **Coleção Biblioteca Carioca,** v17, 2006. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101392/trapiches_porto.pdf

> Acesso: 01/05/2016.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001

LIMA, T.A; SENE, G. M; SOUZA, M. A. T. de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. 299-391, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100299&lng=en&nrm=iso Acesso em julho de 2016.

LIMENA, M. M. Cidades Complexas no Século XXI: ciência, técnica e arte. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 37-44, 2001.

LODY, R. G. **Afoxé (Cadernos de Folclore 7)**. Rio de Janeiro, MEC/Funarte/CDFB, 1976.

LOPES, N. **Bantos, malês e identidades negras**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 3. Ed. 2011.

MARICATO, E; FERREIRA, J. S. W.. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade. **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana, novas perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editora, 2002.

MARICATO, P. Vende-se Rio de Janeiro, ótimo Estado, todo reformado, segurança reforçada, excelente para temporadas. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v.24, n1, 2014, p.89-112.

MARTINS, R. M. Reestruturação do espaço urbano: o papel dos megaeventos e a luta pelo direito à cidade. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v.24, n1, 2014, p.208-220.

MYNAIO. M. C. de S.. ed al. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELLO, F. F. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2003.

MELLO, A. M. da S; VOGEL, A.. Sistemas Construindo e Memória Social: Uma Arqueologia Urbana. In: **Revista de Arqueologia, Belém**, v.2, n.2, jul – dez, 1998, p.01-06.

MOREIRA, C. E. et al. **Cidades Negras: africanos, crioulos, e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

MOURA, R. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. 2 ed: **Coleção Biblioteca Carioca**, v. 32,1995. Disponível em <http://www.saberglobal.com.br/deondeabaianavem/download/TiaCiata_e_a_Pequena_%C3%81frica_no_Rio.pdf> Acesso em: 12/04/ 2016.

MENDES.Luís..Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rente gap de Neil Smith. In: **Cad. Metros São Paulo**, V16, n32, pp.487-511, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0487.pdf>> Acesso:27/4/ 2016.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NORA, P. et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, v. 10, n. 1, p. 7-28, 1993.

NUNES. P.; C. G. (GUTA). **O Porto do Rio – 1608 a 2002 Um passeio no tempo**. Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), 2004.

PAIVA, L. Megaeventos, Mega-remoções: processo de segregação sócio-espacial na “cidade maravilhosa”.In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v.24, n1,2014, p.44-65.

PAULILO, M. Â. S. A Pesquisa Qualitativa e a história de vida. In: **Serviço Social em Revista**. Universidade Estadual de Londrina. v1, n1,Ed:UEL,1998. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf>> Acesso em: 26/05/2016.

PEREIRA. J. C. M. da S. Revisitando o Valongo: Mercado de almas, lazareto e cemitério dos Africanos no portal do atlântico. (Cidade do Rio de Janeiro, no século XIX). In: **Ver. História Comparada. Rio de Janeiro**. v7, n.01 2013, p.218-243 Disponível <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume007_Num001_artigo009.pdf> Acesso em: 03/ 03/2016.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade urbana - favelas e políticas no Rio de Janeiro**. Trad. W. Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 377p.

PINHEIRO, M. C. and R. C. Fialho Jr. **Pereira Passos, vida e obra**. Rio Estudos, Rio de Janeiro, n 221, p. 1-14, 2006.

PINTO, J. L.. **O “Porto Maravilha”: antigas repetições e novos desafios na “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro**. (Especialização em Engenharia Urbana) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.peu.poli.ufrj.br/arquivos/Monografias/Juliana_Lopes_Pinto.pdf> Acesso em: 14/05/2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO MARAVILHA. Prospecto da OUCRPRJ. **Operação urbana consorciada da região do Porto do Rio do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/conteudo/canal_investidor/prospecto/prospecto-sem-marcas-de-revisao-4-termo-aditivo-8-1-14.pdf> Acesso em 19/07/2016.

PORTO MARAVILHA. Revistas Editoriais do Porto Maravilha 2010 e 2011. Disponível em < <http://portomaravilha.com.br/revista/>> Acessado em 01/02/2017.

RIO 2016. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016**. Volumes 1, 2 e 3. 2008. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/origem-dos-dados/dossie-index.asp>

RIO 2016. **Rio 2016: Jogos Olímpicos e Legado**. Caderno de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf> Acessado em 05/2016.

ROCHA, O. P; CARVALHO, L. de A. **A era das demolições/habitações populares**. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 2.ed., 1995. 184p.

SÁNCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades na Virada do Século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política.** In: **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, 16, p. 31-49, 2001.

SANTOS, R. E. dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O negro na Geografia do Brasil. 2 edição** - Belo Horizonte: Gutenberg, 2009.

SANTOS, M; SILVEIRA, L. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI.** 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. **Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal.** 14ed, Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L.. **Território, Globalização e Fragmentação.** 4º ed. São Paulo. Hucitec, 1998.

SAKAMOTO, L. **Trabalho escravo no Brasil do século XXI.** Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 1.ed. 2006.

SILVA, C. L. Os equipamentos públicos de esporte e lazer Vilas Olímpicas diante de um cenário de megaeventos esportivos na cidade: avanços ou retrocessos? In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, v.24, n1, 2014, p.113-137.

SECONRS. **Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro – Aspectos Orçamentários e Estratégicos.** Disponível em: <http://www.sesconrs.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-24-Gest%C3%A3o-P%C3%ABlica-Eficaz-Olimp%C3%ADadas.pdf> > Acesso em 06/2016.

SILVA, A. I. da. As raízes da segregação socioespacial na divisão social do trabalho. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, v.24, n1, 2014, p.189-205.

SILVA, L. H. O. **Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-Abolição (1888-1926).** São Paulo: Humanitas, 2016. 218p.

SILVA, V.P; BARROS, D. D.. Método história oral de vida: contribuições para pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. In:

Revista Terapia Ocupacional. Um. São Paulo, v21, n1,2010, p 68-93.

Disponível

em:

<<http://www.revistas.usp.br/rto/article/viewFile/14087/15905>> Acesso

em: 26/ 05/2016.

TEIXEIRA, C. A. (ORG). **Rodas dos Saberes do Cais do Valongo.**

Niterói, RJ: Kabula Artes e Projetos, 2015.

VALADÃO, R. C. M. **Tradição e criação, memória e patrimônio: a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro.** Dissertação

(Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

YAZEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social.** 7ªEd.

Cortez Editora: São Paulo, 2012.